



Arsenal do Alfeite, S.A.

RELATÓRIO E
CONTAS

2021

Arsenal do Alfeite, S.A.

Versão aprovada em reunião do Conselho de Administração de 11 de abril de 2022.

RELATÓRIO E CONTAS

Índice

MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	5
I - OBJETIVOS DA GESTÃO	7
II - RECOMENDAÇÕES DA ACIONISTA.....	8
III - ATIVIDADES E PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS.....	9
Perspetiva global da atividade	9
Principais atividades comerciais por Setor de Negócio.....	11
Principais riscos da atividade	12
IV - RECURSOS HUMANOS	14
Gestão de Recursos Humanos.....	14
Saúde no trabalho.....	17
Formação profissional	19
Responsabilidade Social	19
V - CONTRATAÇÃO PÚBLICA.....	21
VI - DEVERES ESPECIAIS DE INFORMAÇÃO	23
VII - LIMITES DE ENDIVIDAMENTO.....	27
VIII - PERSPETIVAS FUTURAS	28
IX - ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA.....	29
X - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	36
Anexo I - CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES E DISPOSIÇÕES LEGAIS	37
1. Objetivos de gestão	37
2. Gestão do risco financeiro.....	39
3. Limite de crescimento do endividamento	39
4. Evolução do Prazo Médio de Pagamento e Atrasos nos Pagamentos.....	39
5. Resultados Obtidos/ Recomendações do Acionista	40
6. Remunerações.....	40
7. Estatuto do Gestor Público.....	40
8. Despesas Não Documentadas ou Confidenciais	41
9. Relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens.....	42
10. Relatório Anual sobre Prevenção da Corrupção	42
11. Contratação Pública	42

RELATÓRIO E CONTAS

12. Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP).....	42
13. Medidas de otimização da estrutura de gastos operacionais	43
14. Contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	44
15. Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado	44
16. Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas.....	45
17. Informação a constar no Sítio do Setor Empresarial do Estado.....	45
18. Demonstração Financeira.....	46
ANEXO II – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	48
Balanço em 31 de dezembro de 2021	48
Demonstração dos resultados por naturezas do período findo em 31 de dezembro de 2021.....	49
Demonstração dos fluxos de caixa, do período findo em 31 de dezembro de 2021 ...	50
Demonstração das alterações no património líquido em 31 de dezembro de 2021	51
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	53
1. Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico	53
2. Principais Políticas Contabilísticas – Alterações nas estimativas contabilísticas e erros.....	56
3. Ativos Intangíveis.....	67
5. Ativos Tangíveis.....	69
6. Locações.....	72
7. Financiamentos obtidos.....	73
9. Imparidade de ativos	73
10. Inventários.....	75
13. Rendimento de transações com contraprestação.....	75
15. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	84
17. Acontecimentos após a data de relato	85
18. Instrumentos Financeiros.....	86
19. Benefícios dos Empregados.....	91
20. Partes Relacionadas	92
23. Outras Variações de Património Líquido.....	94
24. Diferimentos	95
25. Estado e Outros Entes Públicos	96

RELATÓRIO E CONTAS

26.	Imposto Sobre o Rendimento.....	97
27.	Outros Rendimentos e Ganhos	100
28.	Fornecimentos e Serviços Externos	100
29.	Subsídios correntes obtidos.....	101
30.	Resultado por Ação	102
31.	Outras Informações	102
32.	Informações Sobre Matérias Ambientais.....	104
33.	Honorários do Revisor Oficial de Contas.....	104
ANEXO III - DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS		106
Demonstração do desempenho Orçamental		106
Demonstração de Execução Orçamental da receita.....		107
Demonstração de execução orçamental da despesa.....		108
Demonstração de execução do plano plurianual de investimentos.....		109
Anexo às Demonstrações Orçamentais		110
Alterações Orçamentais da Receita.....		110
Alterações Orçamentais da despesa		111
Operações de Tesouraria		113
Contratação Administrativa		114
Adjudicações por tipo de procedimento.....		116
Transferências e Subsídios Concedidos		117
Transferências e Subsídios Recebidos		118
APÊNDICES.....		119
APENDICE 1.....		120
REMUNERAÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS.....		120
APENDICE 2.....		125
SISTEMATIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO		125

MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O exercício de 2021 foi o primeiro da responsabilidade integral do atual Conselho de Administração. O balanço deste ano fica marcado, essencialmente, pela conclusão do processo de atualização do preço de venda do Hh à Marinha Portuguesa a aplicar em 2021 e 2022, que associado a uma redução nos Custos de Estrutura e Gastos com Pessoal de 5,1% e 4,4%, respetivamente, contribuíram para uma melhoria substancial do EBITDA. Trata-se de um processo de ajustamento, vital para o equilíbrio da exploração da empresa, que se deverá consolidar no exercício económico em curso.

Em 2021, para além da entrega à Marinha Portuguesa da Lancha Salva-Vidas, foi concluída a revisão intermédia do submarino “Arpão”, tendo as respetivas provas de mar sido concluídas com sucesso, já no decorrer do presente ano. Tratou-se de um marco de extrema importância para a Arsenal na medida em que não só consolida a sua capacitação submarina como incorpora melhorias substanciais na sua organização, com particular relevância no domínio dos processos e do planeamento.

Salienta-se, igualmente, a assinatura do contrato de manutenção do navio “PHM ETTAWFIQ” da Marinha Real de Marrocos, em que, pela primeira vez, a Arsenal do Alfeite, S.A. assume a responsabilidade pela execução integral das operações. Este contrato assume especial importância na estratégia de internacionalização da empresa.

Com foco na valorização e qualificação dos recursos humanos, através de formação que fortaleça as competências transversais e de futuro bem como a transmissão de conhecimento, e o desenvolvimento de parcerias e alianças com fabricantes, universidades e demais parceiros, 2021 fica, também, marcado pela inauguração da Academia do Arsenal.

Este projeto teve como base uma candidatura aprovada no âmbito do Programa de Recuperação e Resiliência (PRR), sendo todas as obras, aquisição de bens e equipamentos exclusivamente financiados por este Programa.

Apesar da melhoria dos resultados e das perspetivas futuras, a atual Administração mantém todo o seu empenho e foco na criação de condições para a implementação de um vasto programa de investimentos com vista à modernização do Arsenal enquanto estaleiro de manutenção/modernização de navios militares. Todo o trabalho a desenvolver com e para o parceiro Marinha Portuguesa, deverá ser focado em dotar a Arsenal do Alfeite de capacidades técnicas e tecnológicas de última geração, que acompanhem a evolução tecnológica dos ativos ao seu cuidado e que assegurem a sua permanente atualização no suporte do cumprimento das missões de soberania e de interesse público cometidas à Armada. Por se tratar de um projeto de modernização crucial para reforçar a capacidade de resposta às necessidades da Marinha Portuguesa em qualidade e em tempo útil, a Administração do Arsenal, em estreita articulação com o seu acionista IdD – Portugal Defence S.A. e com a Marinha Portuguesa, continuará a centrar a sua ação na concretização deste objetivo.

Vivemos momentos particularmente difíceis, com uma pandemia que tarda em dissipar-se e um novo conflito armado na Europa que elevarão, seguramente, os níveis de exigência sobre o Arsenal, aos quais, como sempre, os seus trabalhadores serão capazes de responder com elevado

RELATÓRIO E CONTAS

profissionalismo. A Eles um agradecimento muito especial, bem como ao apoio incondicional do seu acionista único, extensível às tutelas Sectorial e Financeira e à Marinha Portuguesa.

O Conselho de Administração

Maria José
Gomes
Monteiro Jesus
de Almeida

Assinado de forma
digital por Maria José
Gomes Monteiro
Jesus de Almeida
Dados: 2022.04.20
16:45:54 +01'00'

José Luís Serra
Rodrigues

Assinado de forma
digital por José Luís
Serra Rodrigues
Dados: 2022.04.20
17:33:45 +01'00'

Elsa
Marino

Assinado de forma
digital por Elsa Marino
Dados: 2022.04.21
08:19:36 +01'00'

I - OBJETIVOS DA GESTÃO

Em 2021, a Arsenal do Alfeite, S.A., manteve-se firme no propósito de atingir o necessário equilíbrio económico e financeiro, mantendo em paralelo o foco na estabilidade do emprego e no fomento de políticas potenciadoras da sustentabilidade do estaleiro, quer no âmbito económico, quer social e ambiental, e na prossecução das obrigações de serviço público perante a Marinha Portuguesa, com quem tem procurado o fortalecimento de relações de confiança mútua, numa perspetiva de sustentabilidade da relação a longo prazo.

Sendo uma empresa do setor empresarial do Estado, e dadas as suas obrigações de serviço público, deu continuidade ao reforço nas capacidades de reparação e manutenção naval militar estratégicas, na internacionalização do estaleiro e no desenvolvimento de parcerias e alianças geradoras de valor.

As políticas da empresa, decorrentes da visão, da missão e do contexto de valores por que se rege, têm estado orientadas para a sustentação das competências e do conhecimento residentes, elementos absolutamente necessários para a projetar e desenvolver novas capacidades. Nesta medida, a empresa tem procurado não só renovar e requalificar os seus recursos humanos, sem perder de vista a necessidade do aumento gradual e sustentado do número de trabalhadores, mas também adquirir novas capacidades, de que se destaca a submarina e de construção com materiais compósitos.

Embora o quadro traçado dos objetivos de natureza estratégica e operacional seja tipicamente ambicioso, a empresa tem vindo a encetar esforços no sentido de compatibilizar as exigências de modernização, competitividade e produtividade com a realidade incontornável de infraestruturas envelhecidas, com necessidade de adequação ambiental e industrial, de recursos diminutos por parte da Marinha Portuguesa e de processos organizativos e laborais a necessitar de modernização e que condicionam uma solução desenvolvimentista de futuro.

Nesta medida, e sem perder de vista a visão e os objetivos de longo prazo estabelecidos, a empresa tem procurado assegurar um ambiente interno saudável tendente a promover a motivação e o envolvimento de todos os trabalhadores em soluções que a tornem mais eficiente e que, por consequência, permita melhores resultados.

II - RECOMENDAÇÕES DA ACIONISTA

A Arsenal do Alfeite, S.A., cumpriu as orientações emanadas pela acionista, nomeadamente em sede da Assembleia Geral de 12 de agosto de 2021 relativamente à aplicação de resultados.

A acionista, para além do acima referido e dos objetivos gerais de boa gestão, sempre presentes na administração de uma empresa de capitais públicos, não enunciou para o triénio quaisquer outros objetivos específicos.

Releva-se a completa disponibilidade para prestar à Marinha Portuguesa, de modo preferencial, todos os serviços de reparação e manutenção naval militar a que está obrigada contratualmente, tendo-o feito de modo a induzir neste cliente um bom grau de satisfação. Paralelamente, também por orientação ministerial, deu-se continuidade ao processo de capacitação para proceder a grandes revisões dos submarinos da Marinha Portuguesa e mantiveram-se as relações com a Marinha Real de Marrocos, destacando-se, neste âmbito a conclusão da docagem do submarino NRP “Arpão” e a chegada do Navio “PHM Ettawfiq”, da Marinha Real de Marrocos para efetuar uma grande reparação.

Ainda por orientação ministerial, a empresa desenvolveu as ações necessárias à retoma da construção, concretizadas com a assinatura de um contrato de construção de duas embarcações salva-vidas, com opção para mais duas, tendo sido entregue em 2021 a primeira lancha.

III - ATIVIDADES E PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS

Perspetiva global da atividade

Reparação Naval

A atividade da empresa no ano de 2021 caracterizou-se pelo alinhamento estratégico operacionalizado com o principal cliente, a Marinha Portuguesa, e pela chegada do navio PHM Ettawfiq, da Marinha Real de Marrocos, para efetuar uma grande reparação.

Para o cliente Marinha Portuguesa, verificou-se o incremento do número de Intervenções Eventuais (EV), decrescendo o número de Serviços de Reparação Urgentes (SRU).

São dignos de realce a conclusão dos trabalhos na fragata NRP Corte Real, de modo a preparar o navio para a Standing NATO Maritime Group 1 (SNMG1), a entrega à Marinha Portuguesa da primeira lancha salva-vidas, o início da Revisão Intermédia com Docagem do Navio Hidrográfico NRP Almirante gago Coutinho e as intervenções nos navios patrulha das classes Tejo e Viana do Castelo e NE Sagres.

De realçar que os contratos de cariz plurianual são um elemento fulcral no estabelecimento de uma metodologia de relacionamento que potencia e otimiza a exequibilidade dos projetos de reparação planeados, sem existência de barreiras administrativas decorrentes das transições de ano, algo que tem vindo a ser abordado entre a Arsenal do Alfeite, S.A. e a Marinha Portuguesa, alargando agora este debate à Comissão de Auditoria de Preços (CAP).

De forma resumida apresentam-se os projetos cuja execução decorreu nos seguintes meios de docagem / alagem:

Plano Inclinado n.º 1

- ❖ P. 768 / NRP Dragão – 22.06.2020 a 04.11.2021

Plano Inclinado n.º 3

- ❖ P. 756/Centauro – 25.05.2020 a 31.12.2021 (continua atualmente em reparação)

Doca Flutuante

- ❖ P.725 / Douro – 12.05.2021 a 25.06.2021

Doca Seca

- ❖ P. 705 / NRP Arpão – 05.2019 a 20.11.2021

RELATÓRIO E CONTAS

No que se refere à vertente de reparação de submarinos, concluiu-se a docagem do NRP “Arpão”. No âmbito do Acordo Estratégico entre a Arsenal do Alfeite, S.A, a Marinha Portuguesa e a tkMS, têm vindo a ser identificadas novas linhas de ação para cooperação no futuro.

A conjugação dos factos anteriormente descritos conduziu a que 2021 fosse um ano marcado por uma forte preponderância da Marinha Portuguesa em termos da distribuição do volume de negócios pelos diversos clientes, o que assinala de forma inequívoca a importância da Arsenal do Alfeite, S.A. para a sustentabilidade da esquadra da Marinha, e reciprocamente a importância da Marinha Portuguesa para o estaleiro.

Na vertente internacionalização, é de destacar a contratação da Arsenal do Alfeite, S.A. pela tkMS para a intervenção no NRP Arpão e pela Marinha Real de Marrocos para a realização dos trabalhos do PHM Ettawfiq, dando continuidade a uma relação que se pretende longa e profícua, ao nível de docagens e de grandes intervenções de reparação planeada da esquadra da Marinha Real de Marrocos.

Assim, é imprescindível continuar o esforço de alinhamento entre a Arsenal do Alfeite, S.A. e a Marinha Portuguesa, de modo a permitir a partilha em antecipação (mínimo de dois anos de antecedência) de um planeamento para a indução da carteira de encomendas da Marinha, e o estabelecimento de um contrato plurianual a não menos que três anos, idealmente a cinco anos, para a globalidade dos projetos com a Marinha, permitindo a este organismo deter uma capacidade de resposta efetiva e em tempo à grande maioria das necessidades da esquadra.

Produtos Especiais e Manutenção Industrial

Para uma empresa com a estrutura da Arsenal do Alfeite, S.A. (i.e. fornecedora de serviços de reparação, ou modificação, funcionalmente integrados e tecnologicamente transversais) de navios militares, a prossecução da vertente da reparação naval comercial tem de ser necessariamente encarada como um produto colateral e complementar no negócio da empresa. Para assegurar a competitividade no mercado nacional obrigaria à existência de contratos-quadro com as empresas detentoras dos meios marítimos que assegurassem a escala e o volume de negócios necessários para uma política de preços competitivos, pois em termos de uma abordagem pontual ao mercado verifica-se a prática de preços por empresas terceiras dificilmente coadunáveis com empresas que incorporam elevado valor acrescentado aos seus produtos.

Construção Naval

No ano de 2021, realizou-se a entrega da primeira lancha salva-vidas do tipo L150SV à Marinha Portuguesa. Esta atividade encontra-se atrasada devido à crise pandémica instalada em Portugal desde fevereiro de 2020, o que tem inviabilizado a deslocação dos subcontratantes estrangeiros a Portugal.

RELATÓRIO E CONTAS

Cientes

A Marinha Portuguesa é o principal cliente do estaleiro, identificando-se complementarmente outras entidades. A nível internacional, destacam-se a tkMS e a Marinha Real de Marrocos. A nível nacional, com um volume de negócio significativamente menor, identifica-se a OGMA, S.A. e algumas PME.

Perspetiva Futura

Tendo em conta o contexto nacional e internacional de reforço e compromisso para com a indústria da defesa, e o caminho traçado pela Arsenal do Alfeite desde a sua passagem a empresa pública em 2009, é fundamental alterar o seu rumo e fazer da Arsenal do Alfeite, S.A. uma empresa sustentável nas suas três dimensões: económica, social e ambiental (aqui se incluindo a energética).

Esta transformação deverá ser conseguida cumprindo, em primeiro lugar, o seu desígnio fundamental de suportar a Marinha Portuguesa na evolução e manutenção da sua esquadra e, posteriormente, desenvolvendo a sua atividade transformando-se num contribuinte de relevo para a internacionalização da economia da defesa e do cluster da construção e reparação naval, através do fornecimento a outras Marinhas de serviços de elevado valor acrescentado e cariz tecnológico e, bem assim, num elemento central da dinamização do cluster da construção e reparação naval.

Todo o trabalho a desenvolver com e para o parceiro Marinha Portuguesa deverá ser focado em dotar a Arsenal do Alfeite de capacidades técnicas e tecnológicas de última geração que acompanhem a evolução tecnológica dos ativos ao seu cuidado e que assegurem a sua permanente atualização no suporte do cumprimento das missões de soberania e de interesse público cometidas à Armada.

Ser uma entidade reconhecida e ativa no contexto da manutenção naval militar permitirá servir melhor a Marinha Portuguesa assegurando a disponibilidade dos seus ativos para cumprirem a sua função e responsabilidades, assim como, contribuirá para colocar Portugal na rota dos países com competências e argumentos para servir a indústria da defesa a nível internacional e estimular o cluster naval nacional.

Principais atividades comerciais por Setor de Negócio

Reparação Naval Militar

Ao nível do sector de negócio da Reparação Naval Militar, há a destacar os seguintes projetos:

- ❖ Revisão Intermédia com Docagem do Navio “Arpão”, da Marinha Portuguesa;
- ❖ Aprontamento da fragata NRP “Corte Real”, da Marinha Portuguesa;
- ❖ Grande revisão do Navio “PHM Ettawfiq”, da Marinha Real de Marrocos;
- ❖ Revisão Intermédia com docagem do NRP “Centauro”, da Marinha Portuguesa;

RELATÓRIO E CONTAS

- ❖ Revisão Intermédia com docagem do NRP “Almirante Gago Coutinho”, da Marinha Portuguesa;
- ❖ Pequenas Revisões dos Navios “Figueira da Foz”, “Douro” e “Sagres”, da Marinha Portuguesa;
- ❖ Revisão dos sistemas de Armas e Sensores do NRP “Vasco da Gama”, da Marinha Portuguesa;
- ❖ Reparações Eventuais e Urgentes nos diversos navios da Marinha Portuguesa.

Reparação Naval Comercial

Nada a mencionar.

Construção Naval

Ao nível do sector de negócio da Construção Naval, refere-se o projeto em curso da construção de lanchas salva-vidas para o Instituto de Socorros a Náufragos, da Autoridade Marítima Nacional.



Principais riscos da atividade

A atividade da empresa encontra-se exposta a uma variedade de riscos financeiros, tais como o risco de mercado, o risco de crédito e o risco de liquidez.

Risco de crédito

A exposição da Empresa ao risco de crédito está maioritariamente associada às contas a receber decorrentes da sua atividade operacional. O risco de crédito refere-se ao risco de a contraparte incumprir com as suas obrigações contratuais, resultando uma perda para a Empresa.

RELATÓRIO E CONTAS

O risco de crédito decorrente da atividade operacional está essencialmente relacionado com dívidas de vendas realizadas e serviços prestados a clientes. A gestão deste risco tem por objetivo garantir a efetiva cobrança dos créditos nos prazos estabelecidos sem afetar o equilíbrio financeiro da Empresa. Este risco é monitorizado numa base regular de negócio, sendo que o objetivo da gestão é (a) limitar o crédito concedido a clientes, considerando o prazo médio de recebimento de cada cliente, (b) monitorar a evolução do nível de crédito concedido, e (c) realizar análise de imparidade aos valores a receber numa base regular.

Os ajustamentos para contas a receber são calculados considerando-se (a) o perfil de risco do cliente, (b) o prazo médio de recebimento, o qual difere de negócio para negócio, e (c) a condição financeira do cliente. Os movimentos destes ajustamentos para os exercícios findos a 31 de dezembro de 2021 e 2020 estão referidos na Nota 18.1.

A 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Empresa considera que não existe a necessidade de reconhecer perdas de imparidade adicionais para além dos montantes registados naquelas datas e evidenciados, de forma resumida, na Nota 18.1.

Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como sendo o risco de falta de capacidade para liquidar ou cumprir as obrigações no prazo estipulado e a um preço razoável. A existência de liquidez implica que sejam definidos parâmetros de gestão dessa liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa liquidez de forma segura e eficiente.

A gestão do risco de liquidez da Empresa tem por objetivo:

- ❖ Liquidez – garantir o acesso permanente e de forma eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correntes nas respetivas datas de vencimento;
- ❖ Segurança – minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e
- ❖ Eficiência financeira – garantir a minimização do custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

A Empresa tem como política compatibilizar os prazos de vencimento de ativos e passivos, gerindo as respetivas maturidades de forma equilibrada.

O desequilíbrio estrutural da exploração originou, entre o final do ano de 2020 e final de 2021, significativas dificuldades de liquidez condicionadores do normal funcionamento da empresa. A Administração decidiu implementar uma série de medidas por forma a garantir a sustentabilidade futura da empresa.

IV - RECURSOS HUMANOS

Gestão de Recursos Humanos

No final de 2021, verificou-se que o efetivo de pessoal da Arsenal do Alfeite, S.A. teve uma redução face ao registado em 31 de dezembro de 2020.

Assim, em 31 de dezembro de 2021, a Arsenal do Alfeite, S.A., tinha no ativo 426 trabalhadores, pelo que se verifica uma redução do efetivo da empresa face ao número de trabalhadores registados a 31 de dezembro que se cifrava em 445 trabalhadores (450 em 31 de dezembro de 2019 e 480 em 31 de dezembro de 2018).

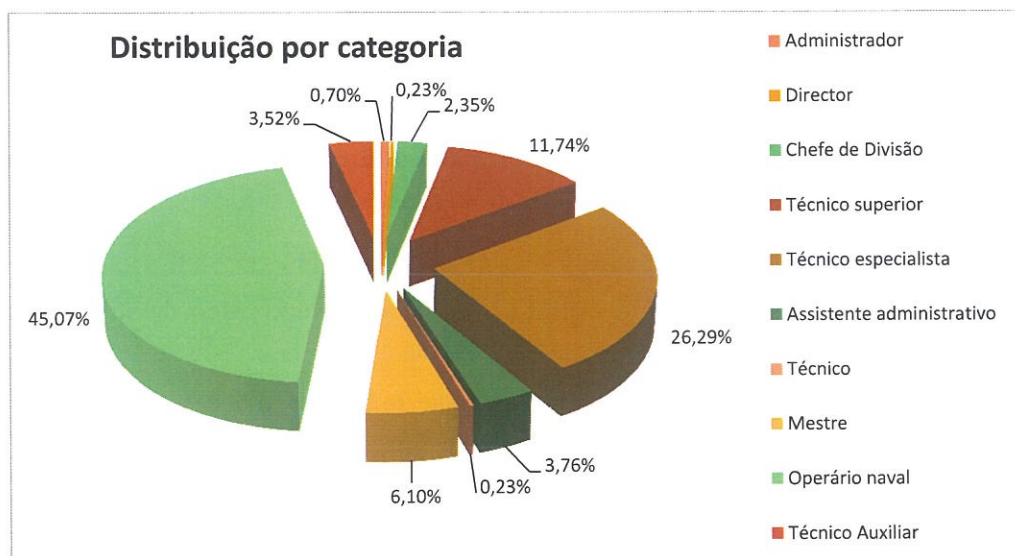
Em 2021, a saída de 29 trabalhadores, por oposição à admissão de somente 10, originou a diminuição registada do efetivo.

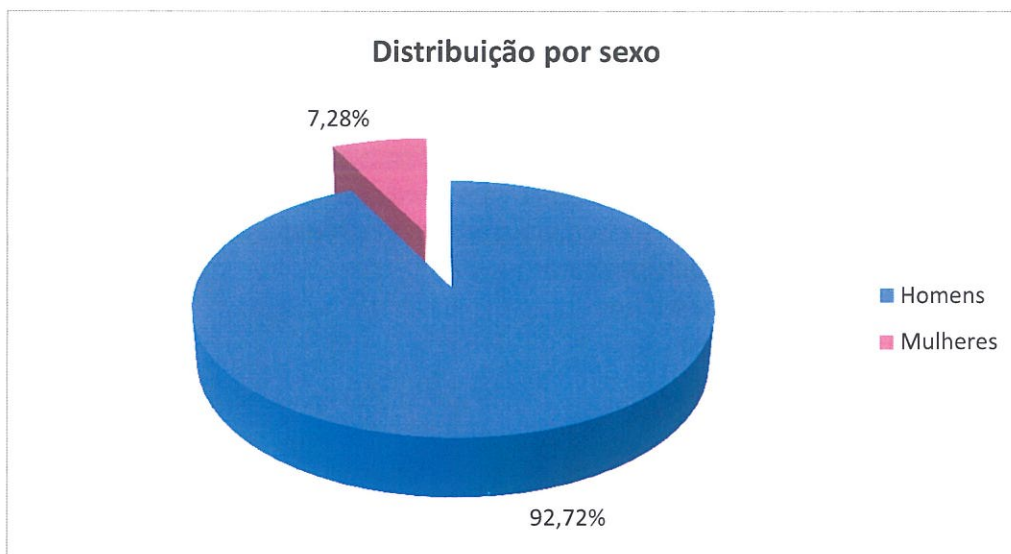
Em 31 de dezembro de 2021, o efetivo apresentava a seguinte distribuição, por vínculo:

Membros do Conselho de Administração	3
Acordo de cedência de interesse público	311
Comissão normal de serviço (pessoal militar)	8
Contrato de trabalho (termo indeterminado)	104

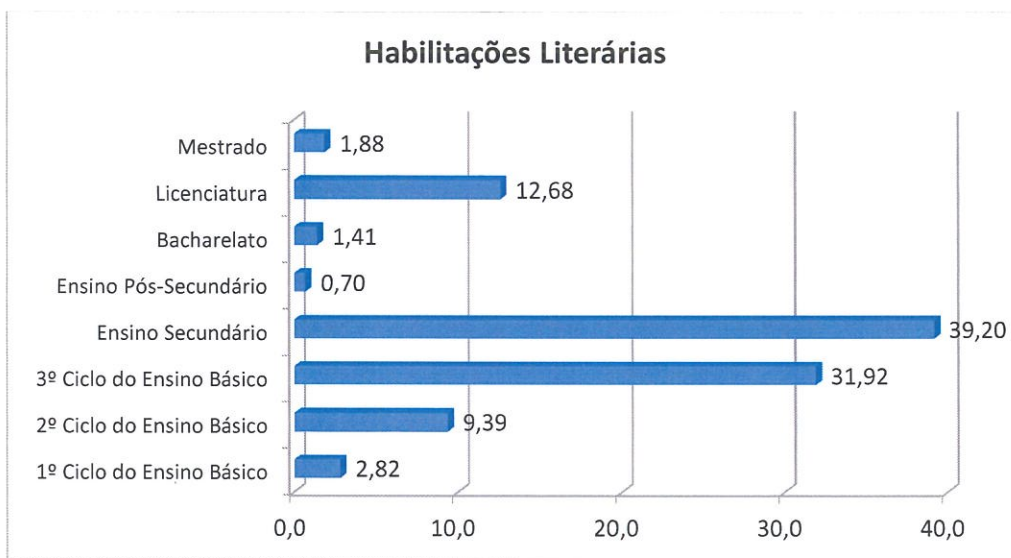
A população caracteriza-se por ser maioritariamente masculina (395 homens e 31 mulheres), com uma idade média a rondar os 49 anos.

Os quadros seguintes refletem a distribuição por categoria e distribuição por sexo dos trabalhadores da Arsenal do Alfeite, S.A.:

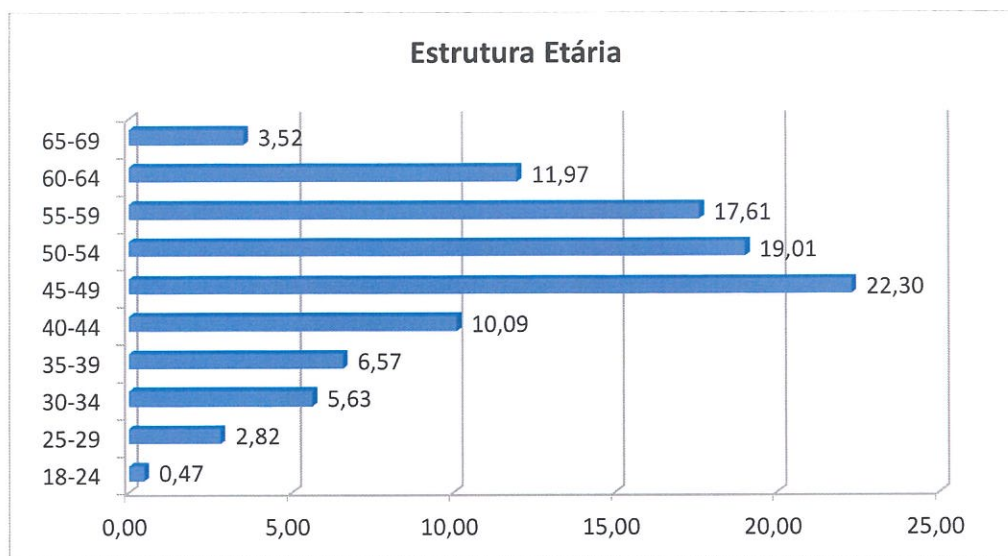




A idade média teve uma ligeira subida face a 2020, situando-se nos 49 anos e nove meses e a distribuição das habilitações académicas e literárias revela que a maioria dos trabalhadores tem uma escolaridade igual ou superior ao ensino secundário (correspondendo no conjunto a 54,47%):



RELATÓRIO E CONTAS



Em 2021, o índice de ausências aumentou em relação a 2020, registando um valor de 11,45% (9,80% em 2020), muito justificado pela conjuntura pandémica atual. No que respeita ao absentismo registou-se um valor de 6,97%, também ele superior quando comparado com o registado em 2020 que foi de 5,83%.

A rotação externa, por sua vez, diminuiu face ao ano anterior, cifrando-se, no ano de 2021, em 4,51% (9,74% em 2020 e 4,90% em 2019).

No ano de 2021, registou-se a saída de 29 trabalhadores, tendo sido admitidos 10 (de se registar a acentuada diminuição de admissões face a 2020 que registou 42 entradas).

As saídas referem-se, maioritariamente e à semelhança dos anos transatos, a aposentações e a cessações do acordo de cedência de interesse público (ACIP) por iniciativa dos próprios trabalhadores, com transferência para outros organismos da Administração Pública ou empresas públicas. Note-se que nos termos da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual decorrente da Lei n.º 2/2020, de 31 de março, a Arsenal do Alfeite, S.A., não se pode opor à saída de trabalhadores por sua vontade no âmbito de ACIP.

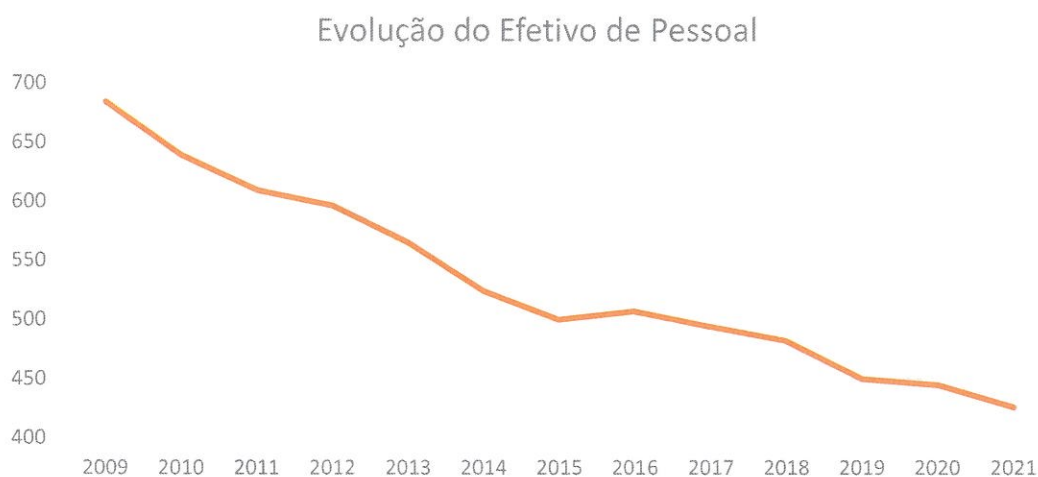
O ano de 2021, caracterizou-se pela diminuição do efetivo, tendo-se verificado um ligeiro decréscimo dos gastos com pessoal comparativamente com o ano de 2020.



RELATÓRIO E CONTAS

Devido ao reduzido nível de contratações e a saída, em média, de 2,42 trabalhadores por mês, a Arsenal do Alfeite, S.A., voltou a uma fase de decréscimo do efetivo, continuando a situar-se em patamar inferior a 450 trabalhadores.

No que respeita aos gastos associados, está em linha com a tendência que tem vindo a verificar-se desde o início da atividade da empresa, em 1 de setembro de 2009, ou seja, registou-se uma ligeira diminuição (note-se que a oscilação em 2013 da tendência de descida dos gastos com pessoal ficou a dever-se à retoma do pagamento dos subsídios de férias e natal nesse ano):



Saúde no trabalho

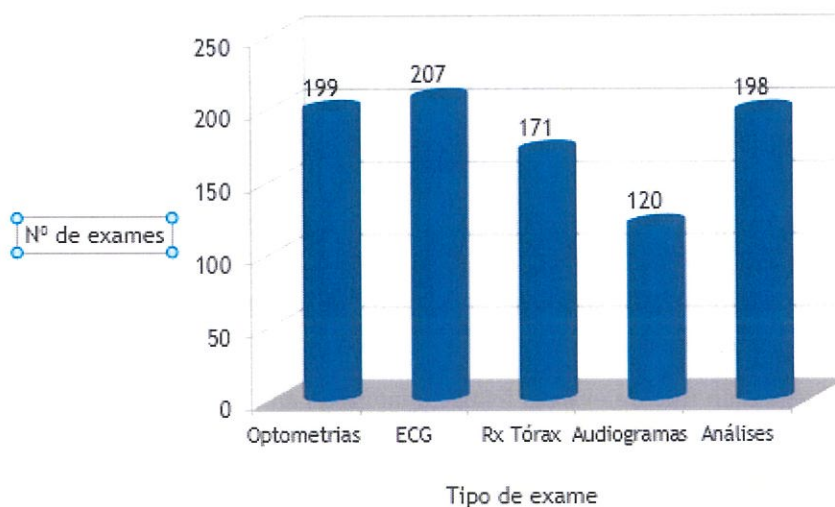
A atividade obrigatória de assegurar a Saúde no Trabalho foi desenvolvida através de serviço interno, que exerceu as funções específicas de medicina do trabalho, de vigilância e promoção da saúde e de prestação de primeiros socorros, garantindo assistência em situações de emergência relacionadas com acidentes de trabalho e doenças súbitas. Para o efeito, o serviço manteve em permanência uma enfermeira durante o período normal de laboração e uma médica de medicina do trabalho quatro dias por semana.

Elencam-se de seguida o tipo de exames feitos ao longo do ano de 2021 pelo serviço interno de medicina do trabalho sendo que na totalidade foram realizados 765 exames.

RELATÓRIO E CONTAS

TIPO DE EXAME	Total 2021
Ex. Médico Periódico	184
Ex. Médico Admissão	15
Acidente Trabalho	10
Doença súbita presencial	26
Doença súbita não presencial	14
Ex. Ocasional pedido Médico Trabalho	90
Ex. Ocasional pedido Trabalhador	216
Ex. Ocasional retoma AT	27
Ex. Ocasional retoma após doença	31
Ex. Ocasional retoma pós-parto	1
Ex. Ocasional relacionado com COVID-19	121
Ex. Ocasional a pedido da hierarquia	1
Ex. Ocasional relacionado com consumo substâncias	1
Ex. Ocasional por mudança de função	4
Ex. Ocasional reavaliação AT	24

Refira-se ainda que, durante o ano de 2021, foram realizados/solicitados 895 exames complementares de diagnóstico com a seguinte distribuição:



RELATÓRIO E CONTAS

É ainda de mencionar o decréscimo de doenças profissionais participadas face ao ano anterior, porquanto no ano de 2021 foram caracterizadas 3 situações de doença profissional face às 4 situações existentes no ano de 2020.

Formação profissional

O Plano Anual de Formação para 2021 foi executado em conformidade com a disponibilidade e as necessidades da empresa, registando-se um ligeiro aumento no número de ações de formação frequentadas, justificadas em grande parte pelo aliviar das restrições no âmbito do Covid-19 no que se refere às formações presenciais, bem como na maior disponibilidade de oferta em regime de e-learning e b-learning.

As diversas fases do ciclo formativo foram asseguradas, relativamente à formação interna e à formação externa, desde o levantamento das necessidades de formação até à avaliação da eficácia da formação, concretizando-se o seguinte:

	2019	2020	2021
Número de ações de formação frequentadas	66	52	81
Volume da formação (horas)	3115	1297	3495
Número de participantes	356	250	303

Existiu, assim, em 2021, um aumento de cerca de 55% de número de ações de formação frequentadas e do respetivo volume de horas, para mais do dobro, bem como um aumento no número de participantes (de 250 para 303).

Reconhecendo a importância da formação e da integração no mercado de trabalho de jovens, a Arsenal do Alfeite, S.A. proporcionou, em 2021, a realização de estágios curriculares em contexto de trabalho a 24 estudantes (19 de cursos profissionais do ensino secundário e 5 do ensino superior).

Salienta-se que, no total, os estágios mencionados significaram a aprendizagem em contexto real de trabalho durante 8.309 horas, o que se traduz em mais de 3.829 horas face ao ano anterior (4.480 horas).

Responsabilidade Social

No âmbito da responsabilidade social da empresa realça-se o apoio aos filhos dos trabalhadores, consubstanciado no apoio à frequência do berçário, creche e jardim-de-infância do Centro de

RELATÓRIO E CONTAS

Apoio Social do Alfeite do Instituto de Ação Social das Forças Armadas (IASFA, I.P.). Beneficiaram desta parceria os trabalhadores com filhos entre os 4 meses e os 4 anos:

Ano letivo de 2017/2018 – 20 crianças

Ano letivo de 2018/2019 – 16 crianças

Ano letivo de 2019/2020 – 16 crianças

Ano letivo de 2020/2021 - 14 crianças

Ano letivo de 2021/2022 - 18 crianças

Atendendo à situação pandémica vivida, não foi infelizmente possível promover, em 2021, o convívio entre os trabalhadores, à semelhança de anos anteriores, através do Dia do Arsenal e Festa de Natal, nem o habitual campo de férias dirigido aos filhos, enteados e equiparáveis dos trabalhadores desta empresa pública, o qual tem visado permitir às famílias conciliar parte do período de férias dos filhos com períodos de trabalho dos pais e promover o convívio entre os familiares.



No âmbito da promoção da responsabilidade social da empresa continuou em vigor o programa “Arsenalista Mais” com o grande objetivo de aumentar os níveis de conciliação entre a vida profissional e a vida pessoal e familiar.

Destaca-se no âmbito deste programa, a colaboração com o CEFA – Centro de Educação Física da Armada, com condições especiais, permitindo aos trabalhadores e familiares o acesso a meios que permitam uma vida mais ativa e com mais e melhor saúde.

Foram ainda celebrados protocolos com empresas em diferentes áreas de negócio, os quais se consubstanciam em descontos interessantes em serviços de farmácia, cultura, lazer, comunicações e outros para os trabalhadores e seus familiares.

No âmbito das iniciativas de solidariedade com a comunidade, encontravam-se planeadas quatro recolhas de sangue pelo Instituto Português do Sangue e Transplantação, I.P., tendo sido, porém, apenas realizada uma recolha em virtude da situação pandémica vivida, a qual totalizou 43 dádivas (Aviso n.º 14/2021, de 29 de setembro).

Continuámos, em 2021, a recolha interna de tampinhas com a finalidade de apoiar a aquisição de equipamentos para crianças e jovens portadores de deficiência, além de promover a consciência do impacto dos mais pequenos atos no ambiente.

Por fim, salienta-se o esforço para garantir a continuidade dos serviços de cafetaria e refeitório fornecendo esta valência, durante o ano de 2021, uma média de 75 refeições diárias a preços inferiores ao valor do subsídio diário de refeição pago aos trabalhadores.

V - CONTRATAÇÃO PÚBLICA

A Arsenal do Alfeite, S.A., enquanto sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos e entidade pública reclassificada, segue os procedimentos pré-contratuais do Código dos Contratos Públicos ou, sendo o caso, o Decreto-Lei n.º 104/2011, de 6 de outubro, que rege a contratação pública nos domínios da defesa e da segurança. A empresa procede, ainda, nos termos exigidos pela lei, às publicações das relações contratuais com terceiros através da plataforma eletrónica de contratação pública Base – Contratos Públicos *Online*.

Por outro lado, existem na empresa procedimentos internos instituídos para a contratação de bens e serviços, bem como para as empreitadas, estando previsto no Manual do Sistema Integrado de Gestão, a monitorização e controlo dos procedimentos de Contratação Pública. Neste âmbito, foram aprovados em 2012, tendo sido revistos em outubro de 2015 e anualmente apreciados no âmbito do sistema de gestão de qualidade, os seguintes documentos contendo os procedimentos internos aplicáveis nesta área:

- ❖ PCA 01B – Aquisição de bens e serviços;
- ❖ PCA 02B – Aquisição e receção de empreitadas;
- ❖ PCA 03B – Avaliação de fornecedores.

No que respeita aos procedimentos adotados, ressalva-se que sem prejuízo do disposto em geral quanto à contratação excluída nos termos do artigo 5º do Código dos Contratos Públicos, não existiram transações fora das condições de mercado.

Em virtude da atividade da empresa, com um grande número de especialidades operacionais e uma elevada diversidade de meios e equipamentos intervencionados, verificou-se, em 2021, que 82,89% das requisições ao mercado dizem respeito a aquisições de valor inferior a 1.000€, pelo que o procedimento mais adotado foi o Ajuste Direto Simplificado. Porém, e de modo a acautelar uma maior transparência, concorrência e abrangência do mercado, foram adotados procedimentos internos de modo a aumentar o número de fornecedores consultados, tendo-se optado pelo lançamento destes procedimentos via plataforma eletrónica com consulta a todos os fornecedores registados no código CPV respeitante à aquisição em curso.

De se salientar que os esforços encetados resultaram numa diminuição muito significativa das requisições ao mercado com conseqüente otimização das compras efetuadas, tendo-se em 2021 emitido 1613 requisições não obstante o valor global das mesmas seja superior ao verificado em 2020 em virtude da maior carteira de encomendas (2190 requisições em 2020 para um volume de aquisições de € 4.569,161,00 versus 1613 requisições em 2021 para um volume de aquisições de bens, serviços e empreitadas de € 4.890.049,00). Tal resultado resultou no incremento do lançamento de procedimentos mais concorrenciais, tais como concursos públicos e consultas prévias com divisão por lotes sempre que tecnicamente viável, minimizando-se ao máximo o recurso aos procedimentos de ajuste direto.

RELATÓRIO E CONTAS

De se salientar ainda a este respeito que as normas implementadas na empresa visam salvaguardar a atenção devida às condições de mercado, pelo que a Divisão de Contratação e Aprovisionamento, salvo raras exceções (decorrentes, por exemplo, de ser o único fornecedor no mercado de determinada peça sobresselente), inicia todo e qualquer procedimento de aquisição mediante consulta prévia e exploratória ao mercado, sendo consultados, no mínimo, três fornecedores distintos, o que permite não só justificar a escolha do fornecedor em função do preço proposto mas também para procurar as melhores condições possíveis de mercado para provimento das necessidades aquisitivas do estaleiro.

Durante o ano de 2021, foram efetuadas 1.613 requisições ao mercado, distribuídas por intervalos de valor conforme quadro abaixo:

Requisições ao Mercado		
Valor	Quantidades	%
Inferior a 1.000€	1.337	82,89%
Superior ou igual a 1.000€ e inferior a 5.000€	187	11,59%
Superior ou igual a 5.000€ e inferior a 50.000€	71	4,40%
Superior ou igual a 50.000€ e inferior a 100.000€	9	0,56%
Superior ou igual a 100.000€ e inferior a 200.000€	4	0,25%
Superior ou igual a 200.000€	5	0,31%
	<hr/> 1.613	<hr/> 100%

Apesar de a empresa não ser entidade compradora vinculada do Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP), recorre-se sempre que possível a aquisições de bens e serviços ao abrigo dos acordos quadro celebrados pela eSPap, relevando-se, neste âmbito, a adesão da Arsenal do Alfeite, S.A. aos procedimentos de aquisição agregada de eletricidade, gás natural e combustíveis rodoviários.

No que respeita à submissão de contratos à fiscalização prévia do Tribunal de Contas (tendo em conta o determinado pelo artigo 47º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (LOPTC), aprovada pela Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, na sua redação atual decorrente da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro), não se registou em 2021 qualquer contrato que estivesse sujeito à fiscalização ora em apreço.

Por fim, de se enfatizar que não foram celebrados, durante o ano de 2020, quaisquer contratos com valor superior a 5.000.000€.

VI - DEVERES ESPECIAIS DE INFORMAÇÃO

Para cumprimento dos deveres de informação a que a Arsenal do Alfeite, S.A. se encontra sujeita, nomeadamente os relativos ao reporte de informação económica e financeira (vide alíneas d) a i) do n.º 1 do artigo 44.º do RJSPE), utilizam-se diversas plataformas e meios, incluindo as plataformas informáticas SIRIEF, SOL e SIGO, a saber:

Prestação de garantias financeiras ou assunção de dívidas ou passivos de outras entidades, mesmo nos casos em que assumam organização de grupo

Não aplicável no exercício da Arsenal do Alfeite, S.A., dado que esta empresa não prestou garantias financeiras nem assumiu dívidas ou passivos de outras entidades.

Grau de execução dos objetivos fixados, justificação dos desvios verificados e indicação de medidas de correção aplicadas ou a aplicar

Publicitação do Relatório de Governo Societário e do Relatório e Contas na página de internet da empresa onde consta a informação pertinente.

Planos de atividades e orçamento, anuais e plurianuais, incluindo os planos de investimento e as fontes de financiamento

Enviados à Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial (carregamento em SIRIEF).

Orçamento anual e plurianual

Enviados à acionista única e à Direção-Geral do Orçamento (DGO).

Documentos anuais de prestação de contas;

Enviados à acionista única, ao Tribunal de Contas, à Direção-Geral do Orçamento, à Direção-Geral do Tesouro e Finanças, à Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial.

Relatórios trimestrais de execução orçamental acompanhados dos relatórios do órgão de fiscalização.

Não exigido pela acionista única, a empresa pública IdD – Portugal Defence, S.A..

Com o intuito de dar cumprimento aos deveres de transparência a que a Arsenal do Alfeite, S.A., se encontra sujeita, nomeadamente os relativos a informação a prestar anualmente ao titular da função acionista e ao público em geral sobre o modo como foi prosseguida a sua missão, o grau de cumprimento dos seus objetivos, a forma como foi cumprida a política de responsabilidade social, de desenvolvimento sustentável e os termos de prestação do serviço público, e em que medida foi salvaguardada a sua competitividade, designadamente pela via da investigação, do desenvolvimento, da inovação e da integração de novas tecnologias no processo produtivo, esta empresa presta as seguintes informações, através de diversas plataformas (como indicado):

RELATÓRIO E CONTAS

Sistema de Informação da Organização do Estado (SIOE)

Nos termos da Lei n.º 104/2019, de 6 de setembro, a Arsenal do Alfeite, S.A. procede ao carregamento e atualização dos dados do SIOE, trimestralmente.

No ano de 2020 (julho), a Arsenal do Alfeite, S.A. procedeu ao preenchimento do RITAP - Recolha de Informação sobre os Trabalhadores das Administrações Públicas, efetuando-se assim a recolha de informação preparatória sobre carreiras, categorias e remunerações dos trabalhadores dos empregadores públicos, visando a criação pela DGAEP, das condições técnicas e operacionais que contribuam para o registo de informação no novo Sistema de Informação da Organização do Estado (SIOE) reformulado e ampliado nos termos da Lei n.º 104/2019, de 6 de setembro (Lei do SIOE), e para o planeamento, definição, implementação e acompanhamento de medidas de política a adotar pelo Governo e, em particular, pela área governativa da Modernização do Estado e da Administração Pública, em especial no domínio da política de recursos humanos.

Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social - Relatório Único

Este relatório anual sobre a atividade social da empresa é exigido pelo artigo 32º da Lei n.º 105/2009, de 14 de setembro, na sua redação atual resultante da Lei n.º 93/2019, de 4 de setembro, que regulamenta o Código do Trabalho, e regulado pela Portaria n.º 55/2010, de 21 de janeiro, alterada, por sua vez, pela Portaria n.º 108-A/2011 de 14 de março.

Execução Orçamental do Estado – Sistema de Informação e Gestão Orçamental (SIGO)e Serviços Online

Em conformidade com os artigos 120º e 121º do diploma de execução orçamental, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho, a Arsenal do Alfeite, S.A., procede à prestação de informação:

		Periodicidade	Prazo
Contas de Execução Orçamental – Receitas e Despesas	SIGO	Mensal	8
Alterações Orçamentais – receitas e despesas	SIGO	Mensal	8
Encargos com o pessoal	SIGO	Mensal	-
Fundos Disponíveis	Serviços Online	Mensal	Até ao 10.º dia Útil
Pagamentos em Atraso	SIGO	Mensal	8
Informação relativa à Unidade de Tesouraria	Serviços Online	Trimestral	15
Declaração de Compromissos plurianuais, de Pagamentos em atraso e de recebimentos em atraso	Serviços Online	Anual	31 de janeiro
Compromissos Plurianuais	SIGO	Atualização	--

RELATÓRIO E CONTAS

		permanente	
Previsão Mensal da Execução	Serviços <i>Online</i>	Mensal	Calendário Específico
Balanço e Demonstração dos Resultados Previsionais do ano e orçamento	Serviços <i>Online</i>	Anual	Entretanto cancelados/suspensos pela DGO
Balancetes Analíticos	Serviços <i>Online</i>	Trimestral	Entretanto cancelados/suspensos pela DGO
Conta de Gerência	SIGO	Anual	Até 30 de abril

Prestação de Informação ao INE

		Periodicidade	
Inquérito Anual à Produção Industrial (IAPI)	Serviços <i>Online</i>		Anual
Índice de Custo do Trabalho Empresa (ICTE)	Serviços <i>Online</i>		Trimestral
INTRASTAT – Fluxo de Chegada (INTRA-CH)	Serviços <i>Online</i>		Mensal
Inquérito aos Trabalhos de Reparação – Comércio Internacional – Exportação (IREPEXP)	Serviços <i>Online</i>		Mensal
Inquérito à Utilização de TIC das Empresas (IUTICE)	Serviços <i>Online</i>		Anual
Inquérito ao Volume de Negócios e Emprego (IVNE)	Serviços <i>Online</i>		Mensal

Prestação de Informação no Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira (SIRIEF)

		Periodicidade	
Prazo Médio de Pagamentos			Mensal
Gastos Operacionais			Mensal
Demonstração de Fluxos de Caixa			Mensal
Saldo em dívida			Mensal
Execução (Balanço e Demonstração de Resultados)			Trimestral
Unidade de Tesouraria			Trimestral
Financiamento Público e Comunitário			Trimestral
Responsabilidades Contingentes			Trimestral
Plano de Atividades e Orçamento			Anual
Balanço			Anual
Demonstração de Resultados			Anual
Demonstração das Alterações no Património Líquido			Anual

RELATÓRIO E CONTAS

Financiamento Público e Comunitário	Anual
Esforço Financeiro Público	Anual
Indicadores de Recursos Humanos	Anual
Indicadores de Atividade	Anual
Relatório do Governo Societário	Anual
Relatório de Execução do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Anexas	Anual

Prestação de Informação ao Tribunal de Contas

Reporte anual referente ao património financeiro (ate ao dia 28 de fevereiro), nos termos das Instruções n.º 01/2008.

Prestação de Informação à Direção-Geral de Recursos de Defesa Nacional

Reporte anual (até ao dia 31 de janeiro), nos termos do artigo 28º, alíneas a) e b) da Lei 49/2009, de 5 de agosto, no âmbito das condições de acesso e exercício das atividades de comércio e indústria de bens e tecnologias militares.

Reporte anual (habitualmente em agosto), no âmbito da criação do Centro Qualifica Administração Pública (CQ AP) na área governativa da Defesa Nacional, através da aprovação da Resolução de Conselho de Ministros n.º 32/2019, visando a caracterização das necessidades de certificação escolar e profissional dos trabalhadores.

No sítio internet da empresa encontra-se a informação exigida para o setor empresarial do Estado, da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, indicada no quadro disponível no Anexo I – Cumprimento das Orientações Legais.

VII - LIMITES DE ENDIVIDAMENTO

A Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2021, nomeadamente o seu artigo 65º, determina, que “o crescimento global do endividamento das empresas públicas fica limitado a 2%, considerando o financiamento remunerado corrigido pelo capital social realizado e excluindo investimentos, nos termos a definir no decreto-lei de execução orçamental”.

A Arsenal do Alfeite, S.A., dá pleno cumprimento ao exigido pela citada lei e pelas orientações do ofício-circular de instruções para elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão, pois não recorreu a qualquer financiamento bancário ou outro, como se pode ver nos quadros seguintes:

Anos	2021	2020	2019	2018	2017
Encargos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxa Média de Financiamento (%)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

	2021	2020	2019	2018	2017	Variação 21/20		
Passivo Remunerado								
	Valores (€)					Valor	%	
Financiamento Remunerado (Corrente e Não Corrente)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
- do qual concedido pela DGTF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Aumentos de Capital por dotação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Aumentos de Capital por conversão de créditos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

VIII - PERSPETIVAS FUTURAS

A atividade desenvolvida no primeiro quadrimestre do exercício económico em curso, bem como as perspetivas até à sua conclusão, confirmam a trajetória de equilíbrio da exploração da Arsenal do Alfeite S.A. e o reforço da sua autonomia enquanto empresa.

O reforço desta autonomia e da confiança junto do seu acionista, clientes, com particular destaque para a Marinha Portuguesa, Tutela Setorial e Financeira, serão a chave para a implementação do projeto de modernização do Arsenal, essencial para a melhoria da sua produtividade, condição necessária para responder aos desafios impostos pela instabilidade provocada pelo conflito armado na Europa.

Sem descorar a resposta às necessidades urgentes da esquadra, a sustentabilidade e modernização da empresa está dependente da sua participação nos principais programas de construção/modernização e manutenção da Marinha Portuguesa, com particular destaque para o programa de manutenção dos submarinos da classe Tridente, a modernização das Fragatas da classe Vasco da Gama e a construção da nova série de Navios Patrulha Oceânicos.

No âmbito da consolidação da capacitação submarina do Arsenal, concluída que está a Revisão Intermédia do submarino Arpão, prevê-se que a PR do submarino Tridente arranque no início do último trimestre do corrente ano, com a particularidade de o Arsenal assumir, pela primeira vez, a função de Prime Contratador.

A participação do Arsenal no programa de modernização das fragatas de Classe Vasco da Gama, com especial incidência na componente de Overhaul e Modificações, bem como no programa de construção da nova geração de Navios Patrulha Oceânicos, na componente de Apoio Logístico Integrado, constituirão, para além de um enorme desafio, uma oportunidade ímpar para as sua modernização e especialização.

Finalmente, destacar o papel que a Academia do Arsenal desempenhará no processo de preparação da empresa com vista à sua participação nos próximos programas da Marinha Portuguesa.

IX - ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

A leitura deste capítulo deve ser feita em conjugação com as demonstrações financeiras e notas anexas adiante apresentadas.

Situação Económica

A Arsenal do Alfeite, S.A., encerrou o exercício financeiro de 2021 com um resultado líquido negativo de 1.248,29 m€ (milhares de euros), o que representa uma melhoria de 5.312,64 m€ relativamente ao exercício anterior.

(Valores expressos em milhares de euros)

	2021	2020
Rendimentos Operacionais	17.909,82	17.109,62
Gastos Operacionais	14.570,90	19.406,55
Resultado Operacional	3.338,92	-2.296,92
Gastos de depreciação e amortização	4.120,02	4.082,43
Imparidade de Investimentos Depreciáveis/Amortizáveis	-253,94	486,72
Resultado Financeiro	-12,58	-3,93
Imposto sobre o Rendimento do Período	708,55	-309,07
Resultado Líquido do Período	-1.248,29	-6.560,93

Relativamente a 2020, o resultado líquido de 2021 reflete, fundamentalmente, um aumento significativo dos resultados operacionais, que haviam sido negativos no ano anterior e, este ano, tendo passado a positivos, ascenderam a 3.338,92 m€, uma melhoria de 5.635,84 m€. Existiu também uma diminuição dos gastos associados aos fornecimentos e serviços externos e aos gastos com o pessoal. Houve uma grande diminuição dos custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, em virtude da redução dos custos com aquisição de equipamentos associados à construção de embarcações em materiais compósitos, designadamente as Lanchas Salva-Vidas para o Instituto de Socorros a Náufragos, face ao ano de 2020.

As contas de 2021 representam relativamente a 2020 um aumento da atividade do estaleiro, que se traduz no crescimento dos rendimentos relacionados com os serviços prestados em 661,36 m€. Mas, simultaneamente houve uma redução significativa dos gastos operacionais.

Os rendimentos operacionais, apesar de terem subido relativamente ao ano anterior, situaram-se aquém do pretendido, o que ficou a dever-se essencialmente ao protelamento na celebração de um novo contrato de grande reparação de um navio patrulha por parte da Marinha Real Marroquina, que só ocorreu no final do 3º trimestre/2021, e ao atraso na colocação das encomendas e na confirmação de trabalhos adicionais por parte da Marinha Portuguesa.

RELATÓRIO E CONTAS

Os rendimentos operacionais atingiram assim 17.909,82 m€, correspondendo a um acréscimo de cerca de 5% face a 2020 (um aumento de 800,20 m€).

(Valores expressos em milhares de euros)

	2021	2020
Impostos e taxas	1,10	5,87
Vendas	-	19,71
Serviços Prestados	11.814,32	11.152,97
Transferências e Subsídios Correntes Obtidos	35,59	47,22
Trabalhos para a Própria Entidade	593,25	954,15
Imparidade de Dívidas a Terceiros	-	-
Provisões	2.990,09	2.464,77
Outros Rendimentos	2.475,46	2.464,92
Rendimentos Operacionais	17.909,82	17.109,62

No período de 2021, os serviços prestados registaram um acréscimo de 661,36 m€, face ao período homólogo do ano anterior, devido ao aumento do negócio de reparação naval – militar, relativamente ao ano transato, em virtude do aumento dos trabalhos com a Marinha Portuguesa. Por outro lado, houve uma diminuição do negócio de reparação naval – militar internacional, decorrente dos contratos de reparação do submarino “Arpão”, com a Thyssenkrupp Marine Systems GmbH (tkMS) e dos trabalhos realizados no Navio D. Francisco de Almeida da Marinha Portuguesa, no âmbito do contrato com a DMI (Ministério da Defesa da Holanda).

(Valores expressos em milhares de euros)

	2021	2020
D1 - Reparação Naval – Militar	9.751,03	8.082,05
D1 - Reparação Naval - Militar Internacional	1.857,22	2.261,51
D2 - Reparação Naval - não Militar	0,00	0,00
D3 – Construção	0,00	0,00
D4 - Manutenção Industrial	16,04	0,00
D5 – Laboratórios	92,80	96,75
D6 – Outros	97,24	712,66
	11.814,32	11.152,97

O acréscimo dos serviços prestados foi assim influenciado pelo aumento das encomendas por parte do nosso principal cliente, a Marinha Portuguesa, e também pela revisão do preço de venda

RELATÓRIO E CONTAS

das horas vendidas, houve um acréscimo de 1.668,98 m€ no volume de negócios face a 2020 (um aumento de 21%).

Os “Trabalhos para a Própria Entidade”, no montante 593,25 m€, correspondem a um decréscimo de 38% relativamente aos realizados no ano anterior. Em 2021 foram realizados diversos trabalhos internos, nomeadamente a continuação da construção de “Jigs and Tools”, a aquisição de equipamentos para a capacitação na manutenção de submarinos, e diversos investimentos relacionados com a doca seca.

A rubrica “Outros Rendimentos”, inclui o subsídio do governo não monetário associado à concessão dos ativos não correntes.

O subsídio do governo não monetário, está a ser imputado numa base sistemática aos rendimentos dos exercícios durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relaciona, conforme se pode verificar no quadro seguinte:

	C							
	2021	2020	2019	2018	2017	2016	2015	2014
Subsídio não Monetário	63.639.532,74	66.080.408,66	68.705.550,26	71.422.893,38	74.179.410,82	76.955.689,40	79.739.040,77	82.550.982,34
Bens abatidos no período	26.710,38							
Rédito do ano	2.420.143,92	2.440.875,92	2.625.141,60	2.717.343,12	2.756.517,44	2.776.278,58	2.783.351,37	2.811.941,57
	61.192.678,44	63.639.532,74	66.080.408,66	68.705.550,26	71.422.893,38	74.179.410,82	76.955.689,40	79.739.040,77

Por seu turno, os gastos operacionais em 2021 ascenderam a 14.570,90 m€, correspondendo a um decréscimo de cerca de 25% relativamente ao valor alcançado em 2020. Este decréscimo dos gastos operacionais resulta sobretudo da diminuição dos gastos com o custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas, dos gastos com o pessoal e das provisões para fazer face às perdas esperadas em diversos contratos de manutenção. Foram prosseguidas as práticas da empresa com vista à redução e racionalização dos gastos correntes, em particular dos associados à contratação de bens e serviços necessários ao funcionamento da empresa.

	(Valores expressos em milhares de euros)	
	2021	2020
CMVMC	522,60	1.416,90
FSE	2.223,91	2.343,59
Gastos Pessoal	11.689,22	12.221,95
Imparidade	-	747,51
Provisões	130,66	2.663,12
Outros Gastos e Perdas	4,51	13,47
Gastos Operacionais	14.570,90	19.406,55

O “Custo das Matérias Consumidas” totalizou 522,60 m€, valor abaixo do observado em 2020.

RELATÓRIO E CONTAS

Os “Fornecimentos e Serviços Externos” sofreram, no cômputo global, um decréscimo de 5% face ao ano anterior.

(Valores expressos em milhares de euros)

	2021	2020
Subcontratos e Parcerias	1.087,77	1.014,97
Trabalhos Especializados	144,17	108,25
Publicidade, Comunicação e Imagem	1,29	2,00
Vigilância e Segurança	0,00	0,00
Honorários	51,36	51,36
Comissões	1,46	0,32
Conservação e Reparação	35,15	47,96
Materiais de Consumo	10,56	113,09
Eletricidade	286,27	330,06
Combustíveis	14,90	16,25
Gás	29,83	30,90
Deslocações, Estadas e Transportes	53,65	75,19
Rendas e Alugueres	101,32	104,83
Comunicação	12,08	15,48
Seguros	92,82	82,56
Contencioso e Notariado	4,21	6,91
Despesas de Representação	0,24	0,57
Limpeza, Higiene e Conforto	289,54	338,40
Diversos	7,28	4,48
	2.223,91	2.343,59

Na análise mais detalhada da rubrica “Fornecimentos e Serviços Externos” destaca-se o decréscimo na rubrica Materiais de Consumo, no montante de 102,54 m€.

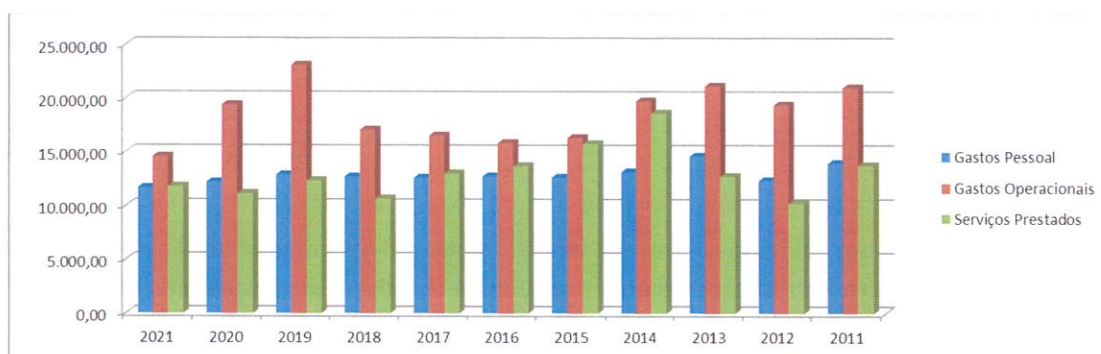
Os “Gastos com Pessoal” ascenderam a 11.689,22 m€, evidenciando uma diminuição de 532,73 m€ face a 2020. Este decréscimo foi determinado essencialmente pelo efeito da redução do número de funcionários.

(Valores expressos em milhares de euros)

RELATÓRIO E CONTAS

	2021	2020
Órgãos Sociais		
Remunerações	192,77	162,63
Encargos sobre Remunerações	46,73	38,78
Seguro de Saúde	0,69	0,58
	240,19	201,99
Pessoal		
Remunerações	9.028,56	9.486,52
Encargos sobre Remunerações	2.057,45	2.157,14
ADSE	-	-
Seguro de Saúde	60,91	66,04
Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	183,23	212,13
Gastos de Ação Social	26,67	25,48
Outros Gastos	6,50	8,45
Outros Encargos Sociais	85,72	64,19
	11.449,03	12.019,95
	11.689,22	12.221,95
<hr/>		
Números de Recursos Humanos no final do período	426	445

Neste âmbito, importa sublinhar o peso significativo dos gastos com pessoal nos gastos totais da empresa, demonstrando claramente a importância da mão-de-obra interna nos serviços por ela prestados, e refletindo a obrigação de serviço público que sobre si impende de manutenção qualitativa e quantitativa das competências de construção, manutenção e reparação naval militar.



Os “Resultados Financeiros” à data de 31 de dezembro de 2021 foram negativos e ascenderam a 12,58 m€.

Em resumo, a conjugação das várias componentes atrás descritas conduziu, ao nível da demonstração de resultados, ao já referido resultado líquido negativo de 1.248,29 m€.

RELATÓRIO E CONTAS

Situação Financeira e Patrimonial

O balanço em 31 de dezembro de 2021 apresenta um ativo líquido de 72.879,67 m€, tendo registado um decréscimo de 3.730,31 m€ em relação a 31 de dezembro de 2020.

(Valores expressos em milhares de euros)

	2021	2020
Ativo não Corrente	70.285,95	73.947,56
Ativo Corrente	2.593,72	2.662,42
Total do Ativo	72.879,67	76.609,98

O nível de investimento em ativos tangíveis e intangíveis, realizado em 2021, no montante de 923,07 m€, significou um decréscimo de 377,11 m€ face ao ano anterior (1.300,18 m€ em 2020). O investimento foi inferior às depreciações do ano, que perfizeram o montante de 4.120,02 m€. De salientar que o montante de depreciações referente a ativos transferidos para a Arsenal do Alfeite, S.A., ao abrigo do contrato de concessão, ascendeu a 2.420,14 m€.

Por comparação com 2020, verificou-se uma redução do “Ativo Corrente” em cerca de 68,70 m€, determinado essencialmente pela redução da rubrica “Caixa e Depósitos”, em resultado da necessidade de financiamento da atividade operacional da empresa, e ao investimento afeto ao “Ativo não corrente” que influenciou em grande parte esta redução.

(Valores expressos em milhares de euros)

	2021	2020
Inventários	895,81	874,31
Clientes, Contribuintes e Utentes	632,18	710,19
Estado e Outros Entes Públicos	77,82	77,82
Outras Contas a Receber	882,99	578,62
Diferimentos	23,44	4,29
Caixa e Depósitos	81,49	417,18
Total do Ativo Corrente	2.593,72	2.662,42

Observa-se ainda um aumento na rubrica “Outras Contas a Receber”, que resulta do aumento do valor das prestações de serviço em curso (trabalhos realizados e ainda não faturados) em 2021 face ao registado em 2020.

(Valores expressos em milhares de euros)

	2021	2020
Património Líquido	46.633,35	49.777,95
Passivos não Correntes	16.639,91	19.370,09
Passivos Correntes	9.606,41	7.461,94
Total do Capital Próprio e Passivo	72.879,67	76.609,98

O “Património Líquido” decresceu 3.144,60 m€, perfazendo assim 46.633,35 m€ no final do ano 2021. A variação negativa deve-se essencialmente ao reconhecimento do subsídio do governo não

RELATÓRIO E CONTAS

monetário associado à concessão dos ativos não correntes, líquido de imposto (- 1.896,31 m€) e ao resultado negativo do exercício de 2021.

Em termos de “Passivo Total”, no final do exercício de 2021, verificou-se um decréscimo no montante de 585,71 m€ quando comparado com o ano anterior.

	(Valores expressos em milhares de euros)	
	2021	2020
Passivos não Correntes		
Provisões	2.741,77	5.601,20
Outras Contas a Pagar - Imposto Referente ao Subsídio não Monetário	13.218,35	13.768,89
Diferimentos	679,79	-
	16.639,91	19.370,09
Passivos Correntes		
Fornecedores	1.507,02	1.346,90
Adiantamentos de Clientes, Contribuintes e Utentes	-	-
Estado e Outros Entes Públicos	1.658,90	1.154,13
Financiamentos Obtidos	166,55	423,14
Fornecedores de Investimentos	222,61	113,93
Outras Contas a Pagar	2.577,97	2.410,83
Diferimentos	3.473,37	2.013,00
	9.606,41	7.461,94
Total do Passivo	26.246,32	26.832,03

As variações mais relevantes dos elementos que constituem o passivo dizem respeito:

- ❖ Ao reconhecimento anual do imposto do subsídio do governo não monetário associado à concessão dos ativos não correntes (-550,54 m€);
- ❖ Ao aumento da rubrica “Diferimentos” não correntes (+ 679,79 m€), relacionado com verbas recebidas do PRR – Plano de Recuperação e Resiliência;
- ❖ Au aumento dos valores a pagar ao Estado (+ 504,77 m€);
- ❖ Redução dos financiamentos obtidos (- 256,59 m€);
- ❖ Ao aumento da rubrica “Diferimentos” (+ 1.460,37 m€), relacionado com os rendimentos a reconhecer dos contratos de prestação de serviços em curso à data do balanço.

RELATÓRIO E CONTAS

X - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos do Artigo 23º dos Estatutos da Empresa, o Conselho de Administração propõe a transferência para a conta Resultados Transitados do prejuízo apurado no exercício de 2021 no montante de 1.248.288,97€ (um milhão, duzentos e quarenta e oito mil, duzentos e oitenta e oito euros e noventa e sete cêntimos).

Almada, 11 de abril de 2022.

O Conselho de Administração

José Luís Serra
Rodrigues

Assinado de forma digital
por José Luís Serra
Rodrigues
Dados: 2022.04.20
17:35:35 +01'00'

José Luís Serra Rodrigues

(Presidente do Conselho de Administração)

Maria José
Gomes
Monteiro Jesus
de Almeida

Assinado de forma
digital por Maria José
Gomes Monteiro Jesus
de Almeida
Dados: 2022.04.20
16:47:59 +01'00'

Maria José Gomes Monteiro Jesus de Almeida

(Vogal do Conselho de Administração)

Elsa
Marino

Assinado de forma
digital por Elsa Marino
Dados: 2022.04.21
08:21:06 +01'00'

Elsa Cristina Baia Marino

(Vogal do Conselho de Administração)

Anexo I - CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES E DISPOSIÇÕES LEGAIS

1. Objetivos de gestão

a) **Indicação dos objetivos definidos pelo acionista para 2021, explicitando o grau de execução dos mesmos, assim como a justificação dos desvios e das medidas de correção aplicadas ou a aplicar**

Ponto refletido nos capítulos I e II do presente relatório.

b) **Evidenciação da execução do plano de atividades e orçamento para 2021, designadamente quanto aos princípios financeiros de referência, investimento, quadro de pessoal e nível de endividamento, justificando os desvios e as medidas de correção aplicadas ou a aplicar**

Ponto refletido no capítulo III do presente relatório.

c) **Grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE, acompanhado de nota justificativa dos respetivos desvios**

O Orçamento do Estado para 2021, aprovado pela Lei n.º 75-B/2020 de 31 de dezembro, prevê para a Arsenal do Alfeite, S.A., receitas no montante de 61.591.337,00 € e despesas no valor de 61.589.599,00 €.

A comparação entre os montantes de receitas e despesas estimados para 2021, aquando da elaboração da proposta de orçamento, e os valores reais de execução, permitem identificar desvios, particularmente no que respeita à receita, conforme tabela que se segue:

	Previsão	Efetivo
Receita	61.591.337,00	16.506.508,97
Despesa	61.589.599,00	16.654.637,72

(Valores em euros)

Conforme valores refletidos na execução orçamental da Conta de Gerência do ano 2021, receita e despesa, as despesas efetivas pagas ascenderam a 16.654.637,72€, foram também pagas despesas de de passivos financeiros no valor de 765.867,19€. Foram arrecadadas receitas efetivas do ano de 2021, no valor de 16.506.508,97€, receitas de passivos financeiros no valor de 509.273,36€, o saldo de gerência de 2020 no valor de 404.722,58€, e receitas extra orçamentais no valor de 78.526,26€.

RELATÓRIO E CONTAS

No que respeita ao desvio negativo na receita, salienta-se que o mesmo se deve ao facto de a Arsenal do Alfeite, S.A. ter contemplado, na sua previsão de receitas para 2021, um conjunto de contratos de prestação de serviços, no âmbito da reparação naval para a Marinha Portuguesa, que não se vieram a verificar em 2021. Também as receitas de 20.000.000,00€ relacionadas com despesas no mesmo montante, referentes a despesas de investimento de aumento da capacidade produtiva do Arsenal do Alfeite não se verificaram.

Para compensar a diminuição da receita, foram tomadas medidas que visaram a redução da despesa ao longo de 2021, tendo os pagamentos efetuados atingido os 16.654.637,72€, ficando assim 24.934.961,28€ abaixo da despesa prevista no orçamento inicial (excluindo os 20.000.000,00€ referentes a despesas de investimento).

Assim, a não concretização da receita prevista no âmbito dos trabalhos para a Marinha Portuguesa, apesar dos esforços desenvolvidos pela empresa, na vertente da receita, e a necessidade impreterível de cumprimento pela empresa dos direitos legalmente protegidos dos seus trabalhadores (remunerações e contribuições sociais) e de efetuar despesas adicionais com a capacitação submarina, na vertente da despesa, fundamentam o Saldo Global negativo de 148.128,75 (tendo por base a receita efetiva) da Arsenal do Alfeite, S.A., que se registou apesar dos esforços desenvolvidos para contenção da despesa até ao nível da receita.

Descrição	Valor (euros)
1 - Receitas Totais de 2021	17.499.031,17
2 - Passivos Financeiros	509.273,36
3 - Saldo da Gerência do Ano Anterior	404.722,58
4 - Operações de Tesouraria	78.526,26
5 - Receita Efetiva de 2021 = (1 - 2 - 3 - 4)	16.506.508,97
6 - Despesas Totais de 2021	17.420.504,91
7 - Passivos Financeiros	765.867,19
8 - Despesa Efetiva de 2021 = (6 - 7)	16.654.637,72
7 - Saldo Global de 2021 = (5 - 8)	-148.128,75

RELATÓRIO E CONTAS

2. Gestão do risco financeiro

Anos	2021	2020	2019	2018	2017
Encargos Financeiros €	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxa Média de Financiamento (%)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

3. Limite de crescimento do endividamento

A empresa dá pleno cumprimento ao definido no n.º 1 do artigo 65º da Lei n.º 75-B/2021, de 31 de dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2021, na sua última redação), não tendo registado qualquer endividamento bancário em 2021.

Considerando o disposto no n.º 2 do artigo 159º do Decreto-Lei de Execução Orçamental para 2019, verifica-se não existir no exercício em apreço, qualquer novo investimento (entendido como aqueles que não figuram no plano de investimentos do ano anterior e cuja despesa prevista para qualquer ano seja igual ou superior a € 10.000.000,00 ou a 10% do orçamento anual da empresa).

Passivo Remunerado	2021	2020	Variação 21/20	
Financiamento Remunerado (Corrente e Não Corrente)	Valores (€)		Valor	%
- do qual concedido pela DGTF	0,00	0,00	0,00	0,00
Aumentos de Capital por dotação	0,00	0,00	0,00	0,00
Aumentos de Capital por conversão créditos	0,00	0,00	0,00	0,00

4. Evolução do Prazo Médio de Pagamento e Atrasos nos Pagamentos

O governo aprovou, pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, com a alteração introduzida pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril, o programa “Pagar a Tempo e Horas”, com o objetivo de reduzir significativamente os prazos de pagamento a fornecedores de bens e serviços praticados por entidades públicas.

Por via do Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio, foi ainda prevista a divulgação dos atrasos nos pagamentos (“*Arrears*”), bem como a estratégia para a sua diminuição.

De seguida se apresentam os prazos médios de pagamentos a fornecedores nos anos de 2021 e 2020, nos termos da legislação acima mencionada, registando-se um acréscimo em 2021, relativamente a 2020, conforme quadro seguinte:

PMP	2021	2020	Variação 2021/2020	
			Valor	%
Prazo (dias)	206,35	102,59	103,76	101,14

RELATÓRIO E CONTAS

Em 31 de dezembro de 2021, os valores das dívidas a fornecedores da Arsenal do Alfeite, SA, eram os seguintes:

Dívidas Vencidas	Valor	Valor das dívidas vencidas de acordo com o art.1º DL 65-A/2011 (€)				
		0-90 dias	90-120 dias	120 dias-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aquisição de Bens e Serviços	1.016.132,79	70.995,23	468.846,23	-	-	
Aquisição de Capital	171.871,48	13.826,73	36.909,34	-	-	
Total	1.188.004,27	84.821,96	505.755,57	-	-	

5. Resultados Obtidos/ Recomendações do Acionista

Ponto refletido no capítulo II do presente relatório.

6. Remunerações

Conforme Apêndice 1 do presente relatório.

7. Estatuto do Gestor Público

Tendo em consideração o disposto nos artigos 32º e 33.º do Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na sua redação atual resultante do Decreto-Lei nº 39/2016, de 28 de julho, destaca-se a ausência de qualquer utilização de cartões de crédito ou de outros instrumentos de pagamento por parte dos membros do Conselho de Administração da Arsenal do Alfeite, S.A., tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa.

Por outro lado, não houve reembolso de quaisquer despesas que se insiram no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

No que se refere ao valor das despesas associadas a comunicações (telefone móvel, telefone domiciliário (não aplicável) e internet) veja-se o seguinte quadro:

RELATÓRIO E CONTAS

GASTOS COM COMUNICAÇÕES (€)			
Membro do CA Nome	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
José Miguel Antunes Fernandes*	80	37,07	Cumprido
José Luís Serra Rodrigues	80	629,30	Cumprido
Maria José Gomes Monteiro Jesus de Almeida	80	208,83	Cumprido
Elsa Cristina Baia Marino**	80	14,56	Cumprido
		868,22	

* Em funções até 15.02.2021

** Início de funções em 12.08.2021

E quanto ao valor do combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço:

Membro do CA Nome	Plafond Mensal Combustível e Portagens	GASTOS ANUAIS ASSOCIADOS ÀS VIATURAS (€)			Observações
		Combustível	Portagens	Total	
José Miguel Antunes Fernandes*	434,93	70,83	51,50	122,33	Cumprido
José Luís Serra Rodrigues	434,93	2.634,01	2.367,00	5.001,01	Cumprido
Maria José Gomes Monteiro Jesus de Almeida	347,94	2.133,58	852,77	2.986,35	Cumprido
Elsa Cristina Baia Marino**	347,94	121,59	7,00	128,59	Cumprido

* Em funções até 15.02.2021

** Início de funções em 12.08.2021

8. Despesas Não Documentadas ou Confidenciais

Tendo em consideração o disposto no n.º 2 do artigo 16º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, que aprova o regime jurídico do setor público empresarial, alterado pela Lei n.º 75-

RELATÓRIO E CONTAS

A/2014, de 30 de setembro, e pela Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, e o artigo 11.º do referido Estatuto do Gestor Público, é de referir que se registou o integral cumprimento deste normativo, não se tendo verificado no ano de 2021 qualquer despesa não documentada ou confidencial.

9. Relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens

Dando o devido cumprimento à Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março, foi promovida a elaboração e divulgação de um relatório sobre a diferença salarial entre homens e mulheres.

De acordo com o último Relatório sobre a Diferença Salarial entre Homens e Mulheres, efetuado com referência a 31 de dezembro de 2020, os homens representavam a maioria dos trabalhadores da Arsenal do Alfeite, S.A., com 93,47%, enquanto as mulheres representavam 6,53%. Constatase, contudo, que as mulheres auferiram mais 25,35% de ganho médio mensal do que os homens.

Esta matéria, incluindo as medidas tomadas para promover a igualdade e a conciliação entre a vida profissional e pessoal, encontra-se aprofundada no Relatório de Governo Societário, no âmbito da análise de sustentabilidade da entidade nos domínios económico, social e ambiental.

10. Relatório Anual sobre Prevenção da Corrupção

A Arsenal do Alfeite, S.A. elaborou, aprovou e implementou um Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da Arsenal do Alfeite, S.A., cujos relatórios de execução se elaboram anualmente. De destacar que este plano foi objeto de atualização em novembro de 2017, tendo sido aprovada em 26 de janeiro de 2022 uma nova revisão. Quer o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, quer os respetivos relatórios de execução, encontram-se devidamente publicados. Esta matéria encontra-se aprofundada no Relatório de Governo Societário.

11. Contratação Pública

A matéria referente ao modo como foram aplicadas as normas de contratação pública vigentes em 2021 e a descrição dos procedimentos internos instituídos para a contratação de bens e serviços e se os mesmos são objetos de revisão periódica, com referência à última atualização, encontra-se refletida no capítulo V do presente relatório.

Mais se informa que não foram celebrados em 2021, quaisquer atos ou contratos com valor superior a € 5.000.000,00.

12. Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP)

No decorrer do exercício de 2021, a Arsenal do Alfeite, S.A., recorreu, enquanto entidade voluntária, ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP), através da Unidade Ministerial de Compras do Ministério da Defesa (UMC/MDN), nomeadamente no procedimento de aquisição agregada de Eletricidade, Gás Natural e Combustíveis.

RELATÓRIO E CONTAS

13. Medidas de otimização da estrutura de gastos operacionais

Segundo o artigo 64.º da Lei do Orçamento do Estado para 2021, as empresas públicas devem prosseguir uma política de otimização da estrutura de gastos operacionais que promova o equilíbrio operacional, nos termos do disposto no decreto-lei de execução orçamental (Artigo 158.º do Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho). Assim, e à semelhança dos anos anteriores, continuaram a ser implementadas e cumpridas as medidas tendentes à otimização da estrutura de gastos operacionais, conforme se depreende do quadro que se segue:

Eficiência Operacional	(Valores expressos em Euros)					
	2021	2021	2020	2019	2021/2020	
	Execução	Orçamento	Execução	Execução	Valor Absol.	Var. %
(0) EBITDA	3.338.918,54	5.177.868,90	-2.296.923,59	-6.835.592,97	5.635.842,13	245,36%
(1) CMVMC	522.602,74	1.533.799,65	1.416.901,35	923.779,23	-894.298,61	-63,12%
(2) FSE	2.223.912,48	4.313.861,76	2.343.594,92	3.871.577,72	-119.682,44	-5,11%
(3) Gastos com o pessoal	11.689.220,00	12.236.045,14	12.221.945,69	12.893.155,91	-532.725,69	-4,36%
(3.i) Indemnizações pagas por rescisão	1.636,19	2.500,00	2.633,09	37.312,50	-996,90	-37,86%
(3.ii) Valorizações remuneratórias	177.271,88	86.982,00	84.026,25	639.592,00	93.245,63	110,97%
(3.iii) Impacto da aplicação dos IRCT						
(4) Gastos com o pessoal para efeitos do apuramento da eficiência operacional (3 - 3.i) - 3.ii) - 3.iii))	11.510.311,93	12.146.563,14	12.135.286,35	12.216.251,41	-624.974,42	-5,15%
(5) Impactos da pandemia por COVID-19 nos Gastos Operacionais (CMVMC, FSE e Gastos com o Pessoal)						
(6) Gastos Operacionais para efeitos do apuramento da eficiência operacional = (1)+(2)+(4)-(5)	14.256.827,15	17.994.224,56	15.895.782,62	17.011.608,36	-1.638.955,47	-10,31%
(7) Volume de Negócios (VN)	11.814.323,14	20.804.248,28	11.172.679,84	12.365.676,42	641.643,30	5,74%
(7.i) Perda de receita decorrente da pandemia por COVID-19						
(8) Volume de Negócios para efeitos do apuramento da eficiência operacional (7+7.i)	11.814.323,14	20.804.248,28	11.172.679,84	12.365.676,42	641.643,30	5,74%
(9) Peso dos Gastos/VN = (6)/(8)	1,21	0,86	1,42	1,38		
(i) Gastos com Deslocações e Alojamento (FSE)	26.612,91	25.000,00	29.176,13	30.643,80	-2.563,22	-8,79%
(ii) Gastos com Ajudas de custo (G c/ Pessoal)	22.278,55	17.500,00	20.231,10	7.730,71	2.047,45	10,12%
(iii) Gastos associados à frota automóvel	57.521,53	74.356,00	76.203,28	91.302,52	-18.681,75	-24,52%
(10) Total = (i) + (ii) + (iii)	106.412,99	116.856,00	125.610,51	129.677,03	-19.197,52	-15,28%
(11) Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria						
Número Total de RH (OS+CD+Trabalhadores)	426	464	445	450	-19,00	-4,27%
N.º de Órgãos Sociais (OS)	3	3	3	2	0,00	0,00%
N.º de Cargos de Direção (CD)	11	12	13	16	-2,00	-15,38%
N.º de trabalhadores (sem OS e sem CD)	412	449	429	432	-17,00	-3,96%
N.º Trabalhadores/N.º de CD	37,45	37,42	33,00	27,00	4,45	13,50%
N.º de viaturas	22	27	29	29	-7,00	-24,14%

O rácio entre os principais gastos operacionais e o volume de negócios da empresa apresenta uma evolução favorável, passando de 1,42 em 2020 para 1,21 em 2021. Esta evolução resulta de um acréscimo de 5,74% (641,64 m€) no volume de negócios, acompanhado pelo decréscimo de 10,31% (- 1.638,96 m€) desses principais gastos operacionais (excluindo imparidades, provisões, depreciações/amortizações e gastos não recorrentes). Conjuntamente com o aumento do volume de negócios, houve também uma redução dos gastos operacionais, o que proporcionou que o EBITDA (Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento e impostos) tivesse uma evolução bastante positiva face ao ano de 2020 (+ 245,36%). O decréscimo dos gastos operacionais ficou a dever-se essencialmente à diminuição dos gastos com o custo das mercadorias vendidas e

RELATÓRIO E CONTAS

matérias consumidas, dos gastos com o pessoal e das provisões para fazer face às perdas esperadas em diversos contratos de manutenção.

A diminuição dos gastos com fornecimentos e serviços externos, resulta da redução dos encargos com rubrica Materiais de Consumo, e das medidas de racionalização de serviços e de contenção de custos implementada pela empresa. O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas teve um decréscimo de 894,30 m€ interligados com a atividade produtiva do estaleiro, nomeadamente devido à redução dos gastos com a construção das lanchas Salva Vidas.

Os gastos com pessoal, depois de corrigidos dos efeitos da reversão da aplicação das normas de redução remuneratória, têm uma redução em cerca de 5,15% (-624,97 m€).

No ano de 2021, registou-se uma diminuição de 21,97% dos gastos com comunicações relativamente ao ano de 2020.

Os gastos com deslocações, alojamento e ajudas de custo sofreram uma diminuição face a 2020, fruto essencialmente da diminuição dos gastos com a deslocação de trabalhadores do estaleiro ao estrangeiro, para repararem navios da Marinha Portuguesa.

Em 2021 houve uma diminuição dos gastos com viaturas, por comparação com 2020. No corrente ano, as viaturas em aluguer operacional foram reduzidas de 5 para 4.

O conjunto dos encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, e os associados à frota automóvel, tiveram um decréscimo de 15,28% (- 19,20 m€).

14. Contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria

Não se verificou, em 2021, qualquer contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria nos termos do artigo 49º do Decreto-Lei de Execução Orçamental.

15. Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

Dando cumprimento ao vertido no artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, conjugado com o artigo 141º da Lei de Orçamento de Estado para 2019 e artigo 115º do Decreto-Lei de Execução Orçamental, esta empresa dá integral cumprimento ao princípio da Unidade de Tesouraria do Estado, tendo, concentrado todas as suas disponibilidades bancárias na Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E., no valor total de 81.260,10€.

IGCP	1.º Trimestre	2.º Trimestre	3.º Trimestre	4.º Trimestre
Disponibilidades	23.002,00	2.077.304,58	400.084,11	81.260,10
Aplicações Financeiras				
Total	23.002,00	2.077.304,58	400.084,11	81.260,10

A empresa não detém disponibilidades financeiras junto da banca comercial. Dado não ter havido incumprimento deste princípio e respetivas regras não há lugar à entrega de rendimento na tesouraria central do Estado.

RELATÓRIO E CONTAS

16. Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas

O Tribunal de Contas não efetuou qualquer auditoria à empresa em 2021 ou nos anos anteriores.

No que respeita à submissão de contratos à fiscalização prévia do Tribunal de Contas (tendo em conta o determinado pelo artigo 47º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (LOPTC), aprovada pela Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, na sua redação atual decorrente da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro), salienta-se não ter existido em 2021 qualquer procedimento sujeito a tal fiscalização.

17. Informação a constar no Sítio do Setor Empresarial do Estado

No sítio internet da empresa encontra-se a informação exigida para o sítio internet do setor empresarial do Estado da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, indicada no quadro seguinte, não divulgado neste último sítio internet por a acionista da Arsenal do Alfeite, S.A., não ser diretamente o Estado, representado pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças, mas sim uma empresa pública.

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação		Comentários
	S/N/ N.A.	Data Atualizaçã o	
Estatutos	S	2019	http://www.arsenal-alfeite.pt/index.php?id=209
Caracterização da Empresa	S	2019	http://www.arsenal-alfeite.pt/index.php?id=161
Função de tutela e acionista	S	2019	http://www.arsenal-alfeite.pt/index.php?id=105
Modelo de Governo / Membros dos Órgãos Sociais:			
- Identificação dos Órgãos Sociais	S	2019	http://www.arsenal-alfeite.pt/index.php?id=106
- Estatuto Remuneratório Fixado	S	2019	http://www.arsenal-alfeite.pt/index.php?id=328
- Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	S	2019	http://www.arsenal-alfeite.pt/index.php?id=328
- Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração	S	2019	http://www.arsenal-alfeite.pt/index.php?id=328
- Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais		2019	http://www.arsenal-alfeite.pt/index.php?id=106
Esforço Financeiro Público	NA	-	-
Ficha Síntese	S	2019	http://www.arsenal-alfeite.pt/index.php?id=269
Informação Financeira histórica e atual	S	2019	http://www.arsenal-

RELATÓRIO E CONTAS

[alfeite.pt/index.php?id=327](http://www.arsenal-alfeite.pt/index.php?id=327)

Princípios do Bom Governo

- Regulamentos Internos e Externos a que a empresa está sujeita	S	2019	http://www.arsenal-alfeite.pt/index.php?id=118
- Transações Relevantes com entidades relacionadas	S	2019	http://www.arsenal-alfeite.pt/index.php?id=327
- Outras transações	S	2019	http://www.arsenal-alfeite.pt/index.php?id=327

Análise da sustentabilidade da empresa nos domínios:

- Económico	S	2018	http://www.arsenal-alfeite.pt/index.php?id=129
- Social	S	2018	http://www.arsenal-alfeite.pt/index.php?id=128
- Ambiental	S	2018	http://www.arsenal-alfeite.pt/index.php?id=130
- Avaliação do Cumprimento dos Princípios de Bom Governo	S	2019	http://www.arsenal-alfeite.pt/index.php?id=327
- Código de Ética	S	2018	http://www.arsenal-alfeite.pt/index.php?id=109

18. Demonstração Financeira

Não aplicável uma vez que a demonstração não financeira citada em epígrafe apenas é exigida as grandes empresas que sejam entidades de interesse público e que, à data de encerramento do seu balanço, excedam um número médio de 500 trabalhadores durante o exercício anual.

Recorda-se, a este respeito, que a Arsenal do Alfeite, S.A. não é abrangida pelos requisitos estabelecidos no preceito legal em apreço, não sendo, portanto, exigível a referida demonstração, uma vez que detinha 426 trabalhadores à data de 31 de dezembro de 2021.

Anexo II - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

RELATÓRIO E CONTAS

ANEXO II – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balanço em 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em Euros)

RUBRICAS	Notas	DATAS	
		31.12.2021	31.12.2020
ATIVO			
<u>Ativo não corrente</u>			
Ativos fixos tangíveis	5	69.358.763,05	71.765.456,74
Ativos intangíveis	3	58.321,62	620.695,01
Outros ativos financeiros	18.3	31.399,03	23.439,26
Ativos por impostos diferidos	26	837.464,10	1.537.972,70
Total de ativos não correntes		70.285.947,80	73.947.563,71
<u>Ativo corrente</u>			
Inventários	10	895.809,74	874.313,51
Clientes, contribuintes e utentes	18.1	632.176,35	710.191,75
Estado e outros entes públicos	25	77.818,34	77.818,34
Outras contas a receber	18.1	882.990,18	578.621,57
Diferimentos	24	23.436,44	4.291,00
Caixa e depósitos	1.2.3	81.489,00	417.179,04
Total de ativos correntes		2.593.720,05	2.662.415,21
TOTAL DO ATIVO		72.879.667,85	76.609.978,92
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
<u>Património Líquido</u>			
Património/Capital	18.4	32.400.000,00	32.400.000,00
Reservas	18.4	299.152,72	299.152,72
Resultados Transitados	18.4	-32.241.841,36	-25.680.908,31
Outras variações no Património Líquido	23	47.424.325,81	49.320.637,89
Resultado líquido do período		-1.248.288,97	-6.560.933,05
Total do Património Líquido		46.633.348,20	49.777.949,25
PASSIVO			
<u>Passivo não corrente</u>			
Provisões	15	2.741.768,00	5.601.199,00
Outras contas a pagar	23	13.218.352,63	13.768.894,85
Diferimentos	24	679.785,38	
Total de passivos não correntes		16.639.906,01	19.370.093,85
<u>Passivo corrente</u>			
Fornecedores	18.2	1.507.017,69	1.346.902,64
Estado e outros entes públicos	25	1.658.898,98	1.154.130,87
Financiamentos obtidos	7	166.548,67	423.142,50
Fornecedores de investimentos	18.2	222.607,55	113.927,02
Outras contas a pagar	18.2	2.577.967,20	2.410.830,24
Diferimentos	24	3.473.373,55	2.013.002,55
Total de passivos correntes		9.606.413,64	7.461.935,82
TOTAL DO PASSIVO		26.246.319,65	26.832.029,67
TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO		72.879.667,85	76.609.978,92


 O Contabilista Público

Assinado de forma digital por Maria José Gomes Monteiro Jesus de Almeida
 Maria José Gomes Monteiro Jesus de Almeida
Dados: 2022.04.20 16:09:09 +01'00'

Assinado de forma digital por José Luís Serra Rodrigues
 José Luís Serra Rodrigues
Dados: 2022.04.20 17:52:46 +01'00'

Assinado de forma digital por Elsa Marino
 Elsa Marino
Dados: 2022.04.21 08:22:11 +01'00'

O Conselho de Administração

RELATÓRIO E CONTAS

Demonstração dos resultados por naturezas do período findo em 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2021	2020
Impostos, contribuições e taxas		1.101,20	5.869,46
Vendas	13		19.713,25
Prestações de serviços e concessões	13	11.814.323,14	11.152.966,59
Transferências e subsídios correntes obtidos	29	35.591,19	47.224,65
Trabalhos para a própria entidade	3 e 5	593.252,49	954.152,15
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	-522.602,74	-1.416.901,35
Fornecimentos e serviços externos	28	-2.223.912,48	-2.343.594,92
Gastos com pessoal	19	-11.689.220,00	-12.221.945,69
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	18.1		
Provisões (aumentos/reduções)	15	2.859.431,00	-198.352,00
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	9		-747.513,56
Outros rendimentos	27	2.475.461,57	2.464.923,32
Outros gastos		-4.506,83	-13.465,49
Resultados antes de depreciações e resultados financeiros		3.338.918,54	-2.296.923,59
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	3 e 5	-4.120.020,19	-4.082.427,32
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	9	253.940,52	-486.719,65
Resultado operacional (antes de resultados financeiros)		-527.161,13	-6.866.070,56
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados		-12.577,10	-3.929,58
Resultado antes de impostos		-539.738,23	-6.870.000,14
Imposto sobre o rendimento	26	-708.550,74	309.067,09
Resultado líquido do período		-1.248.288,97	-6.560.933,05



O Contabilista Público

Maria José
Gomes
Monteiro
Jesus de
Almeida

Assinado de forma
digital por Maria
José Gomes
Monteiro Jesus de
Almeida
Data: 2022.04.20
164937 +0100

José Luís
Serra
Rodrigues

Assinado de forma
digital por José
Luís Serra
Rodrigues
Data: 2022.04.20
1739657 +0100

Elsa
Marino

Assinado de
forma digital por
Elsa Marino
Data: 2022.04.21
682255 +0100

O Conselho de Administração

RELATÓRIO E CONTAS

Demonstração dos fluxos de caixa, do período findo em 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em Euros)

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		31.12.2021	31.12.2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		15.815.575,94	11.002.218,62
Pagamentos a fornecedores		-3.174.294,75	-3.311.780,27
Pagamentos ao Pessoal		-6.724.246,81	-6.990.197,84
Caixa gerada pelas operações		5.917.034,38	700.240,51
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-10.892,96	-27.206,17
Outros recebimentos/pagamentos		-6.472.706,81	-5.926.694,77
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		-566.565,39	-5.253.660,43
Fluxos de caixa das atividades de investimento:			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-203.382,04	-810.863,66
Ativos intangíveis		-12.200,22	-15.842,39
Investimentos financeiros			
Outros ativos		-7.999,84	-6.639,14
Recebimentos provenientes de:			
Outros ativos			
Subsídios ao investimento			
Transferências de capital		710.000,00	
Juros e rendimentos similares			
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		486.417,90	-833.345,19
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento		5.511.636,10	424.453,96
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares			
Dividendos			
Outras operações de financiamento		-5.767.178,65	-1.923,20
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		-255.542,55	422.530,76
Variações de caixa e seus equivalentes (a + b + c)		-335.690,04	-5.664.474,86
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		417.179,04	6.081.653,90
Caixa e seus equivalentes no fim do período	1.2.3	81.489,00	417.179,04
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes no início do período		417.179,04	6.081.653,90
- Equivalentes a caixa no início do período			
- Variações cambiais de caixa no início do período			
= Saldo da gerência anterior		417.179,04	6.081.653,90
De execução orçamental		404.722,58	6.079.130,70
De operações de tesouraria		12.456,46	2.523,20
Caixa e seus equivalentes no fim do período		81.489,00	417.179,04
- Equivalentes a caixa no fim do período			
- Variações cambiais de caixa no fim do período			
= Saldo para a gerência seguinte		81.489,00	417.179,04
De execução orçamental			404.722,58
De operações de tesouraria		81.489,00	12.456,46


O Contabilista Público

Maria José
Gomes
Monteiro
Jesus de
Almeida

Assinado de forma
digital por Maria
José Gomes
Monteiro Jesus de
Almeida
Data: 2022.04.20
16:53:14 +01'00'

José Luis
Serra
Rodrigues

Assinado de forma
digital por José Luis
Serra Rodrigues
Data: 2022.04.20
17:46:27 +01'00'

Elsa
Marino

Assinado de forma
digital por Elsa
Marino
Data: 2022.04.21
08:33:37 +01'00'

O Conselho de Administração

RELATÓRIO E CONTAS

Demonstração das alterações no património líquido em 31 de dezembro de 2021

Descrição	Notas	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade-mãe					TOTAL	Interesses que não controlam	Total do património líquido	
		Capital/Património Realizado	Reservas Legais	Resultados Transmidos	Outras Variações no património líquido	Resultado Líquido do Período				
Posição no início do período - 2021	(7) 18.4 e 23	32.400.000,00	299.152,72	-25.680.908,31	49.320.637,89	-6.560.933,05	49.777.949,25	0,00	49.777.949,25	
Alterações no Período										
Primeira adoção de novo referencial contabilístico										
Alterações de políticas contabilísticas										
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido	23				550.542,22		550.542,22		550.542,22	
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido	23				-2.446.854,30		-2.446.854,30		-2.446.854,30	
Aplicação do resultado líquido do período findo 31.12.2019				-6.560.933,05		6.560.933,05	0,00		0,00	
	(8)		0,00	-6.560.933,05	-1.896.312,08	6.560.933,05	-1.896.312,08	0,00	-1.896.312,08	
Resultado Líquido do Período	(9)						-1.248.288,97	-1.248.288,97	-1.248.288,97	
Resultado Integral	(10) = (8) + (9)						5.312.644,08	5.312.644,08	0,00	5.312.644,08
Operações com Detentores de Capital no Período										
	(11)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Posição no fim do período - 2021	(12) = (7) + (8) + (9) + (11) 18.4 e 23	32.400.000,00	299.152,72	-32.241.841,36	47.424.325,81	-1.248.288,97	46.633.348,20	0,00	46.633.348,20	


O Contabilista Público

Maria José Gomes Monteiro Jesus de Almeida Assinado de forma digital por Maria José Gomes Monteiro Jesus de Almeida Dados: 2022.04.20 21:07:32 +01'00'

José Luís Serra Rodrigues Assinado de forma digital por José Luís Serra Rodrigues Dados: 2022.04.20 21:07:32 +01'00'

Elsa Marino Assinado de forma digital por Elsa Marino Dados: 2022.04.21 08:24:18 +01'00'

O Conselho de Administração

Descrição	Notas	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade-mãe					TOTAL	Interesses que não controlam	Total do património líquido	
		Capital/Património Realizado	Reservas Legais	Resultados Transmidos	Outras Variações no património líquido	Resultado Líquido do Período				
Posição no início do período - 2020	(1) 18.4 e 23	32.400.000,00	299.152,72	-16.003.398,92	51.212.316,72	-9.677.509,83	58.230.560,69	0,00	58.230.560,69	
Alterações no Período										
Primeira adoção de novo referencial contabilístico										
Alterações de políticas contabilísticas										
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido	23				549.197,09		549.197,09		549.197,09	
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido	23			0,44	-2.440.875,92		-2.440.875,48		-2.440.875,48	
Aplicação do resultado líquido do período findo 31.12.2019				-9.677.509,83		9.677.509,83	0,00		0,00	
	(2)		0,00	-9.677.509,39	-1.891.678,83	9.677.509,83	-1.891.678,39	0,00	-1.891.678,39	
Resultado Líquido do Período	(3)						-6.560.933,05	-6.560.933,05	-6.560.933,05	
Resultado Integral	(4) = (2) + (3)						3.116.576,78	3.116.576,78	0,00	3.116.576,78
Operações com Detentores de Capital no Período										
	(5)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Posição no fim do período - 2020	(6) = (1) + (2) + (3) + (5) 18.4 e 23	32.400.000,00	299.152,72	-25.680.908,31	49.320.637,89	-6.560.933,05	49.777.949,25	0,00	49.777.949,25	

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração das alterações no Património Líquido no período findo em 31 de Dezembro de 2020


O Contabilista Público

Maria José Gomes Monteiro Jesus de Almeida Assinado de forma digital por Maria José Gomes Monteiro Jesus de Almeida Dados: 2022.04.20 21:14:03 +01'00'

José Luís Serra Rodrigues Assinado de forma digital por José Luís Serra Rodrigues Dados: 2022.04.20 21:14:03 +01'00'

Elsa Marino Assinado de forma digital por Elsa Marino Dados: 2022.04.21 08:24:17 +01'00'

O Conselho de Administração

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

1. Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

1.1. Identificação da entidade e período de relato

A Arsenal do Alfeite, S.A. com sede no Alfeite, Almada, com a classificação orgânica n.º 06.1.90.01.00, pertencendo à tutela do Ministério da Defesa Nacional, iniciou a sua atividade no dia 1 de setembro de 2009, tendo por objeto principal a prestação de serviços que se subsume na atividade de interesse económico geral de construção, manutenção e reparação de navios, sistemas de armamento e de equipamentos militares e de segurança da Marinha, incluindo a prossecução de objetivos essenciais e vitais para a segurança nacional.

Pode ainda desenvolver para clientes nacionais e estrangeiros, militares e civis, outras atividades relacionadas com o seu objeto, nomeadamente: produção, manutenção e reparação de bens, execução de trabalhos e prestação de serviços de engenharia e serviços de natureza industrial, prestação de serviços de gestão de infraestruturas industriais, de serviços administrativos e complementares e auxiliares da atividade industrial. Pode, igualmente, desenvolver o comércio e indústria de bens e tecnologias militares, bem como constituir, adquirir ou participar no capital de sociedades cujo objeto esteja, direta ou indiretamente, relacionado com o seu, nos termos do regime jurídico do setor empresarial do Estado.

O Decreto-Lei n.º 33/2009, de 5 de fevereiro, constituiu a Arsenal do Alfeite, S.A., com a forma de sociedade anónima, com capitais exclusivamente públicos, integrando-a no *cluster* naval da IdD – Portugal Defence, S.A., *holding* das indústrias de defesa portuguesas cuja atividade consistia na gestão de participações sociais detidas pelo Estado em sociedades ligadas direta ou indiretamente às atividades de defesa, como forma indireta de exercício de atividades económicas.

No que respeita à sua titularidade, salienta-se que as ações da empresa eram detidas, durante o exercício de 2019, e na sua totalidade, pela empresa pública Empordef – Empresa Portuguesa de Defesa, S.G.P.S, S.A., em liquidação. Com a liquidação desta entidade em 31 de dezembro de 2019 a participação passou a ser detida pela Direção Geral do Tesouro e Finanças.

O Despacho n.º 786/2020, de 21 de janeiro de Sua. Ex^a, o Ministro da Defesa Nacional e Sua. Ex^a, o Secretário de Estado do Tesouro, determinou a transmissão da totalidade das ações, por aumento de capital em espécie, à empresa IdD – Portugal Defence, S.A., em virtude do encerramento da liquidação da Empordef – Empresa Portuguesa de Defesa, S.G.P.S, S.A.

Assim, as ações da empresa eram detidas, durante o exercício de 2021, e na sua totalidade, pela empresa IdD – Portugal Defence, S.A..

O mesmo diploma legal aprovou as bases de concessão e atribuiu à Arsenal do Alfeite, S.A., a concessão de serviço público objeto da respetiva constituição, que integra a concessão do uso privativo do domínio público da área dominial ocupada pelo perímetro do Arsenal do Alfeite,

RELATÓRIO E CONTAS

sito na Base Naval de Lisboa, no Alfeite, Laranjeiro, concelho de Almada. Integram ainda a concessão as instalações de área tecnológica de manutenção de torpedos, mísseis e minas no Depósito de Munições NATO de Lisboa, sito no Marco do Grilo, concelho do Seixal, bem como os depósitos privativos de abastecimento de água na Base Naval de Lisboa, no Alfeite.

De acordo com o contrato de concessão celebrado entre o Estado Português e a Arsenal do Alfeite, S.A., integram a concessão os bens móveis e imóveis afetos à concessão e os direitos e obrigações destinados à realização do interesse público subjacente à celebração do contrato, nomeadamente:

- ❖ As infraestruturas relativas à exploração da atividade concessionada, designadamente edifícios, construções, equipamento de elevação, cais, pontes cais, planos inclinados, doca seca, doca flutuante, carreiras de construção, subestação de 30 kV, redes elétricas, telefónicas, de sinal em fibra ótica e de fluidos (Anexo III do contrato de concessão);
- ❖ Os equipamentos necessários à operação das infraestruturas (Anexo IV do contrato de concessão);
- ❖ Todas as obras, máquinas e aparelhagem e respetivos acessórios utilizados para a exploração da atividade concessionada, não referidos nas alíneas anteriores.

A concessão atribuída tem a duração inicial de 30 anos e iniciou-se no dia 1 de setembro de 2009.

O período do relato abrangido pelas demonstrações financeiras encontra-se compreendido entre o dia 1 de janeiro de 2021 e o dia 31 de dezembro de 2021.

1.2. Referencial Contabilístico e Demonstrações Financeiras

1.2.1. Referencial Contabilístico

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações da Empresa, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (“SNC-AP”), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro, na sua redação atual, e seguindo os respetivos modelos de demonstrações financeiras.

Em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação foram utilizadas as Normas de Contabilidade Pública (“NCP”) que integram o SNC-AP.

Não existiram, no decorrer do exercício, casos excecionais que implicassem a derrogação de disposições do SNC-AP e que tivessem efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

RELATÓRIO E CONTAS

As notas indicadas neste anexo, seguem a sequência numérica prevista no Modelo de Notas Explicativas (anexo) às Demonstrações Financeiras, constantes na NCP n.º 1 – Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras. Relativamente àquelas que se considere não existir informações que justifique a sua divulgação, não serão utilizadas, mantendo-se, contudo, o número de ordem das que forem utilizadas.

1.2.2. Comparabilidade

Todos os conteúdos das contas do Balanço e da Demonstração dos Resultados por Naturezas são comparáveis com os do período anterior.

1.2.3. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, o detalhe de caixa e depósitos bancários era o seguinte:

	2021	2020
Numerário	228,90	313,65
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	-18.739,90	316.865,39
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis – IGCP- responsabilidade ambiental	100.000,00	100.000,00
Aplicações de Tesouraria	-	-
	<u>81.489,00</u>	<u>417.179,04</u>

A rubrica de “Caixa e depósitos bancários” compreende os valores de caixa, depósitos imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria na Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E..

Para cumprimento do artigo 22º do Decreto-lei n.º 147/2008, de 29 de julho, na sua redação atual, decorrente do Decreto-Lei n.º 13/2016, de 9 de março, que estabelece o regime jurídico da responsabilidade por danos ambientais e determina a constituição obrigatória de uma garantia financeira própria e autónoma, foi constituída no exercício de 2015, um fundo próprio no montante de € 100.000,00 (cem mil euros).

2. Principais Políticas Contabilísticas – Alterações nas estimativas contabilísticas e erros

2.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritas abaixo. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos.

2.1.1. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis incluem: (i) bens concessionados, (ii) bens reversíveis e (iii) bens próprios.

Consideram-se bens concessionados, todos os bens transferidos para a Arsenal do Alfeite, S.A., ao abrigo do contrato de concessão. Enquanto durar a concessão, a concessionária é considerada detentora ou possuidora precária dos referidos bens e obriga-se a mantê-los em bom estado de funcionamento, conservação, limpeza e segurança. No termo da concessão reverterem, sem qualquer indemnização, para o Estado Português.

Estes ativos fixos tangíveis encontram-se escriturados ao custo considerado, que corresponde ao custo de transferência no momento da cedência, reavaliado ao respetivo valor de mercado em 1 de setembro de 2009, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas.

Os bens adquiridos pela Arsenal do Alfeite, S.A., que resultam de novos investimentos de expansão, de renovação ou de modernização da atividade concessionada, aprovados ou impostos pelo concedente são classificados nas demonstrações financeiras da Empresa como bens reversíveis, uma vez que no termo da concessão reverterem para o Estado Português. Aquando da passagem dos referidos bens para o Estado, a concessionária tem direito a uma indemnização calculada em função do valor contabilístico líquido de amortizações fiscais.

Os bens reversíveis e os bens próprios encontram-se valorizados ao custo, deduzido de depreciações acumuladas e de eventuais perdas por imparidade. Os dispêndios diretamente atribuíveis à aquisição dos bens e a sua preparação para entrada em funcionamento estão a ser considerados ao seu custo.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimadas:

RELATÓRIO E CONTAS

Anos de vida útil	
<i>Bens Concessionados</i>	
Edifícios e outras construções	5 - 30
Equipamento básico	3 - 30
Equipamento de transporte	6 - 20
Equipamento administrativo	3 - 25
Equipamento de oficina e reparações	2 - 25
Outros ativos fixos tangíveis	4 - 30

Anos de vida útil	
<i>Bens Próprios e Bens Reversíveis</i>	
Edifícios e outras construções	12 - 20
Equipamento básico	5 - 8
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	3 - 10
Equipamento de oficina e reparações	4 - 6
Outros ativos fixos tangíveis	1 - 8

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que são incorridas.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos tangíveis ainda em fase de construção/produção, encontrando-se registados ao custo de aquisição. Estes ativos são depreciados a partir do mês em que se encontrem em condições de ser utilizados para os fins pretendidos.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo e, quando necessário, é registada uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

RELATÓRIO E CONTAS

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação.

2.1.2. Intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são reconhecidas numa base de quotas constantes durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis dos vários ativos intangíveis são revistas anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospetivamente.

2.1.3. Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são registadas às taxas de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio vigentes na data do balanço.

As diferenças de câmbio, favoráveis ou desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das operações e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data do balanço, são registadas como “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas” na Demonstração dos resultados por naturezas do período.

2.1.4. Locações

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras, quando são substancialmente transferidos para o locatário todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo, ou como locações operacionais quando não são transferidos para o locatário todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

Nos contratos de locação financeira o contrato é registado como um ativo e passivo pelo menor entre o justo valor da propriedade locada e o valor das rendas vincendas.

Os ativos são subsequentemente depreciados de acordo com a política estabelecida pela empresa para os ativos fixos tangíveis. A componente de gasto financeiro incluída na renda é imputada aos resultados do período a que respeita.

Os pagamentos efetuados no âmbito de uma locação operacional são reconhecidos como gasto numa base linear durante o prazo da locação.

RELATÓRIO E CONTAS

2.1.5. Inventários

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, incluindo os custos incorridos para colocar os inventários no seu local e em condições de utilização.

O método de custeio dos inventários adotado pela empresa consiste no custo médio ponderado e o sistema de inventário utilizado é o sistema de inventário permanente.

Sempre que se verifica que a antiguidade dos inventários é significativa, procede-se à redução da quantia escriturada, mediante o reconhecimento de uma perda por imparidade.

2.1.6. Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Clientes e outros créditos a receber

Os saldos de clientes e de outros créditos a receber constituem as contas a receber por serviços prestados pela Empresa no decurso normal da sua atividade. Se é expectável que a sua cobrança ocorra dentro de um ano ou menos, são classificadas como ativo corrente. Caso contrário são classificadas como ativo não corrente.

Os créditos a receber encontram-se registados pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas por imparidade. As perdas de imparidade são registadas com base na estimativa e avaliação das perdas associadas aos créditos de cobrança duvidosa, na data do balanço, para que reflitam o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados.

Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Fornecedores e outras dívidas a pagar

Os saldos de fornecedores e outras dívidas a pagar são responsabilidades respeitantes à aquisição de mercadorias ou serviços pela Empresa no decurso normal da sua atividade. Se o pagamento for devido dentro de um ano ou menos são classificadas como passivo corrente. Caso contrário, são classificadas como passivo não corrente.

As contas a pagar classificadas como passivo corrente são registadas pelo seu valor nominal.

2.1.7. Rédito

Rendimento de transações com contraprestação

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

Rendimentos provenientes de vendas e prestação de serviços

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- ❖ Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- ❖ A empresa não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- ❖ O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- ❖ É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a empresa;
- ❖ Os gastos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- ❖ O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- ❖ É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a empresa;
- ❖ Os gastos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- ❖ A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

De acordo com este método, os réditos diretamente relacionados com as obras em curso são reconhecidos na demonstração de resultados em função da sua percentagem de acabamento, a qual é determinada pelo levantamento do trabalho executado (rácio entre as horas homem (Hh) imputados e Hh estimados). As diferenças entre os rendimentos apurados através da aplicação deste método e a faturação emitida são contabilizadas nas rubricas “Outros ativos correntes” ou “Outros passivos correntes”.

RELATÓRIO E CONTAS

Pelo método da percentagem de acabamento, os custos do contrato são geralmente reconhecidos como um gasto na demonstração de resultados nos períodos contabilísticos em que o trabalho seja executado. Quando for provável que os custos totais do contrato excedem o rédito total do contrato, a perda esperada é reconhecida imediatamente como um gasto e é objeto das correspondentes provisões.

As variações nos trabalhos contratados são consideradas à medida que vão sendo acordados e sempre que seja possível a sua quantificação com fiabilidade.

Juros obtidos

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

2.2. Outras políticas contabilísticas relevantes

2.2.1. Imparidade de ativos financeiros

A Empresa analisa a cada data de balanço se existe evidência objetiva que um ativo financeiro se encontra em imparidade.

São registados ajustamentos por imparidade quando existam indicadores objetivos de que a Empresa não irá receber todos os montantes que lhe são devidos de acordo com os termos originais dos contratos estabelecidos. Na identificação de situações de imparidade são utilizados indicadores como: (i) análise de incumprimento; (ii) incumprimento há mais de 6 meses; (iii) dificuldades financeiras do devedor; (iv) probabilidade de falência do devedor.

O ajustamento para perdas por imparidade é determinado pela diferença entre o valor recuperável e o valor do balanço do ativo financeiro e é registada por contrapartida de resultados do exercício. O valor de balanço destes ativos é reduzido para o valor recuperável através da utilização de uma conta de ajustamentos. Quando um montante a receber de clientes e devedores é considerado irrecuperável é abatido por utilização da conta de ajustamentos para perdas de imparidade acumuladas. As recuperações subsequentes de montantes que tenham sido abatidos são registadas em resultados.

2.2.2. Provisões e passivos contingentes

São reconhecidas provisões quando, cumulativamente:

RELATÓRIO E CONTAS

- ❖ A Empresa tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um acontecimento passado;
- ❖ Seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido; e
- ❖ Exista uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões.

Quando alguma das condições para o reconhecimento de provisões não é preenchida, a Empresa procede à divulgação dos eventos como passivos contingentes. Os passivos contingentes são: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo, ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que uma saída de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessária para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não possa ser mensurada com suficiente fiabilidade.

2.2.3. Subsídio

O subsídio do governo não monetário associado à concessão (anexos III e IV do contrato de concessão) de ativos não correntes (bens concessionados) foi reconhecido no capital próprio ajustado do imposto que lhe está associado.

Nos períodos subsequentes em que o subsídio é reconhecido como rendimento do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relaciona, é também reconhecido o correspondente imposto.

2.2.4. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio. Nestes casos os impostos correntes e os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é baseado no lucro tributável do exercício da empresa. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis noutros exercícios. O lucro tributável exclui ainda gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

RELATÓRIO E CONTAS

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formal ou substancialmente emitidas na data de relato.

2.2.5. Trabalhos para a própria entidade

São reconhecidos os gastos dos recursos diretamente atribuíveis aos ativos tangíveis e intangíveis, durante a sua fase de construção, quando se conclui que os mesmos serão recuperados através da realização daqueles ativos. São reconhecidos sem qualquer margem, com base em informação interna (gastos internos).

2.2.6. Especialização dos exercícios

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual estas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

As diferenças entre as receitas e despesas geradas e os correspondentes montantes faturados são registadas nas rubricas de diferimentos.

2.3. Julgamentos no processo de aplicação das políticas contabilísticas

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites, requer que o órgão de gestão faça julgamentos no processo de aplicação das políticas contabilísticas que tenham maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras.

No exercício económico de 2021, não ocorreram quaisquer alterações das políticas contabilísticas, que tenham efeitos nas demonstrações financeiras.

RELATÓRIO E CONTAS

2.4. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações. Na presente data não existem eventos ocorridos após a data do balanço, que envolvem risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte.

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“adjusting events”) são refletidos nas demonstrações financeiras.

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (“non adjusting events”) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

2.5. Divulgações sobre alterações de políticas contabilísticas com efeitos no período corrente, períodos anteriores ou futuros

No presente período económico não existiram alterações nas normas ou nas políticas contabilísticas, que impliquem ajustamentos nas demonstrações financeiras, relativamente a períodos anteriores ao apresentado, nem em períodos futuros.

2.6. Principais fontes de incerteza das estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação para emissão das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de emissão das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas.

As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

RELATÓRIO E CONTAS

(i) Ativos fixos tangíveis e intangíveis / estimativas de vidas úteis

As depreciações são calculadas sobre o custo de aquisição sendo utilizado o método das quotas constantes, a partir da data em que o ativo se encontra disponível para utilização, utilizando-se as taxas que melhor refletem a sua vida útil estimada. Os valores residuais dos ativos e as respetivas vidas úteis são revistos e ajustados, se necessário em cada data de relato.

(ii) Imparidade de clientes e outros créditos a receber

As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são baseadas na avaliação que a Empresa faz da probabilidade de recuperação dos saldos de clientes ou de outras contas a receber. Esta avaliação é efetuada em função do tempo de incumprimento e do histórico de crédito do cliente e outros devedores.

(iii) Impostos diferidos

Os impostos diferidos são calculados com base nas diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a respetiva base de tributação. Para a determinação dos impostos diferidos é utilizada a taxa de imposto que se espera estar em vigor no período em que as diferenças temporais são revertidas. Os ativos por impostos diferidos são revistos periodicamente e reduzidos sempre que a sua utilização deixe de ser possível.

A atividade da empresa encontra-se exposta a uma variedade de riscos financeiros, tais como o risco de mercado, o risco de crédito e o risco de liquidez.

Risco de crédito

A exposição da Empresa ao risco de crédito está maioritariamente associada às contas a receber decorrentes da sua atividade operacional. O risco de crédito refere-se ao risco de a contraparte incumprir com as suas obrigações contratuais, resultando uma perda para a Empresa.

O risco de crédito decorrente da atividade operacional está essencialmente relacionado com dívidas de vendas realizadas e serviços prestados a clientes. A gestão deste risco tem por objetivo garantir a efetiva cobrança dos créditos nos prazos estabelecidos sem afetar o equilíbrio financeiro da Empresa. Este risco é monitorizado numa base regular de negócio, sendo que o objetivo da gestão é (a) limitar o crédito concedido a clientes, considerando o prazo médio de recebimento de cada cliente, (b) monitorar a evolução do nível de crédito concedido, e (c) realizar análise de imparidade aos valores a receber numa base regular.

Os ajustamentos para contas a receber são calculados considerando-se (a) o perfil de risco do cliente, (b) o prazo médio de recebimento, o qual difere de negócio para negócio, e (c) a condição financeira do cliente. Os movimentos destes ajustamentos para os exercícios findos a 31 de dezembro de 2021 e 2020 estão referidos na Nota 18.1.

RELATÓRIO E CONTAS

A 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Empresa considera que não existe a necessidade de reconhecer perdas de imparidade adicionais para além dos montantes registados naquelas datas e evidenciados, de forma resumida, na Nota 18.1.

Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como sendo o risco de falta de capacidade para liquidar ou cumprir as obrigações no prazo estipulado e a um preço razoável. A existência de liquidez implica que sejam definidos parâmetros de gestão dessa liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa liquidez de forma segura e eficiente.

A gestão do risco de liquidez da Empresa tem por objetivo:

- ❖ Liquidez – garantir o acesso permanente e de forma eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correntes nas respetivas datas de vencimento;
- ❖ Segurança – minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e
- ❖ Eficiência financeira – garantir a minimização do custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

A Empresa tem como política compatibilizar os prazos de vencimento de ativos e passivos, gerindo as respetivas maturidades de forma equilibrada.

O desequilíbrio estrutural da exploração originou, entre o final do ano de 2020 e final de 2021, significativas dificuldades de liquidez condicionadores do normal funcionamento da empresa. A Administração decidiu implementar uma série de medidas por forma a garantir a sustentabilidade futura da empresa.

2.7. Alterações em estimativas contabilísticas

Não existiram alterações em estimativas contabilísticas, com efeitos no período corrente ou com efeitos em períodos futuros.

2.8. Erros materiais de períodos anteriores

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não foram identificados quaisquer erros relativamente a períodos anteriores, que exijam correção retrospectiva.

RELATÓRIO E CONTAS

3. Ativos Intangíveis

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2021, os movimentos ocorridos nos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

Rubricas	Ativos Intangíveis - Variação das Amortizações e Perdas por Imparidade Acumuladas							
	Início do Período				Final do Período			
	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia Escriturada
(1)	(2)	(3)	(4)	(5) = (2) - (3) - (4)	(6)	(7)	(8)	(9) = (6) - (7) - (8)
Projetos de Desenvolvimento	760.834,95	379.521,41	332.468,76	48.844,78	760.834,95	569.730,17	159.006,84	32.097,94
Programas de Computador	125.053,08	107.334,00		17.719,08	129.924,96	119.589,28		10.335,68
Propriedade Industrial	1.761.122,40	1.222.879,25		538.243,15	1.761.122,40	1.761.122,40		0,00
Ativos Intangíveis em Curso	752.584,04		736.696,04	15.888,00	752.584,04		736.696,04	15.888,00
Total	3.399.594,47	1.709.734,66	1.069.164,80	620.695,01	3.404.466,35	2.450.441,85	895.702,88	58.321,62

As amortizações do período, do montante de 740.707,19€, foram registadas na rubrica “Gastos de depreciação e amortização”.

A reconciliação da quantia escriturada no início e no final do período mostrando as adições, as transferências internas à entidade, as amortizações e as diminuições reconhecidas durante o período, constam no quadro seguinte:

Rubricas	Ativos Intangíveis - Quantia escriturada e variações no período						
	Quantia Escriturada Inicial	Variações				Quantia Escriturada Final (7) = (2) + (3) + (4) + (5) + (6)	
		Adições	Transferência Internas à Entidade	Perdas por Imparidade	Amortizações do período		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	
Projetos de Desenvolvimento	48.844,78				173.461,92	-190.208,76	32.097,94
Programas de Computador	17.719,08	4.871,88				-12.255,28	10.335,68
Propriedade Industrial	538.243,15					-538.243,15	0,00
Ativos Intangíveis em Curso	15.888,00						15.888,00
Total	620.695,01	4.871,88	0,00	0,00	173.461,92	-740.707,19	58.321,62

A reconciliação da quantia escriturada no início e no final do período mostrando as adições, as transferências internas à entidade, as amortizações e as diminuições reconhecidas durante o período do ano 2020, constam no quadro seguinte:

RELATÓRIO E CONTAS

Ativos Intangíveis - Quantia escriturada e variações no período						
Rubricas	Quantia Escriturada Inicial	Variações				Quantia Escriturada Final
		Adições	Transferência Internas à Entidade	Perdas por Imparidade	Amortizações do período	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7) = (2) + (3) + (4) + (5) + (6)
Projetos de Desenvolvimento	571.522,30		0,00	-332.468,76	-190.208,76	48.844,78
Programas de Computador	25.270,44	4.990,99			-12.542,35	17.719,08
Propriedade Industrial	1.125.225,19				-586.982,04	538.243,15
Ativos Intangíveis em Curso	419.164,06	333.419,98	0,00	-736.696,04		15.888,00
Total	2.141.181,99	338.410,97	0,00	-1.069.164,80	-789.733,15	620.695,01

O detalhe das adições, individualizando as provenientes de desenvolvimento interno e as adquiridas separadamente, bem com as em locação financeira, constam no quadro seguinte:

Ativos Intangíveis - Adições				
Rubricas	Adições			Total
	Internas	Compra	Locação Financeira	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5) = (2) + (3) + (4)
Projetos de Desenvolvimento				0,00
Programas de Computador		4.871,88		4.871,88
Propriedade Industrial				0,00
Ativos Intangíveis em Curso				0,00
Total	0,00	4.871,88	0,00	4.871,88

No exercício de 2021, os movimentos registados na rubrica "Ativos Intangíveis em Curso", foram os seguintes:

Ativos Intangíveis em Curso					
Descrição	Quantia Escriturada Inicial	Aumentos do ano			Quantia Escriturada Final
		Trabalhos para a Própria Entidade	Aquisições de Materiais e Serviços	Transferências para Ativos Intangíveis	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6) = (2) + (3) + (4) - (5)
Desenvolvimento do Projecto das Lanchas S/V - LI50 (alterações)	736.696,04				736.696,04
Instalação, configuração e parametrização e integração do project server 2019 (em curso)	15.888,00				15.888,00
Total	752.584,04	0,00	0,00	0,00	752.584,04

No exercício de 2020 foi criada uma imparidade sobre o ativo em curso referente ao projeto da construção, no valor total de 736.696,04€.

RELATÓRIO E CONTAS

5. Ativos Tangíveis

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2021, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

Rubricas	Ativos Fixos Tangíveis - Variação das Depreciações e Perdas por Imparidade Acumuladas							
	Início do Período				Final do Período			
	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia Escriturada
(1)	(2)	(3)	(4)	(5) = (2) - (3) - (4)	(6)	(7)	(8)	(9) = (6) - (7) - (8)
Outros Ativos Fixos Tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	18.288.886,47	1.946.304,11		16.342.582,36	18.436.050,63	2.075.911,48		16.360.139,15
Edifícios e outras construções	54.328.886,26	14.748.192,40		39.580.693,86	54.373.792,39	16.198.092,56		38.175.699,83
Equipamento básico	20.282.626,60	12.162.228,84	154.250,89	7.966.146,87	20.157.281,35	13.266.508,52	73.772,29	6.817.000,54
Equipamento de transporte	561.971,38	423.582,50		138.388,88	558.636,22	441.380,56		117.255,66
Equipamento administrativo	2.719.680,26	2.235.229,76		484.450,50	2.659.775,10	2.264.116,17		395.658,93
Equipamentos biológicos				0,00				0,00
Outros ativos fixos tangíveis	10.239.655,65	5.112.406,93		5.127.248,72	10.249.258,99	5.520.336,48		4.728.922,51
Ativos Fixos Tangíveis em curso	2.136.763,07		10.817,52	2.125.945,55	2.774.903,95		10.817,52	2.764.086,43
Total	108.558.469,69	36.627.944,54	165.068,41	71.765.456,74	109.209.698,63	39.766.345,77	84.589,81	69.358.763,05

As depreciações do período, no montante de 3.379.313,00€ foram registadas na rubrica “Gastos de depreciação e amortização”.

A reconciliação da quantia escriturada no início e no final do período mostrando as adições, as transferências internas à entidade, as depreciações e as diminuições reconhecidas durante o período, constam do quadro seguinte:

Ativos Fixos Tangíveis	Ativos Fixos Tangíveis - Quantia escriturada e variações no período						Quantia Escriturada Final (8) - (2) + (3) + (4) + (5) + (6) + (7)
	Quantia Escriturada Inicial	Variações no Período					
		Adições	Transferência Internas à Entidade	Perdas por Imparidade	Depreciações do Período	Diminuições	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	
Outros Ativos Fixos Tangíveis							
Terrenos e recursos naturais	16.342.582,36			147.164,16		-129.607,37	16.360.139,15
Edifícios e outras construções	39.580.693,86			44.906,13		-1.449.900,16	38.175.699,83
Equipamento básico	7.966.146,87	6.397,09		40.142,16	80.478,60	-12.534.110,04	6.817.000,54
Equipamento de transporte	138.388,88					-21.133,22	117.255,66
Equipamento administrativo	484.450,50	22.139,97				-107.919,74	395.658,93
Equipamentos biológicos							0,00
Outros ativos fixos tangíveis	5.127.248,72	18.441,60		869,02		-417.342,47	4.728.922,51
Ativos Fixos Tangíveis em curso	2.125.945,55	871.222,35	-233.081,47				2.764.086,43
Total	71.765.456,74	918.201,01	0,00	80.478,60	-3.379.313,00	-26.060,30	69.358.763,05

A reconciliação da quantia escriturada no início e no final do período mostrando as adições, as transferências internas à entidade, as depreciações e as diminuições reconhecidas durante o período do ano de 2020, constam do quadro seguinte:

RELATÓRIO E CONTAS

Ativos Fixos Tangíveis - Quantia escriturada e variações no período							
Ativos Fixos Tangíveis	Quantia Escriturada Inicial	Variações no Período					Quantia Escriturada Final
		Adições	Transferência Internas à Entidade	Perdas por Imparidade	Depreciações do Período	Diminuições	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)=(2) + (3) + (4) - (5) + (6) + (7)
Outros Ativos Fixos Tangíveis							
Terrenos e recursos naturais	16.471.447,24		0,00		-128.864,88		16.342.582,36
Edifícios e outras construções	40.999.589,29		29.468,35		-1.448.363,78		39.580.693,86
Equipamento básico	8.540.805,80	111.273,31	637.000,41	-154.250,89	-1.167.331,68	-650,08	7.966.146,87
Equipamento de transporte	16.145.180				-23.062,92		13.388,88
Equipamento administrativo	580.482,70	9.140,36	7.790,56		-112.963,12		484.450,50
Equipamentos biológicos							0,00
Outros activos fixos tangíveis	5.385.809,48	153.547,03	0,00		-412.107,79		5.127.248,72
Ativos Fixos Tangíveis em curso	2.125.056,30	687.809,41	-674.259,32	-10.817,52		-1.843,32	2.125.945,55
Total	74.263.942,61	961.770,11	0,00	-165.068,41	-3.292.694,17	-2.493,40	71.765.456,74

O detalhe das adições, individualizando as provenientes de desenvolvimento interno e as adquiridas separadamente, bem com as em locação financeira, constam do quadro seguinte:

Ativos Fixos Tangíveis - Adições				
Ativos Fixos Tangíveis	Adições			Total
	Internas	Compra	Locação Financeira	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(2) + (3) + (4)
Outros Ativos Fixos Tangíveis				
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios e outras construções				
Equipamento básico		6.397,09		6.397,09
Equipamento de transporte				
Equipamento administrativo		22.139,97		22.139,97
Equipamentos biológicos				
Outros activos fixos tangíveis		18.441,60		18.441,60
Ativos Fixos Tangíveis em curso	593.252,49	277.969,86		871.222,35
Total	593.252,49	324.948,52	0,00	918.201,01

O detalhe das diminuições, individualizando as relacionadas com alienação a título oneroso, transferência ou troca, devolução ou reversão, fusão, cisão, reestruturação ou outros motivos, constam do quadro seguinte:

RELATÓRIO E CONTAS

Ativos Fixos Tangíveis - Diminuições						
Ativos Fixos Tangíveis	Diminuições					
	Alienação a Título Oneroso	Transferência ou Troca	Devolução ou Reversão	Fusão, Cisão, Reestruturação	Outras	Total
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7) = (2) + (3) + (4) + (5) + (6)
Outros Ativos Fixos Tangíveis						
Terrenos e recursos naturais						0,00
Edifícios e outras construções						0,00
Equipamento básico					22.754,14	22.754,14
Equipamento de transporte						0,00
Equipamento administrativo					3.011,80	3.011,80
Equipamentos biológicos						0,00
Outros activos fixos tangíveis					294,36	294,36
Ativos Fixos Tangíveis em curso						0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	26.060,30	26.060,30

No exercício de 2021, os movimentos registados na rubrica "Ativos Fixos Tangíveis em Curso", foram os seguintes:

Ativos Fixos Tangíveis em Curso					
Descrição	Quantia Escriiturada Inicial	Trabalhos para a Própria Entidade	Aumentos do ano		Quantia Escriiturada Final
			Aquisições de Materiais e Serviços	Transferências para Ativos Fixos Tangíveis	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6) = (2) + (3) + (4) - (5)
Aquisições de A.F.T. - (Molhe de leste, ETAR, ventilação das naves industriais, banco para teste de válvula e ferramenta)	190.677,16	0,00	0,00	10.466,71	180.210,45
Processo de construção da nova ponte cais	157.706,33	0,00	0,00	0,00	157.706,33
Ampliação da doca seca do Arsenal do Alfeite	134.875,74	0,00	0,00	0,00	134.875,74
Reparação e montagem das garras do guindaste n.º 10	14.738,69	0,00	0,00	0,00	14.738,69
Produção de moldes - apoio à produção da L150 SV - (alterações após revisão projeto DN)	10.817,52	0,00	0,00	0,00	10.817,52
Construção/aquisição de "jigs and tools" para capacitação na manutenção de submarinos	699.781,44	157.641,67	5.308,15	0,00	862.731,26
Aquisição de equipamentos/material de inventário e armazém - capacitação em manutenção de submarinos	692.684,48	0,00	0,00	0,00	692.684,48
N.º 108 - ferramenta para suporte da madre superior do leme vertical - "jigs and tools" para capacitação na manutenção de submarinos	3.462,56	0,00	0,00	0,00	3.462,56
N.º 112 - ferramenta de desm./mont. da trança do telescopic trunk - "jigs and tools" para capacitação na manutenção de submarinos	1.095,37	0,00	0,00	0,00	1.095,37
N.º 119 - ferramenta de "bordo" para montagem das válvulas de escape interiores - "jigs and tools" para capacitação na manutenção de submarinos	791,88	0,00	0,00	0,00	791,88
N.º 121 - flange para provas a "bordo" ao immersed keel flap - "jigs and tools" para capacitação na manutenção de submarinos	3.398,83	0,00	0,00	0,00	3.398,83
N.º 123 - manufatura de flanges (-600) para tampoamentos a bordo/manufatura de tanque aquecido/manufatura de pequenas ferramentas de apoio aos trabalhos a bordo/manufatura acessório ventilador casa baterias	56.119,00	1.425,73	0,00	0,00	57.544,73
Reparação da translação do guindaste n.º 10	99.324,91	12.399,73	0,00	0,00	111.724,64
Reparação/beneficiação das duas bombas de incêndio interiores da doca seca. Todos os trabalhos referentes à implementação das duas bombas numa unidade móvel de combate a incêndios	67.477,24	69.901,95	0,00	0,00	137.379,19
Reabilitação do poço de bombagem da doca seca	3.811,92	7.481,21	33.613,00	44.906,13	0,00
Construção do parque intermédio de resíduos	0,00	0,00	2.666,58	0,00	2.666,58
Dragagem da bacia de manobra da doca seca e do canal do Arsenal do Alfeite	0,00	2.759,79	144.404,37	147.164,16	0,00
Manutenção / beneficiação do guincho da comporta da doca seca	0,00	78.209,12	0,00	0,00	78.209,12
Revisão da comporta da doca seca	0,00	45.224,62	20.990,00	0,00	66.214,62
Reparação do mecanismo de controle da saída do cabo do grove RT-628 S	0,00	64.155,58	0,00	0,00	64.155,58
Manutenção das roldanas do cabo do guincho da comporta da doca seca	0,00	22.080,66	0,00	0,00	22.080,66
Reparação da bomba de derrames n.º 2 da central de bombagem na doca seca	0,00	10.648,95	10.350,00	0,00	20.998,95
Reparação da bomba principal n.º 1 da doca seca	0,00	63.296,63	6.220,00	0,00	69.516,63
Inspeção subaquática e remoção de lodos da comporta da doca seca	0,00	0,00	21.984,96	0,00	21.984,96
Academia - edifício DAS	0,00	58.026,85	1.888,33	0,00	59.915,18
Total	2.136.763,07	593.252,49	247.425,39	202.537,00	2.774.903,95

RELATÓRIO E CONTAS

Em 2021 foram realizados diversos trabalhos internos, nomeadamente a continuação da construção de “Jigs and Tools”, a aquisição de equipamentos para a capacitação na manutenção de submarinos e manutenção da doca seca. Para o ativo produção de moldes – apoio à produção da L1150sv – (alterações após revisão projeto DN), foi criada em 2020 uma imparidade pelo montante de 10.817,52€.

Os bens transferidos para a Arsenal do Alfeite, S.A., ao abrigo do contrato de concessão – bens concessionados - encontram-se escriturados ao custo considerado, que corresponde ao custo de transferência no momento da cedência, reavaliado ao respetivo valor de mercado em 1 de setembro de 2009.

Ativos Fixos Tangíveis - Bens Concessionados							
Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Total
Valor de cedência	1.840.008,29	8.193.974,65	2.731.615,22	497,35	457.487,27	417.062,10	13.640.644,88
Reavaliação	14.059.353,71	41.196.169,05	14.300.666,24	494.989,19	1.701.740,41	9.357.494,60	81.110.413,20
Custo considerado	15.899.362,00	49.390.143,70	17.032.281,46	495.486,54	2.159.227,68	9.774.556,70	94.751.058,08

As depreciações dos ativos fixos tangíveis, incluem as depreciações dos bens concessionados à Arsenal do Alfeite, S.A., que à data de 31 de dezembro de 2021 ascenderam a 2.420.143,92€.

6. Locações

A Empresa possui equipamento de transporte em regime de locação operacional cujos contratos não compreendem nenhuma cláusula de renovação ou opção de compra no seu final.

À data de 31 de dezembro de 2021, as responsabilidades futuras ascendem a 37.474,98€, repartidas da seguinte forma:

Bens Locados	Valor do Contrato	Locações Operacionais - Locatário						Valor Presente dos Futuros Pagamentos Mínimos		
		Pagamentos Efectuados		Acumulados		Futuros Pagamentos Mínimos				
		Período	Rendas Contingentes	Período	Rendas Contingentes	Até 1 Ano	Entre 1 e 5 Anos		Superior a 5 Anos	Total
Leaseplan Portugal - aluguer operacional de 2 viaturas	33.207,54		8.752,86		22.650,78		5.835,24	4.721,52		10.556,76
Leaseplan Portugal - aluguer operacional de 3 viaturas	65.046,46		8.214,65		38.128,24		13.175,76	13.742,46		26.918,22
Alugueres operacionais de viaturas de curto prazo	702,02		702,02		702,02					
Total	98.956,02		28.669,53		61.481,04		19.011,00	18.463,98		37.474,98

No exercício de 2021 foram reconhecidos gastos com rendas no montante de 28.669,53€.

RELATÓRIO E CONTAS

7. Financiamentos obtidos

No exercício de 2020 foi concedido pela IdD - Portugal Defence, S.A., um apoio à Tesouraria do Arsenal do Alfeite no montante de 423.142,50€, cujo reembolso ocorreu em 2021. Em 2021 foi concedido um novo apoio à Tesouraria no montante 509.273,36, deste valor foram reembolsados, ainda no ano de 2021, 342.724,69€.

Em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, os financiamentos obtidos pela Empresa por parte da IdD - Portugal Defence, S.A., estavam valorizados conforme se segue:

Financiamentos obtidos		
Data da Deliberação Unânime	2021	2020
17 de fevereiro de 2021	166.548,67	
11 de dezembro de 2020		423.142,50
	<u>166.548,67</u>	<u>423.142,50</u>

9. Imparidade de ativos

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos intangíveis e tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo e, quando necessário, é registada uma perda por imparidade. Uma perda por imparidade, resulta da diferença entre a quantia escriturada do ativo e a sua quantia recuperável.

O Arsenal do Alfeite celebrou um Acordo com a Marinha Portuguesa em 21 de fevereiro de 2017, para a construção de duas lanchas Salva-Vidas para o Instituto de Socorros a Náufragos.

Para a construção das referidas lanchas foi necessário projetar e construir moldes específicos para apoio à construção dos cascos em material compósito.

Para o projeto de construção das lanchas e com a construção dos moldes, o Arsenal do Alfeite incorreu num custo total de 1.763.275,96€ apurado a 31/12/2021.

Gastos com o projeto de construção das lanchas Salva Vidas e com a construção dos moldes		
PTI	Designação	Valor
43766	Cconstrução do molde em compósito lanchas Salva Vidas - L150 SV	321.914,64
43767	Projeto lanchas Salva Vidas L150 SV	693.847,76
43845	Produção de moldes – Apoio à produção da L150 SV - Alterações após revisão projeto DN	10.817,52
43907	Projeto construção L150 SV - Alterações ao projeto após revisão DN	736.696,04
	Total	1.763.275,96

RELATÓRIO E CONTAS

O Acordo de construção previa a entrega das lanchas em 2017 e 2018. No final do ano 2021 foi entregue a primeira embarcação Salva-Vidas.

Apesar do Acordo de Construção prever a possibilidade de opção pela construção de mais duas embarcações, a mesma não foi manifestada pela Marinha Portuguesa até ao presente.

De igual forma o Arsenal do Alfeite não recebeu propostas para construção de embarcações semelhantes, onde os moldes poderiam vir a ser utilizados.

Pelas razões acima elencadas, existe uma redução da extensão do uso significativa, e prevê-se que a perspectiva de benefícios económicos futuros no uso do projeto e dos moldes, ou com a sua alienação seja praticamente inexistente. Encontrando-se os ativos no património do Arsenal do Alfeite, e pelo fato do contrato estar ainda em curso, considera-se prudente reconhecer as respetivas imparidades pelo valor líquido contabilístico a 31/12/2021.

Durante o ano de 2021 a rubrica de perdas por imparidade de ativos intangíveis regista o seguinte detalhe:

Ativos Intangíveis						
Imparidade de Ativos						
Determinação das perdas por imparidade						
Diferença entre a quantia escriturada do ativo e a sua quantia recuperável						
Activos Intangíveis em que não existe previsibilidade de retorno económico resultante do seu uso						
Ativo	Custo Histórico	Amortizações Acumuladas	Quantia escriturada	Quantia recuperável	Perda por imparidade	
(1)	(2)	(3)	(4) = (2) - (3)	(5)	(6) = (4) - (5)	
Projeto lanchas Salva Vidas L150 SV	693.847,76	534.840,92	159.006,84	0,00	159.006,84	
Projeto construção L150 SV - Alterações ao projeto após revisão	736.696,04		736.696,04	0,00	736.696,04	
Total	1.430.543,80	534.840,92	895.702,88	0,00	895.702,88	

Durante o ano de 2020 a rubrica de perdas por imparidade de ativos fixos tangíveis regista o seguinte detalhe:

Ativos Fixos Tangíveis						
Imparidade de Ativos						
Determinação das perdas por imparidade						
Diferença entre a quantia escriturada do ativo e a sua quantia recuperável						
Activos Fixos Tangíveis em que não existe previsibilidade de retorno económico resultante do seu uso						
Ativo	Custo Histórico	Amortizações Acumuladas	Quantia escriturada	Quantia recuperável	Perda por imparidade	
(1)	(2)	(3)	(4) = (2) - (3)	(5)	(6) = (4) - (5)	
Construção do molde em compósito lanchas Salva Vidas - L150 SV	321.914,64	248.142,35	73.772,29	0,00	73.772,29	
Produção de moldes – Apoio à produção da L150 SV - Alterações após revisão projeto DN	10.817,52		10.817,52	0,00	10.817,52	
Total	332.732,16	248.142,35	84.589,81	0,00	84.589,81	

RELATÓRIO E CONTAS

10. Inventários

Em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, os inventários da Empresa estavam valorizados conforme se segue:

Inventários - Ano 2021			
Rubrica	Quantia Bruta	Imparidade Acumulada	Quantia Recuperável
(1)	(2)	(3)	(4) = (2) - (3)
Matérias-Primas, Subsidiárias e Consumo	893.431,72		893.431,72
Material em Trânsito	2.378,02		2.378,02
Adiantamentos por Conta de Compras	0,00		0,00
Total	895.809,74	0,00	895.809,74

Inventários - Ano 2020			
Rubrica	Quantia Bruta	Imparidade Acumulada	Quantia Recuperável
(1)	(2)	(3)	(4) = (2) - (3)
Matérias-Primas, Subsidiárias e Consumo	872.707,06		872.707,06
Material em Trânsito	457,60		457,60
Adiantamentos por Conta de Compras	1.148,85		1.148,85
Total	874.313,51	0,00	874.313,51

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas reconhecido no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, bem como os movimentos do período, detalha-se conforme se segue:

Inventários - Movimentos do Período						
Rubrica	Quantia Escriturada Inicial	Compras Líquidas	Consumos / Gastos	Outras Reduções de Inventários	Outros Aumentos de Inventários	Quantia Escriturada Final
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6) = (1) + (2) - (3) - (4) + (5)
Mercadorias						
Matérias-Primas, Subsidiárias e Consumo	873.164,66	545.512,71	522.602,74	264,89		895.809,74
Total	873.164,66	545.512,71	522.602,74	264,89	0,00	895.809,74

13. Rendimento de transações com contraprestação

O rendimento reconhecido pela Empresa em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, referentes a vendas de bens e a prestações de serviços é detalhado conforme se segue:

RELATÓRIO E CONTAS

	2021			2020		
	Mercado Interno	Mercado Externo	Total	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
Vendas de Bens				19.713,25	-	19.713,25
Prestações de Serviços	9.957.106,87	1.857.216,27	11.814.323,14	8.891.460,14	2.261.506,45	11.152.966,59
	9.957.106,87	1.857.216,27	11.814.323,14	8.911.173,39	2.261.506,45	11.172.679,84

As prestações de serviços distribuem-se da seguinte forma:

	2021	2020
D1 - Reparação Naval - militar	9.751.031,08	8.082.051,25
D1 - Reparação Naval - militar internacional	1.857.216,27	2.261.506,45
D2 - Reparação Naval - não militar		0,00
D3 - Construção		0,00
D4 - Manutenção Industrial	16.037,33	0,00
D5 - Laboratórios	92.799,89	96.751,31
D6 - Outros	97.238,57	712.657,58
	11.814.323,14	11.152.966,59

No período de 2021, os serviços prestados registaram um acréscimo de 661.356,55€, face ao período homólogo do ano anterior, devido ao aumento do negócio de reparação naval – militar, que cresceu relativamente ao ano transato (mais 1.668.979,83€), decorrente essencialmente, dos contratos de reparação com a Marinha Portuguesa.

Destacam-se pela sua materialidade os seguintes contratos de prestação de serviços relativos a 2021 e a 2020, relacionados com serviços de reparação naval militar:

RELATÓRIO E CONTAS

	2021	2020
NRP - Sagres	76.400,74	334.115,63
Lanchas Salva-Vidas L150SV	185.788,85	943.456,00
NRP - Arpão	3.441.415,84	3.087.601,27
NRP - Côte Real	1.270.826,18	370.302,52
NRP - Gago Coutinho	39.439,58	158.394,04
NRP - Mondego	109.576,87	323.125,18
NRP - Álvares Cabral	669.570,63	
Fragatas Vasco da Gama	13.245,03	535.716,38
NRP - Vasco da Gama	718.446,29	
NRP - António Enes		571.335,30
NRP - Viana do Castelo	58.476,56	594.029,11
NRP - Francisco de Almeida	8.134,09	1.016.683,30
NRP - Centauro	1.374.715,08	330.421,28
NRP - Dragão	448.143,41	
Torpedos, Mísseis, Minas - Armas	684.265,42	
PHM ETTAWFIQ - Marinha Marroquina	481.899,72	
	9.580.344,29	8.265.180,01
Outros trabalhos	2.027.903,06	2.078.377,69
	11.608.247,35	10.343.557,70

Como o desfecho dos contratos de reparação naval pode ser fiavelmente estimado, os rendimentos e os custos dos contratos são reconhecidos como rendimentos e gastos, tendo por referência o estado de completamento (nível de avanço de obra) da atividade do contrato à data de relato.

À data de 31 de dezembro de 2021, foram analisados 84 projetos. Para estes projetos foram verificados os diversos contratos, nas seguintes vertentes:

- Valores de vendas;
- Custos incorridos até 31/12/2021;
- Estimativa dos custos a incorrer para concluir os projetos.

Com base nestes fatores, foi possível determinar as percentagens de acabamento das obras a 31/12/2021, os réditos referentes a 2021 e os réditos futuros. Tendo em conta a estimativa dos resultados de cada um dos projetos, foram determinadas as provisões a constituir, para os que se estimam que o resultado seja negativo.

RELATÓRIO E CONTAS

As percentagens de acabamento das obras, referentes a contratos de prestação de serviços em curso, que foram analisados em 2021, são as que a seguir se apresentam:

Projeto	Designação	% de Acabamento	Projeto	Designação	% de Acabamento
502	Recuperações - Unidades Navais	100,00%	737	Recuperações Marinha	95,42%
609	Recuperações - Unidades Navais (DEE/DCC)	100,00%	738	Diversos Exteriores à Marinha	100,00%
631	Recuperações Marinha	99,99%	739	Torpedos, Misseis, Minas... - Armas	100,00%
634	Organismos da Marinha	99,83%	740	Projectos Especiais	100,00%
638	Fragatas Vasco da Gama	100,00%	741	Organismos da Marinha	93,74%
639	Fragatas Bartolomeu Dias	100,00%	756	NRP Centauro - Alagem Centauro	80,73%
640	Corvetas João Coutinho & Baptista Andrade	100,00%	757	MRP Viana do Castelo PR011	100,00%
645	Hidrográficos	100,00%	758	BUCWRIGHT2 - Comissão Europeia	100,00%
646	Auxiliares	100,00%	763	PHM Ettawfiq - Alagem PHM Ettawfiq	4,89%
647	EVT/SRU - Submarinos	100,00%	764	NRP Mondego - PR001	100,00%
668	NRP Mondego	100,00%	768	NRP Dragão - Alagem Dragão	88,42%
669	NRP Guadiana Modernização	54,35%	769	NRP Tejo DAE	100,00%
682	Salva-Vidas C152 C153 - Construção Lanchas Classe Tejo	69,88%	771	NRP Figueira da Foz PR011	14,31%
688	Tridente - RI01 D01 - Trabalhos TKMS	100,00%	775	Diversos Exteriores à Marinha	100,00%
694	NRP Arpão RA15	100,00%	777	Hidrográficos - Auriga e Andrómeda	100,00%
700	NRP Figueira da Foz RI D01	100,00%	778	NRP António Enes e NRP João Roby	100,00%
702	NRP Arpão - Revisões Assistidas (RA)	100,00%	779	NRP Sines	100,00%
705	NRP Arpão - Marinha	95,12%	780	Processos Vodafone, Gás Natural e Outros	100,00%
705	NRP Arpão - TKMS	97,31%	781	NRP Côte Real - PR031 - Preparação SNMGI	86,73%
708	NRP Vasco da Gama (RI + D)	94,30%	782	NRP Gago Coutinho - Docagem e RI01	1,97%
710	Pontão 9-BNL - Apoio CL Tridente n.º 2	100,00%	784	NRP Tridente	75,72%
712	NRP D. Carlos I	100,00%	785	NRP Almirante Gago Coutinho	52,29%
713	NRP Almirante Gago Coutinho	100,00%	786	NRP Viana do Castelo	100,00%
714	NRP Vasco da Gama	97,95%	787	NRP Figueira da Foz	100,00%
715	NRP Álvares Cabral	98,13%	788	NRP D. Carlos I	98,78%
716	NRP Côte Real	99,63%	789	NRP Setúbal	100,00%
717	NRP Bartolomeu Dias	100,00%	790	NRP Tejo	78,35%
718	NRP Francisco de Almeida	100,00%	791	NRP Douro	100,00%
719	NRP Viana do Castelo	100,00%	793	NRP Sagres	100,00%
720	NRP Figueira da Foz	100,00%	794	Veleiros - Creoula, D. Fernando, Polar, Zarco	100,00%
721	NRP Sines	100,00%	795	Lanchas Argos, Centauro e Albatroz	100,00%
722	NRP Setúbal	100,00%	796	Diversos Exteriores à Marinha	100,00%
724	NRP Tejo	98,39%	797	Torpedos, Misseis, Minas... - Armas	94,42%
725	NRP Douro	100,00%	798	Projectos Especiais	100,00%
726	NRP Mondego	100,00%	799	Organismos da Marinha	47,57%
727	NRP Guadiana	100,00%	801	NRP Álvares Cabral	61,78%
729	Hidrográficos - Auriga e Andrómeda	100,00%	802	Projectos Especiais	100,00%
730	NRP Sagres	100,00%	806	NRP Francisco de Almeida	100,00%
733	lanchas Argos, Centauro e Albatroz	63,79%	808	NRP Douro PR001	7,57%
734	Auxiliares - Bérrio, Bacamarte, Zézere	100,00%	811	NRP Sagres PR031	3,42%
735	NRP Tridente	100,00%	812	Trabalhos Eventuais Diversos	78,14%
			820	NRP Bartolomeu Dias - Guerra Eletrónica	11,80%

Os rendimentos e gastos reconhecidos para os 84 projetos verificados até 2021, são os seguintes:

	Rédito Total	Faturação Emitida	Rédito do Período Anterior	Rédito do Período	Rendimentos a Reconhecer	Devedores por Acréscimo de Rendimento
Projetos em curso	66.274.448	51.751.571	37.213.844	11.843.549	3.469.283	872.134

RELATÓRIO E CONTAS

	2021	2020
Réditos Acumulados	49.057.393	45.215.369
Gastos Acumulados	64.989.166	56.056.238
Resultado Acumulado	-15.931.773	-10.840.869

Os Réditos Acumulados, Gastos Acumulados e Resultado Acumulado no ano 2020, referem-se ao total dos projetos que foram verificados em 31/12/2020.

No exercício de 2021 o resultado acumulado global, dos contratos em curso, está influenciado pelos resultados estimados em diversos contratos, cujos custos totais podem exceder o rédito total do contrato. As perdas esperadas foram reconhecidas imediatamente como gastos do período.

Proj 634 Organismos da Marinha	Total Estimado	Reconhecido no período referente a trabalhos realizados	Reconhecidos no período referente a trabalhos a realizar em 2022
Rédito dos Contratos	810.558	809.180	1.378
Gastos dos Contratos	-1.039.791	-1.037.986	-1.805
Resultado (Nota 15)	-229.233	-228.806	-427

Proj 638 Fragatas Vasco da Gama	Total Estimado	Reconhecido no período referente a trabalhos realizados	Reconhecidos no período referente a trabalhos a realizar em 2022
Rédito dos Contratos	4.373.435	4.373.435	0
Gastos dos Contratos	-5.030.911	-5.030.798	-113
Resultado (Nota 15)	-657.476	-657.363	-113

Proj 669 NRP Guadiana	Total Estimado	Reconhecido no período referente a trabalhos realizados	Reconhecidos no período referente a trabalhos a realizar em 2022
Rédito dos Contratos	1.779.122	966.953	812.169
Gastos dos Contratos	-4.243.211	-2.306.170	-1.937.041
Resultado (Nota 15)	-2.464.089	-1.339.217	-1.124.872

Proj 682 Salva Vidas	Total Estimado	Reconhecido no período referente a trabalhos realizados	Reconhecidos no período referente a trabalhos a realizar em 2022
Rédito dos Contratos	2.830.189	1.977.736	852.453
Gastos dos Contratos	-6.790.516	-4.745.306	-2.045.210
Resultado (Nota 15)	-3.960.327	-2.767.570	-1.192.757

RELATÓRIO E CONTAS

Proj 705 NRP Arpão	Total Estimado	Reconhecido no período referente a trabalhos realizados	Reconhecidos no período referente a trabalhos a realizar em 2022
Rédito dos Contratos	8.372.448	8.046.994	325.454
Gastos dos Contratos	-15.046.337	-14.459.987	-586.350
Resultado (Nota 15)	-6.673.889	-6.412.993	-260.895

Proj 708 NRP Vasco da Gama	Total Estimado	Reconhecido no período referente a trabalhos realizados	Reconhecidos no período referente a trabalhos a realizar em 2022
Rédito dos Contratos	1.661.655	1.566.941	94.714
Gastos dos Contratos	-2.042.188	-1.925.684	-116.504
Resultado (Nota 15)	-380.533	-358.743	-21.789

Proj 714 NRP Vasco da Gama	Total Estimado	Reconhecido no período referente a trabalhos realizados	Reconhecidos no período referente a trabalhos a realizar em 2022
Rédito dos Contratos	103.146	101.032	2.115
Gastos dos Contratos	-151.760	-148.646	-3.114
Resultado (Nota 15)	-48.614	-47.614	-1.000

Proj 715 NRP Álvares Cabral	Total Estimado	Reconhecido no período referente a trabalhos realizados	Reconhecidos no período referente a trabalhos a realizar em 2022
Rédito dos Contratos	644.994	632.932	12.061
Gastos dos Contratos	-912.897	-895.796	-17.101
Resultado (Nota 15)	-267.903	-262.864	-5.040

Proj 716 NRP Côte Real	Total Estimado	Reconhecido no período referente a trabalhos realizados	Reconhecidos no período referente a trabalhos a realizar em 2022
Rédito dos Contratos	1.074.591	1.070.615	3.976
Gastos dos Contratos	-1.551.225	-1.545.423	-5.802
Resultado (Nota 15)	-476.634	-474.808	-1.826

Proj 733 Lanchas Argos, Centauro e Albatroz	Total Estimado	Reconhecido no período referente a trabalhos realizados	Reconhecidos no período referente a trabalhos a realizar em 2022
Rédito dos Contratos	492.932	314.442	178.491
Gastos dos Contratos	-535.261	-341.427	-193.834
Resultado (Nota 15)	-42.329	-26.985	-15.343

RELATÓRIO E CONTAS

Proj 737 Recuperações	Total Estimado	Reconhecido no período referente a trabalhos realizados	Reconhecidos no período referente a trabalhos a realizar em 2022
Rédito dos Contratos	46.562	44.429	2.133
Gastos dos Contratos	-91.763	-87.559	-4.204
Resultado (Nota 15)	-45.201	-43.130	-2.071

Proj 741 Organismos da Marinha	Total Estimado	Reconhecido no período referente a trabalhos realizados	Reconhecidos no período referente a trabalhos a realizar em 2022
Rédito dos Contratos	114.832	107.643	7.188
Gastos dos Contratos	-150.824	-141.380	-9.444
Resultado (Nota 15)	-35.992	-33.737	-2.256

Proj 781 NRP Côte Real - Côte Real - PR031 - Preparação SNMG1	Total Estimado	Reconhecido no período referente a trabalhos realizados	Reconhecidos no período referente a trabalhos a realizar em 2022
Rédito dos Contratos	1.285.919	1.115.278	170.642
Gastos dos Contratos	-1.383.898	-1.200.244	-183.654
Resultado (Nota 15)	-97.979	-84.966	-13.013

Proj 790 Classe Tejo - NRP Tejo	Total Estimado	Reconhecido no período referente a trabalhos realizados	Reconhecidos no período referente a trabalhos a realizar em 2022
Rédito dos Contratos	32.408	25.391	7.016
Gastos dos Contratos	-33.197	-26.009	-7.188
Resultado (Nota 15)	-790	-618	-172

Proj 801 Fragatas Vasco da Gama - NRP Álvares Cabral	Total Estimado	Reconhecido no período referente a trabalhos realizados	Reconhecidos no período referente a trabalhos a realizar em 2022
Rédito dos Contratos	475.119	293.529	181.590
Gastos dos Contratos	-579.822	-358.227	-221.595
Resultado (Nota 15)	-104.703	-64.698	-40.005

Proj 808 NRP Douro - Douro PR001	Total Estimado	Reconhecido no período referente a trabalhos realizados	Reconhecidos no período referente a trabalhos a realizar em 2022
Rédito dos Contratos	661.626	50.085	611.541
Gastos dos Contratos	-663.971	-50.265	-613.706
Resultado (Nota 15)	-2.344	-180	-2.164

RELATÓRIO E CONTAS

Proj 812 Diversos - Trabalhos Eventuais Diversos	Total Estimado	Reconhecido no período referente a trabalhos realizados	Reconhecidos no período referente a trabalhos a realizar em 2022
Rédito dos Contratos	374.740	292.822	81.918
Gastos dos Contratos	-477.140	-372.849	-104.291
Resultado (Nota 15)	-102.400	-80.027	-22.373

Proj 820 NRP Bartolomeu Dias - BDias - Guerra Eletrónica	Total Estimado	Reconhecido no período referente a trabalhos realizados	Reconhecidos no período referente a trabalhos a realizar em 2022
Rédito dos Contratos	546.633	64.503	482.130
Gastos dos Contratos	-587.061	-69.276	-517.785
Resultado (Nota 15)	-40.428	-4.773	-35.655

Para além dos projetos acima referenciados, no exercício de 2021 encontravam-se em curso diversos projetos, em que se estima que o resultado acumulado global seja positivo.

Ganhos esperados em diversos contratos	Total Estimado	Reconhecido no período referente a trabalhos realizados	A Reconhecer referente a trabalhos a realizar em 2022
Rédito dos Contratos	17.887.901	4.507.901	13.380.000
Gastos dos Contratos	-16.768.801	-4.023.899	-12.744.902
Resultado (Nota 13)	1.119.100	484.002	635.098

Proj 724 Classe Tejo - NRP Tejo	Total Estimado	Reconhecido no período referente a trabalhos realizados	A Reconhecer referente a trabalhos a realizar em 2022
Rédito dos Contratos	436.650	429.620	7.030
Gastos dos Contratos	-434.529	-427.512	-7.017
Resultado (Nota 15)	2.122	2.108	13

Proj 756 NRP Centauro - Alagem Centauro	Total Estimado	Reconhecido no período referente a trabalhos realizados	A Reconhecer referente a trabalhos a realizar em 2022
Rédito dos Contratos	2.112.147	1.705.136	407.011
Gastos dos Contratos	-1.800.530	-1.453.576	-346.954
Resultado (Nota 15)	311.616	251.560	60.056

Proj 763 PHM Ettawfiq - Alagem PHM Ettawfiq	Total Estimado	Reconhecido no período referente a trabalhos realizados	A Reconhecer referente a trabalhos a realizar em 2022
Rédito dos Contratos	9.854.800	481.900	9.372.900
Gastos dos Contratos	-9.599.895	-469.432	-9.130.463
Resultado (Nota 15)	254.905	12.468	242.437

RELATÓRIO E CONTAS

Proj 768 NRP Dragão - Alagem Dragão	Total Estimado	Reconhecido no período referente a trabalhos realizados	A Reconhecer referente a trabalhos a realizar em 2022
Rédito dos Contratos	623.461	551.264	72.197
Gastos dos Contratos	-496.070	-438.603	-57.467
Resultado (Nota 15)	127.391	112.661	14.729

Proj 771 NRP Figueira da Foz - Figueira da Foz PR011	Total Estimado	Reconhecido no período referente a trabalhos realizados	A Reconhecer referente a trabalhos a realizar em 2022
Rédito dos Contratos	2.210.681	316.349	1.894.333
Gastos dos Contratos	-2.131.590	-305.105	-1.826.485
Resultado (Nota 15)	79.091	11.244	67.848

Proj 782 NRP Gago Coutinho - Docagem e Revisão Intermédia RI01	Total Estimado	Reconhecido no período referente a trabalhos realizados	A Reconhecer referente a trabalhos a realizar em 2022
Rédito dos Contratos	984.726	19.399	965.327
Gastos dos Contratos	-824.444	-16.272	-808.172
Resultado (Nota 15)	160.283	3.127	157.156

Proj 784 Submarinos Classe Tridente - NRP Tridente	Total Estimado	Reconhecido no período referente a trabalhos realizados	A Reconhecer referente a trabalhos a realizar em 2022
Rédito dos Contratos	276.536	209.393	67.143
Gastos dos Contratos	-233.533	-176.841	-56.692
Resultado (Nota 15)	43.003	32.552	10.451

Proj 788 D. Carlos I - NRP D. Carlos I	Total Estimado	Reconhecido no período referente a trabalhos realizados	A Reconhecer referente a trabalhos a realizar em 2022
Rédito dos Contratos	195.480	193.095	2.385
Gastos dos Contratos	-182.623	-180.399	-2.224
Resultado (Nota 15)	12.857	12.696	161

Proj 797 Torpedos, Misseis, Minas - Armas	Total Estimado	Reconhecido no período referente a trabalhos realizados	A Reconhecer referente a trabalhos a realizar em 2022
Rédito dos Contratos	598.823	565.409	33.414
Gastos dos Contratos	-554.601	-523.681	-30.920
Resultado (Nota 15)	44.222	41.728	2.494

RELATÓRIO E CONTAS

Proj 799 Organismos da Marinha - Organismos da Marinha	Total Estimado	Reconhecido no período referente a trabalhos realizados	A Reconhecer referente a trabalhos a realizar em 2022
Rédito dos Contratos	36.242	17.240	19.001
Gastos dos Contratos	-33.996	-16.173	-17.823
Resultado (Nota 15)	2.245	1.067	1.178

Proj 811 Sagres - NRP Sagres PR031	Total Estimado	Reconhecido no período referente a trabalhos realizados	A Reconhecer referente a trabalhos a realizar em 2022
Rédito dos Contratos	558.354	19.096	539.258
Gastos dos Contratos	-476.990	-16.305	-460.685
Resultado (Nota 15)	81.364	2.791	78.574

15. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

Provisões

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, as provisões constituídas pela Empresa tiveram o seguinte movimento:

2021				
	Quantia escriturada Inicial	Aumentos	Reversões	Quantia escriturada Inicial
Perda esperada em contratos de prestação de serviços	5.601.199,00	130.660,00	2.990.091,00	2.741.768,00
	5.601.199,00	130.660,00	2.990.091,00	2.741.768,00

2020				
	Quantia escriturada Inicial	Aumentos	Reversões	Quantia escriturada Inicial
Perda esperada em contratos de prestação de serviços	5.402.847,86	2.663.124,00	2.464.772,86	5.601.199,00
	5.402.847,86	2.663.124,00	2.464.772,86	5.601.199,00

RELATÓRIO E CONTAS

O saldo desta rubrica a 31 de dezembro de 2021 no montante de 2.741.768,00€, corresponde à perda esperada em diversos contratos de prestação de serviços. O valor apresentado resulta das seguintes estimativas:

	Total Estimado	Reconhecido no período referente a trabalhos realizados	Reconhecidos no período referente a trabalhos a realizar em 2022
Rédito dos Contratos	25.680.909	21.853.938	3.826.970
Gastos do Contratos	-41.311.773	-34.743.032	-6.568.741
Resultado (Nota 13)	-15.630.864	-12.889.094	-2.741.771

Passivos Contingentes

Em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, não havia passivos contingentes.

Ativos Contingentes

Em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, não havia ativos contingentes.

17. Acontecimentos após a data de relato

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão em 11 de abril de 2022 pelo Conselho de Administração da Arsenal do Alfeite, S.A..

À data da emissão das presentes demonstrações financeiras não existe conhecimento de eventos subsequentes que afetem a apresentação das mesmas ou que requeiram divulgação, à exceção do seguinte:

A extraordinária incerteza dominante no mercado global, provocada pelo longo período de Pandemia e significativamente agravada pelo conflito armado na Europa, colocam sobre enorme pressão a atividade das empresas.

Se, por um lado, este conflito já provocou um aumento significativo na atividade do Arsenal nos primeiros meses do ano em curso, a enorme volatilidade que se regista nos mercados das matérias-primas, energia e cadeias de abastecimento em geral, poderão afetar as previsões efetuadas no encerramento das demonstrações financeiras do exercício de 2021.

18. Instrumentos Financeiros

18.1. Ativos Financeiros

Clientes

Em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, a Empresa tinha as seguintes dívidas de clientes:

	2021	2020
Clientes	670.078,04	1.073.337,07
Clientes do Grupo (Nota 20)	1.200,28	798,27
Perdas por Imparidade	-39.101,97	-363.943,59
	632.176,35	710.191,75

A rubrica de “Clientes” apresenta o seguinte detalhe:

	2021	2020
Marinha, através da Direção de Navios (Estado Português)	36.607,27	-140.161,30
Batistas - Reciclagem de Sucatas, S.A.	19.057,66	19.057,66
BMW Portugal, S.A.		560.802,69
Ministerie van Defensie (Ministério da Defesa Holandês)		138.046,72
ThyssenKrupp Marine Systems GmbH	545.056,73	96.814,35
Clientes de cobrança duvidosa	39.101,97	363.943,59
Outros	30.254,41	34.833,36
	670.078,04	1.073.337,07

RELATÓRIO E CONTAS

Durante o ano de 2021 a rubrica de perdas por imparidade teve as seguintes alterações:

2021				
	Saldo Inicial	Aumentos	Utilização	Saldo Final
Naveiro - Transportes Marítimos, S.A.	324.841,62	-	324.841,62	0,00
O2 - Tratamento e Limpezas	745,50	-	-	745,50
Geosolve, Soluções de Engenharia, Geotecnia e Topografia, Ld. ^a	1.103,31	-	-	1.103,31
Fiutak Technologies GmbH	37.253,16	-	-	37.253,16
	363.943,59	-	324.841,62	39.101,97

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, o movimento ocorrido em “Imparidade de Dívidas a Receber” na Demonstração dos Resultados” foi o seguinte:

	2021	2020
Imparidade - dívidas a receber - reversão	-	-

Outras Contas a Receber

Em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, a rubrica “Outras Contas a Receber” apresenta a seguinte composição:

	2021	2020
<u>Outras Contas a Receber</u>		
Pessoal	1.944,75	1.035,20
Prestações de serviços em curso (Nota 13)	872.133,00	573.272,00
Outros	8.912,43	4.314,37
	882.990,18	578.621,57

18.2. Passivos Financeiros

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2021, tal como em 2020, esta rubrica respeita a valores a pagar resultantes de aquisições decorrentes do curso normal das atividades da Empresa. O Conselho de Administração entende que, nessas datas, o valor contabilístico destas dívidas é aproximado ao seu justo valor.

O prazo médio de pagamentos a fornecedores, nos termos da Resolução do Conselho de Ministros nº 34/2008, de 22 de fevereiro, de acordo com o Despacho nº 9870/2009, de 6 de abril, publicado no Diário da República, 2.ª série, de 13 de abril, aumentou em 2021, relativamente a 2020, conforme quadro seguinte:

PMP	2021	2020	Variação	
			Valor	%
Prazo (dias)	206,35	102,59	103,76	101,14%

O aumento do prazo médio de pagamentos a fornecedores face a 2020, deveu-se às dificuldades financeiras sentidas no 2.º semestre 2020 e que continuaram durante o ano de 2021, resultante do desequilíbrio estrutural da exploração operacional da empresa. A Administração decidiu implementar uma série de medidas por forma a garantir a sustentabilidade futura da empresa.

Adiantamentos de Clientes

Em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, a rubrica “Adiantamentos de Clientes” não apresentava qualquer valor por regularizar.

Outras Contas a Pagar

Em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, a rubrica “Outras Contas a Pagar” (referente aos passivos correntes), apresentava a composição constante da tabela infra.

Os passivos não correntes encontram-se mencionados na nota 23.

RELATÓRIO E CONTAS

	2021	2020
<u>Outras Contas a Pagar</u>		
Remunerações a liquidar a)	1.498.700,00	1.500.700,00
Renda - contrato de concessão b)	194.634,45	135.562,83
Outros acréscimos de gastos c)	284.139,39	209.084,35
Outros devedores e credores d)	600.493,36	565.483,06
	2.577.967,20	2.410.830,24

- a) Inclui os gastos com férias e subsídio de férias referentes ao exercício de 2021 a liquidar em 2022.
- b) Inclui o gasto do exercício de 2021 referente à renda da concessão a pagar no ano de 2022 ao Estado Português de acordo com a Cláusula 18.ª do contrato de concessão.
- c) Inclui essencialmente os gastos com eletricidade (33.521,21€), gastos com seguros (47.163,68€), gastos com a Revisão Legal de Contas (12.150,00€), gastos com subcontratos (146.552,41€) e gastos com limpeza e higiene (16.071,33€) referentes ao exercício de 2021 mas faturados em 2022.
- d) A rubrica “Outros devedores e credores” inclui:

	2021	2020
<u>Outros devedores e credores</u>		
Ajustamentos em subsídios (Nota 23)	550.000,00	550.000,00
Outros	50.493,36	15.483,06
	600.493,36	565.483,06

O ajustamento do subsídio (550.000,00€) classificado como passivo corrente diz respeito ao imposto associado ao valor do subsídio a reconhecer como rédito no ano seguinte.

RELATÓRIO E CONTAS

18.3. Outros Ativos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, a Empresa tinha as seguintes participações financeiras:

	2021	2020
Relacre - Associação de Laboratórios Acreditados de Portugal	500,00	500,00
Fundo de Compensação do Trabalho	30.899,03	22.939,26
	31.399,03	23.439,26

18.4 Composição do Capital Subscrito, Reservas e Resultados Transitados

Em 2021 o capital da Empresa era composto por 6.480.000 ações nominativas, com valor nominal de 5 €, cada uma, sendo detido na totalidade pela IdD – Portugal Defence, S.A..

No exercício de 2009 foi realizada em dinheiro a parcela de 16.200.000 € e os restantes 50% foram realizados no exercício de 2010.

Em conformidade com o Artigo 295.º do Código das Sociedades Comerciais a reserva legal é obrigatoriamente dotada com um mínimo de 5% dos resultados anuais até que atinja o valor equivalente a 20% do capital social da empresa. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do capital.

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a rubrica “Reserva legal”, apresentava o seguinte detalhe:

	2021	2020
Saldo inicial	299.152,72	299.152,72
Aplicação do resultado líquido	-	-
Saldo final	299.152,72	299.152,72

RELATÓRIO E CONTAS

Nos períodos findos a 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, realizaram-se os seguintes movimentos na rubrica de “Resultados transitados”:

	2021	2020
Saldo inicial	-25.680.908,31	-16.003.398,92
Aplicação do resultado líquido	-6.560.933,05	-9.677.509,39
Saldo final	-32.241.841,36	-25.680.908,31

Conforme decisão da Assembleia Geral do dia 12 de agosto de 2021 foi aplicado em resultado transitado o total do resultado líquido de 2020 (-6.560.933,05€).

19. Benefícios dos Empregados

A Arsenal do Alfeite, S.A., não tem responsabilidades pós-emprego na forma de planos de benefícios definidos.

Em 31 de dezembro de 2021, o número de empregados era de 426, enquanto que em 31 de dezembro de 2020 eram 445.

A repartição dos gastos com pessoal nos exercícios de 2021 e de 2020 é a seguinte:

	2021	2020
Remunerações dos Órgãos Sociais e de Gestão	192.769,02	162.632,22
Remunerações do Pessoal	9.026.928,12	9.483.883,69
Indeminizações	1.636,19	2.633,09
Encargos sobre Remunerações	2.104.176,04	2.195.923,39
Seguros de Acidentes no Trabalho	183.225,81	212.133,64
Gastos de Ação Social	26.669,04	25.481,18
Outros Gastos com o Pessoal	6.497,20	8.448,90
Outros Encargos Sociais	147.318,58	130.809,58
	11.689.220,00	12.221.945,69

RELATÓRIO E CONTAS

Em 2021 verificou-se um decréscimo dos gastos com pessoal comparativamente com 2020, determinado, essencialmente pela redução do montante das remunerações do pessoal, em virtude da diminuição do número de funcionários.

20. Partes Relacionadas

Relacionamentos com a empresa mãe / transações entre partes relacionadas

No ano de 2021, o capital social da Empresa era integralmente detido pela IdD – Portugal Defence, S.A..

Os saldos e transações efetuados com entidades relacionadas durante os exercícios de 2021 e de 2020 podem ser detalhados como segue:

2021					
Entidade	Contas a receber correntes (nota 18.1)	Contas a pagar correntes	Serviços obtidos	Serviços prestados	Juros suportados
ETI - Empordef Tecnologias de informação, S.A.	-	-	-	295,76	-
ENVC-Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S.A., em liquidação	-	-	-	3.300,00	-
idD-Portugal Defence, S. A.	1.200,28	168.380,90	4245,33	23.397,37	3.249,16
NAVALROCHA-Soc. de Const. e Reparação Navais, S.A.		29.095,65	23.655,00		-
OGMA-Indústria Aeronáutica de Portugal, S.A.		-	-	9.300,00	-
	1.200,28	197.476,55	27.900,33	36.293,13	3.249,16

RELATÓRIO E CONTAS

2020

Entidade	Contas a receber correntes (nota 18.1)	Contas a pagar correntes	Serviços obtidos	Serviços prestados	Juros debitados
Navalrocha – Soc. de Construção e Reparação Navais, S.A.	-	-	-	-	-
ENVC-Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S.A., em liquidação	-	-	-	3.300,00	-
idD-Portugal Defence, S. A.	-	423.142,50	-	-	-
OGMA-Indústria Aeronáutica de Portugal, S.A.	798,27	-	-	21.705,00	-
	798,27	423.142,50	0,00	25.005,00	0,00

Remuneração do pessoal chave de gestão

Conselho de Administração

Mandato		Designação		
(Início - Fim)	Cargo	Nome	Forma	Data
2020-2022	Presidente	José Miguel Antunes Fernandes*	DUE	29.06.2020
2020-2022	Presidente	José Luís Serra Rodrigues	DUE	29.06.2020
2020-2022	Vogal	Maria José Gomes Monteiro Jesus de Almeida	DUE	29.06.2020
2020-2022	Vogal	Elsa Cristina Baia Marino	DUE	12.08.2021

* Salienta-se a resignação às funções apresentada pelo Presidente José Miguel Antunes Fernandes - com efeitos a 18.01.2021. e a nomeação para Presidente de José Luís Serra Rodrigues

RELATÓRIO E CONTAS

Remuneração anual 2021 (€)						
Membro do Órgão de Administração	Fixa (*)	Variável	Bruta	Redução Remuneratória	Reversão Remuneratória	Valor Final
José Miguel Antunes Fernandes *	13.428,13	-	13.428,13	-671,40	0,00	12.756,73
José Luís Serra Rodrigues	85.343,76	-	85.343,76	-4.267,16	0,00	81.076,60
Maria José Gomes Monteiro Jesus de Almeida	64.635,41		64.635,41	-771,57	0,00	63.863,84
Elsa Cristina Baia Marino	25.172,64		25.172,64	-1.258,63		23.914,01
	188.579,94	0,00	188.579,94	-6.968,76	0,00	181.611,18

* Salaria-se a resignação às funções apresentada pelo Presidente José Miguel Antunes Fernandes – com efeitos a 18.01.2021. e a nomeação para Presidente de José Luís Serra Rodrigues

23. Outras Variações de Património Líquido

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos tangíveis depreciados são reconhecidos no Património Líquido, ajustado do imposto que lhe está associado, uma vez que os subsídios estão sujeitos a tributação.

Desta forma, a rubrica “Outras variações no Património Líquido” reflete a quantia do subsídio não monetário deduzido do respetivo imposto e as rubricas “outras contas a pagar” (passivos não correntes e passivos correntes) refletem o referido imposto.

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a informação relativa ao subsídio obtido do Governo era como segue:

RELATÓRIO E CONTAS

	31/12/2020	Rédito do ano	Ajustamento do ano	31/12/2021
<u>Património Líquido</u>				
Outras variações no Património Líquido				
Subsídios não monetários	63.639.532,74	-2.420.143,92	-26.710,38	61.192.678,44
Ajustamentos em subsídios	-14.318.894,85		550.542,22	-13.768.352,63
	49.320.637,89	-2.420.143,92	523.831,84	47.424.325,81
<u>Passivos não correntes</u>				
Outras contas a pagar				
Ajustamentos em subsídios	13.768.894,85	-	-550.542,22	13.218.352,63
	13.768.894,85	-	-550.542,22	13.218.352,63
<u>Passivos correntes</u>				
Outras contas a pagar				
Ajustamentos em subsídios (Nota 18.2)	550.000,00	-		550.000,00
Total de passivos correntes	550.000,00	-		550.000,00

No exercício de 2021 o rédito reconhecido no período ascendeu a 2.420.143,92€.

24. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, as rubricas do ativo corrente e do passivo corrente “Diferimentos” apresentavam a seguinte composição:

RELATÓRIO E CONTAS

	2021	2020
<u>Diferimentos ativos</u>		
Seguros	11.729,14	-
Outros gastos a reconhecer	11.707,30	4.291,00
	<u>23.436,44</u>	<u>4.291,00</u>
<u>Diferimentos passivos</u>		
Rendimentos a reconhecer (Nota 13)	3.469.283,00	2.005.612,00
Outros rendimentos diferidos	4.090,55	7.390,55
	<u>3.473.373,55</u>	<u>2.013.002,55</u>

Em 31 de dezembro de 2021 a rubrica do passivo não corrente “Diferimentos” apresentava o valor de 679.785,38€, referente a um subsídio recebido no âmbito do PRR - Plano de Recuperação e Resiliência relacionado com o Investimento TC-C10-i03.02 “Centro de Operações de Defesa do Atlântico e Plataforma Naval: Pilar III - Academia do Arsenal do Alfeite (Academia 4.0)”.

A Academia do Arsenal pretende constituir-se como um projeto inovador de formação de recursos humanos no setor naval - quer através da qualificação e troca de experiências dos que já se encontram nas empresas quer da captação de profissionais para a área da engenharia naval - baseando-se num conjunto de parcerias, de que é testemunho o Protocolo entre a idD Portugal Defence, o Arsenal do Alfeite, a Associação de Indústrias Navais e o Consórcio de Escolas de Engenharia. Para tal, pretende também fomentar-se a componente digital desta formação, criando um centro de competências posicionado para a transformação digital em curso na economia nacional.

25. Estado e Outros Entes Públicos

Em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, a rubrica do “Estado e Outros Entes Públicos” apresentava a seguinte composição:

RELATÓRIO E CONTAS

	2021		2020	
	ativo	passivo	ativo	passivo
IRC - Imposto sobre o rendimento de pessoas coletivas	77.818,34	8.042,14	77.818,34	13.264,84
Retenção do IRS	-	103.786,00	-	187.926,00
IVA - Impostos sobre o valor acrescentado	-	1.324.363,95	-	358.711,62
CGA - Caixa geral de aposentações	-	164.526,92	-	489.810,08
ADSE	-	-466,28	-	-525,97
Segurança social	-	57.960,01	-	104.214,34
Fundos de Compensação	-	686,24	-	729,96
	77.818,34	1.658.898,98	77.818,34	1.154.130,87

O valor de IRC tem a seguinte discriminação:

	2021	
	ativo	passivo
Estimativa do imposto do exercício (Nota 26)	-	8.042,14
Pagamento especial por conta	75 446,66	-
Pagamentos por conta	-	-
Retenções na fonte	2 371,68	-
	77 818,34	8.042,14
IRC	69.776,20	

26. Imposto Sobre o Rendimento

A empresa encontra-se sujeita a impostos sobre os lucros em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas – IRC à taxa de 21% sendo a Derrama fixada a uma taxa máxima de 1,5% do lucro tributável.

A empresa tem por política reconhecer nas suas demonstrações financeiras o efeito fiscal das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e fiscais. Constituem base para o cálculo de imposto diferido, os ajustamentos sobre dívidas a receber e provisões não aceites fiscalmente.

RELATÓRIO E CONTAS

O gasto com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 é detalhado conforme se segue:

	2021	2020
Resultado antes de imposto	-539.738,23	-6.870.000,14
Dedução de prejuízos fiscais	-	-
	-	-
Taxa nominal de imposto	21,00%	21,00%
Imposto esperado	-	-
Derrama - 1,5%	-	-
Derrama estadual	-	-
	-	-
Diferenças permanentes	-	-
Diferenças temporárias - provisões	700.508,60	-322.331,93
Ajustamentos à coleta - tributação autónoma	8.042,14	13.264,84
Outras	-	-
Imposto sobre o rendimento do exercício	708.550,74	-309.067,09
	-	-
Taxa efetiva de imposto	131,28%	-4,50%

IMPOSTO	2021	2020
Imposto corrente do exercício	8.042,14	13.264,84
Imposto diferido gerado no exercício	700.508,60	-322.331,93
	708.550,74	-309.067,09

Tal como evidenciado no quadro acima, existem diferenças temporárias dedutíveis (perdas fiscais) relativamente às quais não foi reconhecido qualquer ativo por impostos diferidos no balanço por não existirem certezas quanto à sua recuperabilidade.

RELATÓRIO E CONTAS

Descrição	Valor	Utilização	Valor	Ano máximo de Dedutibilidade
Prejuízo Fiscal do ano 2016 a)	1.910.178,18	-	1.910.178,18	2030
Prejuízo Fiscal do ano 2017 a)	1.818.064,80	-	1.818.064,80	2024
Prejuízo Fiscal do ano 2018 a)	4.237.598,32	-	4.237.598,32	2025
Prejuízo Fiscal do ano 2019 a)	2 117 224,89	-	2 117 224,89	2026
Prejuízo Fiscal do ano 2020 a)	5.428.830,33	-	5.428.830,33	2032
Prejuízo Fiscal do ano 2021 a)	885.768,71	-	885.768,71	2033
	16.397.665,23	-	16.397.665,23	

a) - os prejuízos fiscais dos anos de 2016, 2017, 2018, 2019 e 2021 podem ser deduzidos aos lucros tributáveis, que ocorram até ao ano de 2030, 2024, 2025, 2026, 2032 e 2033 respetivamente. A dedução a efetuar em cada um dos períodos de tributação não pode exceder o montante correspondente a 70% do respetivo lucro tributável.

O detalhe dos ativos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é conforme segue:

ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	2021	2020
Perdas de Imparidade e Provisões	837.464,10	1.537.972,70
	837.464,10	1.537.972,70

O movimento ocorrido nos ativos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 foi como se segue:

	2021	2020
Saldo em 1 de janeiro	1.537.972,70	1.215.640,77
Movimentos do exercício		
Reversões	-729.907,10	
Aumentos	29.398,50	322.331,93
Saldo em 31 de dezembro	837.464,10	1.537.972,70

RELATÓRIO E CONTAS

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da empresa de 2018 a 2021 podem ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.

27. Outros Rendimentos e Ganhos

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a rubrica “outros rendimentos” tem a seguinte composição:

	2021	2020
Subsídio não monetário - bens concessionados (Nota 23)	2.420.143,92	2.440.875,92
Aluguer de espaços e equipamento	17.400,08	18.411,63
Outros	37.917,57	5.635,77
	<hr/> 2.475.461,57	<hr/> 2.464.923,32

28. Fornecimentos e Serviços Externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 é a seguinte:

RELATÓRIO E CONTAS

	2021	2020
Subcontratos	1.087.767,85	1 014 969,08
Trabalhos Especializados	144.169,46	108 252,15
Publicidade e Propaganda	1.293,18	2 002,49
Vigilância e Segurança		
Honorários	51.360,00	51 360,00
Comissões	1.463,53	322,45
Conservação e Reparação	35.147,19	47 963,44
Materiais	10.555,53	113 093,78
Eletricidade	286.273,07	330 060,26
Combustíveis	14.900,98	16 253,60
Gás	29.831,64	30 898,35
Deslocações, Estadas e Transportes	53.647,30	75 190,47
Rendas e Alugueres	101.322,43	104 826,57
Comunicação	12.080,07	15 481,64
Seguros	92.823,58	82 564,24
Contencioso e Notariado	4.210,50	6 906,00
Despesas de Representação	240,24	565,47
Limpeza, Higiene e Conforto	289.543,58	338 404,70
Diversos	7.282,35	4 480,23
	2.223.912,48	2 343 594,92

Em 2021 houve um acréscimo de 5,11% dos fornecimentos e serviços externos face ao ano transato, particularmente influenciado pela variação a nível dos “Materiais de Consumo” (decréscimo de 102.538,25€).

29. Subsídios correntes obtidos

O detalhe da rubrica dos Subsídios correntes obtidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 é conforme se segue:

RELATÓRIO E CONTAS

	2021	2020
Segurança Social - Apoio à Família	578,19	2.251,69
PRR - Plano de Recuperação e Resiliência	29.993,33	-
Projecto H2020-BUGWRIGHT 2	5.019,67	44.972,96
Total	35.591,19	47.224,65

No exercício de 2021 o montante de 2.251,69€, resulta de verbas recebidas das Segurança Social, no âmbito da medida de Apoio Excepcional à Família, decorrente da suspensão das atividades letivas e não letivas presenciais.

Em 2021 foram recebidas verbas no âmbito do PRR - Plano de Recuperação e Resiliência, relacionadas com a Academia do Arsenal do Alfeite (Academia 4.0)". O montante de 29.993,33€ refere-se a despesas correntes.

No exercício de 2021, foram recebidas verbas, no âmbito do projecto H2020-BUGWRIGHT 2. Este projeto visa abrir novas possibilidades para a inspeção e manutenção por robôs (novas tecnologias), desenvolvendo e demonstrando uma solução robótica adaptável para lidar com grandes estruturas, como cascos externos de navios ou tanques de armazenamento, produzindo mudanças graduais nas capacidades das tecnologias robóticas de inspeção.

30. Resultado por Ação

O Resultado por ação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 foi determinado conforme se segue:

	2021	2020
Resultado líquido do período	-1.248.288,97	-6.560.933,05
Número médio ponderado de ações	6.480.000	6.480.000
Resultado por ação básico	-0,19	-1,01

31. Outras Informações

No ano de 2021 correram termos as seguintes ações judiciais:

Ações interpostas pelo consórcio Iberlim – Sociedade Técnica de Limpezas, S.A. e SLIMCEI – Sociedade de Limpezas, Manutenção e Comercialização de Equipamentos Industriais, Lda., contra a Arsenal do Alfeite, S.A.:

RELATÓRIO E CONTAS

No âmbito da primeira (Processo n.º 1179/13.7BEALM, do Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada) que nasceu de processo de injunção, a Autora reclama o pagamento da quantia de 20.560,66€ acrescida de juros de mora que à data de interposição da injunção ascendiam a 2.122,73€, referentes à alegada falta de pagamento de faturas. Tendo em consideração que este montante corresponde a sanções contratuais aplicadas por incumprimento, aliás já reconhecido judicialmente em anteriores processos, a Arsenal do Alfeite, S.A., apresentou oposição à injunção. Tendo sido considerado judicialmente que a decisão deste processo se encontra condicionada pelo julgamento do outro processo em curso, foi judicialmente determinada em 30.11.2021, a suspensão da instância até julgamento e trânsito em julgado da decisão final do processo n.º 401/14.7BESNT, do Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra, nos termos do Artigo 272º do CPC.

O segundo processo acima mencionado, também interposto pelo mesmo consórcio, corresponde a uma ação administrativa especial (Processo n.º 401/14.7BESNT, do Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra) na qual as Autoras peticionam a declaração de nulidade dos atos administrativos que determinaram a aplicação às Autoras de sanções contratuais no montante global de 20.560,66€. Foi igualmente apresentada contestação, aguardando-se notificação para audiência de julgamento.

Processo de insolvência da Naveiro – Transportes Marítimos, S.A.

Em 2021, deu-se por encerrado o processo de insolvência da Naveiro – Transportes Marítimos, S.A., em que foram reclamados créditos pela Arsenal do Alfeite, S.A., no montante de 329.516,78€.

De se destacar que após liquidação dos créditos graduados, apenas foi atribuído à AASA a quantia de 137,87€.

Processo de injunção - Enviestudos, S.A.

Registou-se, em 2021, a interposição de uma injunção por parte da empresa Enviestudos, S.A. contra a Arsenal do Alfeite, reclamando a mesma a quantia de € 6.9991,68, correspondente à prestação de serviços de elaboração de um Plano de Segurança, o qual não foi pago pela Arsenal do Alfeite, S.A. em virtude de considerar não se mostrar cumprida a prestação de serviços, razão pela qual apresentou oposição à injunção em apreço (Processo 53038/20.OYIPRT). Aguarda-se notificação para audiência de julgamento.

Processo de Insolvência FIUTAK

Por fim, e tendo em consideração o não pagamento dos serviços prestados pelo estaleiro na Nigéria no âmbito do contrato assinado com a FIUTAK Industries GmbH, foi interposto contra esta última uma injunção europeia para recuperação do crédito de 39.513,42€, acrescido dos respetivos juros de mora, tendo a mesma sido redistribuída para ação declarativa após oposição da Ré. De se denotar que a mesma foi posteriormente extinta por inutilidade superveniente da lide em virtude do processo de insolvência da ré, tendo a Arsenal do Alfeite, S.A., reclamado créditos no âmbito da mesma, a qual corre termos na Alemanha.

Por fim, e já em 2020, regista-se a celebração de um acordo de pagamento com a empresa Batistas - Reciclagem de Sucatas, S.A., na sequência do não pagamento da fatura 05/2017 emitida pela Arsenal do Alfeite, S.A. pelo valor de € 26.680,70 vencida a 29.12.2017 (valor que engloba capital em dívida mais juros de mora à taxa comercial, vencidos até à data da celebração do Acordo).

RELATÓRIO E CONTAS

Deste acordo que previa 14 prestações mensais de € 2.239,82, foram liquidadas 4, tendo sido a Arsenal do Alfeite, S.A. notificada do Processo Especial de Revitalização (PER) com número de processo 2710/20.7T8VFX, no qual foram reclamados créditos no montante global de € 22.398,22 acrescido de juros de mora vincendos até efetivo e integral pagamento, tendo sido a Arsenal notificada em 14 de dezembro 2020 da sua admissão na Lista Provisória de Credores, não tendo tido mais desenvolvimentos até à data.

32. Informações Sobre Matérias Ambientais

Este tema encontra-se desenvolvido no capítulo “Análise de sustentabilidade da entidade nos domínios económico, social e ambiental” do Relatório de Governo Societário relativo a 2021.

33. Honorários do Revisor Oficial de Contas

Os honorários do revisor oficial de contas ascenderam a:

Remuneração anual 2021 (€)	
João Cipriano & Associado SROC	Bruta
Revisão Legal de Contas	16.200,00
Total	16.200,00



O Contabilista Público

Maria José Gomes Monteiro Jesus de Almeida Assinado de forma digital por Maria José Gomes Monteiro Jesus de Almeida; Dados: 2022.04.20 16:25:21 +01'00'

José Luis Serra Rodrigues Assinado de forma digital por José Luis Serra Rodrigues; Dados: 2022.04.20 17:41:04 +01'00'

Elsa Marino Assinado de forma digital por Elsa Marino; Dados: 2022.04.21 08:25:36 +01'00'

O Conselho de Administração

Anexo III - DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

ANEXO III - DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

Demonstração do desempenho Orçamental

Euros

RUBRICA	PAGAMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO 31/12/2021				31/12/2020
		RP	U.E.	FUNDOS ALHEIOS	TOTAL	
		16.408.210,20	29.993,33	0,00	16.438.203,53	16.324.923,31
Despesa corrente						
D1 Despesas com o pessoal				9.125.862,70	9.254.027,88	
D11 Remunerações Certas e Permanentes		9.106.072,70	19.790,00			
D12 Abonos Variáveis ou Eventuais		408.819,02			408.819,02	353.617,55
D13 Segurança social		2.675.873,89	5.125,13		2.680.999,02	2.337.888,97
D2 Aquisição de bens e serviços		2.908.712,30	5.078,20		2.913.790,50	2.948.337,57
D4 Transferências e subsídios correntes						
D41 Transferências correntes						
D411 Administrações Públicas						
D4111 Administração Central - Estado Português						
D4112 Administração Central - Outras entidades						
D4113 Segurança Social						
D4114 Administração Regional						
D4115 Administração Local						
D412 Entidades do setor não lucrativo		890,00			890,00	998,00
D413 Famílias						
D414 Outras						
D42 Subsídios correntes						
D5 Outras despesas correntes		1.307.882,29			1.307.882,29	1.430.053,34
Despesa de capital		210.447,50	5.986,69	0,00	216.434,19	828.803,16
D6 Aquisição de bens de capital		210.447,50	5.986,69		216.434,19	828.803,16
D8 Outras despesas de capital						
Despesa efetiva [5]		16.618.657,70	35.980,02	0,00	16.654.637,72	17.153.726,47
Despesa não efetiva [6]		0,00	0,00	765.867,19	765.867,19	0,00
D9 Despesa com ativos financeiros						
D10 Despesa com passivos financeiros				765.867,19	765.867,19	
Soma [7]=[5]+[6]		16.618.657,70	35.980,02	765.867,19	17.420.504,91	17.153.726,47
Operações de tesouraria [C]				11.856,46	11.856,46	1.923,20
Saldo para a gerência seguinte		-338.899,89	674.019,98	-253.631,09	81.489,00	417.179,04
Operações orçamentais [8] = [4]-[7]		-338.899,89	595.493,72	-256.593,83	0,00	404.722,58
Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]		0,00	78.526,26	2.962,74	81.489,00	12.456,46
Saldo global [2] - [5]		-743.622,47	595.493,72	0,00	-148.128,75	-6.097.550,62
Despesa primária		16.618.657,70	35.980,02	0,00	16.654.637,72	17.153.726,47
Saldo corrente		-588.237,60	-29.993,33	0,00	-618.230,93	-5.275.443,82
Saldo de capital		-187.324,40	625.487,05	0,00	438.162,65	-826.623,16
Saldo primário		-743.622,47	595.493,72	0,00	-148.128,75	-6.097.550,62
Receita total [1] + [2] + [3]		16.279.757,81	631.473,74	509.273,36	17.420.504,91	17.558.449,05
Despesa total [5] + [6]		16.618.657,70	35.980,02	765.867,19	17.420.504,91	17.153.726,47

RUBRICA	RECEBIMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO 31/12/2021				31/12/2020
		RP	U.E.	FUNDOS ALHEIOS	TOTAL	
		404.722,58	0,00	12.456,46	417.179,04	6.081.653,90
Saldo de gerência anterior						
Operações orçamentais [1]		404.722,58			404.722,58	6.079.130,70
Devolução do saldo oper. orçamentais						
Operações de tesouraria [A]				12.456,46	12.456,46	2.523,20
Receita corrente		15.819.972,60	0,00	0,00	15.819.972,60	11.049.479,49
R3 Taxas, multas e outras penalidades		137,87			137,87	4.539,46
R4 Rendimentos de propriedade						
R5 Transferências e subsídios correntes						
R51 Transferências correntes						
R511 Administrações Públicas						
R5111 Administração Central - Estado Português						
R5112 Administração Central - Outras entidades						
R5113 Segurança Social						
R5114 Administração Regional						
R5115 Administração Local						
R512 Exterior - EU						
R513 Outras						
R52 Subsídios correntes		578,19			578,19	2.251,69
R6 Venda de bens e serviços		15.819.256,54			15.819.256,54	11.042.688,34
R7 Outras receitas correntes						
Receita de capital		23.123,10	631.473,74	0,00	654.596,84	2.180,00
R9 Transferências e subsídios de capital			631.473,74		631.473,74	
R10 Outras receitas de capital		23.123,10			23.123,10	2.180,00
R11 Reposições não abatidas aos pagamentos		31.939,53			31.939,53	4.516,36
Receita efetiva [2]		15.875.035,23	631.473,74	0,00	16.506.508,97	11.056.175,85
Receita não efetiva [3]		0,00	0,00	509.273,36	509.273,36	423.142,50
R12 Receita com ativos financeiros						
R13 Receita com passivos financeiros				509.273,36	509.273,36	423.142,50
Soma [4]=[1]-[2]-[3]		16.279.757,81	631.473,74	509.273,36	17.420.504,91	17.558.449,05
Operações de tesouraria [B]			78.526,26	2.362,74	80.889,00	11.856,46

Notas:

a) Os pagamentos, recebimentos, assim como os saldos estão discriminados de acordo com as seguintes fontes de financiamento: RP-Recitas próprias U.E.-Financiamento da UE FUNDOS ALHEIOS-Correspondem a operações de tesouraria.

Mário José
Gonçalves
Monteiro
Jasius de
Almeida

Administrador
delegado
Mário José
Gonçalves
Monteiro
Jasius de
Almeida

José Luís
Serra
Rodrigues

Administrador
delegado
José Luís
Serra
Rodrigues

Elsa
Marino

Administradora
delegada
Elsa
Marino

O Contabilista Público

O Conselho de Administração

RELATÓRIO E CONTAS

Demonstração de Execução Orçamental da receita

Euros

Rubrica	Descrição	Previsões corrigidas (1)	Receitas por		Liquidações anuladas (4)	Receitas cobradas brutas (5)	Reembolsos e restituições		Receitas cobradas líquidas			Receitas por cobrar no final do período (11)	Grau de execução orçamental (12)=(10)/(1)×100
			cobrar de períodos anteriores (2)	Receitas líquidas (3)			Emitidos (6)	Pagos (7)	Períodos anteriores (8)	Período corrente (9)	Total (10)=(5)-(7)		
	Receita corrente	41.506.337,00	927.984,89	15.638.879,80	0,00	15.913.977,96	94.005,36	94.005,36	768.990,47	15.050.982,13	15.819.972,60	652.886,73	38,11%
R3	Taxas, multas e outras penalidades	2.000,00		137,87		137,87				137,87	137,87	0,00	6,89%
R4	Rendimentos de propriedade												
R5	Transferências e subsídios correntes												
R51	Transferências correntes												
R511	Administrações Públicas												
R5111	Administração Central - Estado Português												
R5112	Administração Central - Outras entidades												
R5113	Segurança Social												
R5114	Administração Regional												
R5115	Administração Local												
R512	Exterior - EU												
R513	Outras												
R52	Subsídios correntes	2.500,00		578,19		578,19				578,19	578,19	0,00	23,13%
R6	Venda de bens e serviços	41.501.837,00	927.984,89	15.638.163,74		15.913.261,90	94.005,36	94.005,36	768.990,47	15.050.266,07	15.819.256,54	652.886,73	38,12%
R7	Outras receitas correntes												
	Receita de capital	21.708.997,00	717,85	1.679.058,57	0,00	1.679.058,57	78.526,26	78.526,26	0,00	1.600.532,31	1.600.532,31	717,85	7,37%
R9	Transferências e subsídios de capital	20.710.000,00		710.000,00		710.000,00	78.526,26	78.526,26		631.473,74	631.473,74	0,00	3,05%
R10	Outras receitas de capital	35.000,00		23.123,10		23.123,10				23.123,10	23.123,10	0,00	66,07%
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	50.000,00	717,85	31.939,53		31.939,53				31.939,53	31.939,53	717,85	63,88%
R13	Receita com passivos financeiros	509.274,00		509.273,36		509.273,36				509.273,36	509.273,36	0,00	100,00%
R14	Saldo da gerência anterior - operações orçamentais	404.722,00		404.722,58		404.722,58				404.722,58	404.722,58	0,00	100,00%
	Total	63.215.334,00	928.702,74	17.317.938,37	0,00	17.593.036,53	172.531,62	172.531,62	768.990,47	16.651.514,44	17.420.504,91	653.604,58	27,56%

O Contabilista Público



Maria José
Gomes
Monteiro
JESUS de
ARREIXA

Assistente de
Administração
Município de
Almada
15045-913/0

Assinado de forma
digital por José
Luis Serra
Rodrigues
1754523-4-0100

Assistente de
Administração
Município de
Almada
15045-913/0

O Conselho de Administração

ARSENAL DO ALFEITE, S.A.

107/129

RELATÓRIO E CONTAS

Demonstração de execução orçamental da despesa

Rubrica	Descrição	Euros											
		Despesas por						Despesas pagas líquidas de reposições					Grau de execução orçamental
		pagar de períodos anteriores	Dotações corrigidas	Cativos/ descativos	Cabimentos	Compromissos	Obrigações	Períodos anteriores	Período corrente	Total	Compromissos a transitar	Obrigações por pagar	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)=(7)+(8)	(10)=(5)-(6)	(11)=(6)-(9)	(12)=(9)/(2)×100		
	Despesa corrente	1.077.089,89	40.515.230,00	16.927.858,00	20.397.519,83	20.397.519,83	17.809.910,79	1.076.522,54	15.361.680,99	16.438.203,53	2.587.609,04	1.371.707,26	40,57%
D1	Despesas com o pessoal	12.611,86	14.963.589,00		12.246.083,00	12.246.083,00	12.238.251,96	12.376,66	12.203.264,08	12.215.640,74	7.831,04	22.611,22	81,64%
D11	Remunerações Certas e Permanentes	0,00	11.482.771,00		9.127.647,47	9.127.647,47	9.125.862,70		9.125.862,70	9.125.862,70	1.784,77	0,00	79,47%
D12	Abonos Variáveis ou Eventuais	235,20	481.718,00		409.054,22	409.054,22	409.054,22		408.819,02	408.819,02	0,00	235,20	84,87%
D13	Segurança social	12.376,66	2.999.100,00		2.709.381,31	2.709.381,31	2.703.335,04	12.376,66	2.668.582,36	2.680.959,02	6.046,27	22.376,02	89,39%
D2	Aquisição de bens e serviços	1.064.478,03	23.100.069,00	15.888.118,00	6.842.664,54	6.842.664,54	4.262.886,54	1.064.145,88	1.849.644,62	2.913.790,50	2.579.778,00	1.349.096,04	12,61%
D4	Transferências e subsídios correntes		11.000,00	0,00	890,00	890,00	890,00	0,00	890,00	890,00	0,00	0,00	8,09%
D41	Transferências correntes												
D411	Administrações Públicas												
D4111	Administração Central - Estado Português												
D4112	Administração Central - Outras entidades												
D4113	Segurança Social												
D4114	Administração Regional												
D4115	Administração Local												
D412	Entidades do setor não lucrativo		11.000,00		890,00	890,00	890,00		890,00	890,00	0,00	0,00	8,09%
D413	Famílias												
D414	Outras												
D42	Subsídios correntes												
D5	Outras despesas correntes		2.440.572,00	1.039.740,00	1.307.882,29	1.307.882,29	1.307.882,29		1.307.882,29	1.307.882,29	0,00	0,00	53,59%
	Despesa de capital	112.786,93	22.293.643,00	0,00	1.262.290,98	1.262.290,98	1.205.472,27	112.786,93	869.514,45	982.301,38	56.818,71	223.170,89	4,41%
D6	Aquisição de bens de capital	112.786,93	21.527.775,00		496.423,79	496.423,79	439.605,08	112.786,93	103.647,26	216.434,19	56.818,71	223.170,89	1,01%
D8	Outras despesas de capital												
D10	Despesa com passivos financeiros		765.868,00		765.867,19	765.867,19	765.867,19		765.867,19	765.867,19	0,00	0,00	100,00%
	Total	1.189.876,82	62.808.873,00	16.927.858,00	21.659.810,81	21.659.810,81	19.015.383,06	1.189.309,47	16.231.195,44	17.420.504,91	2.644.427,75	1.594.878,15	27,74%

O Contabilista Público

O Conselho de Administração

Marta José
Gomes
Assistente
Jesús de
Almeida

José Luís
Serra
Rodrigues
Assistente de empresa
digital por José Luis
Serra
Dado: 2023/04/20
7/4831-16/190

Elsa
Marinho
Assistente de empresa
digital por Elsa
Marinho
Dado: 2023/04/21
8/4832-16/197

RELATÓRIO E CONTAS

Demonstração de execução do plano plurianual de investimentos

Sem informação a apresentar.

RELATÓRIO E CONTAS

Anexo às Demonstrações Orçamentais

Alterações Orçamentais da Receita

Rubricas	Descrição	Tipo	Receita				Previsões corrigidas	Observações
			P - permutativa M - modificativa	Previsões iniciais	Inserções/ reforços	Diminuições/ anulações		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)=(3)-(4)-(5)+(6)	(8)	
Receita corrente								
04	Taxas, multas e outras penalidades							
04.02	Taxas, multas e outras penalidades							
04.02.01	Juros de Mora							
04.02.01.01	Juros de Mora							
04.02.01.01.78	Receitas Próprias - Juros de Mora		1.000,00			1.000,00		
04.02.99	Multas e penalidades diversas							
04.02.99.02	Multas e penalidades diversas							
04.02.99.02.78	Receitas Próprias - Multas e penalidades diversas		1.000,00			1.000,00		
07	Venda de bens e serviços correntes							
07.01	Venda de bens							
07.01.05	Bens inutilizados							
07.01.06	Mercadorias							
07.01.10	Desperdícios, resíduos e refugos							
07.01.10.01	Desperdícios, resíduos e refugos							
07.01.10.01.78	Receitas Próprias - Desperdícios, resíduos e refugos		20.000,00			20.000,00		
07.01.11	Produtos acabados e intermédios							
07.01.11.99	Produtos acabados e intermédios							
07.01.11.99.78	Receitas Próprias - Desperdícios, resíduos e refugos	P		225.000,00		225.000,00		
07.02	Serviços							
07.02.01	Aluguer de espaços e equipamentos							
07.02.01.01	Aluguer de espaços e equipamentos							
07.02.01.01.78	Receitas Próprias - Aluguer de espaços e equipamentos		25.000,00			25.000,00		
07.02.02	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria							
07.02.02.99	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria							
07.02.02.99.78	Receitas Próprias - Outros estudos, pareceres, projectos e consultadoria		50.000,00			50.000,00		
07.02.04	Serviços de laboratórios							
07.02.04.01	Serviços de laboratórios							
07.02.04.01.78	Receitas Próprias - Serviços de laboratórios	P	70.000,00	100.000,00		170.000,00		
07.02.06	Reparações							
07.02.06.01	Reparações							
07.02.06.01.78	Receitas Próprias - Reparações	P	41.231.337,00	619.274,00	1.944.274,00	39.906.337,00		
07.02.99	Outros							
07.02.99.03	Serviços prestados a terceiros							
07.02.99.03.78	Receitas Próprias - Serviços prestados a terceiros - Outros	P	163.000,00	1.010.000,00	67.500,00	1.105.500,00		
08	Outras receitas correntes							
08.02	Subsídios							
08.02.09	Segurança Social							
08.02.09.99	Segurança Social							
08.02.09.99.78	Receitas Próprias - Segurança Social Subsídios	P		2.500,00		2.500,00		
Receita de capital								
10	Transferências de Capital							
10.09	Resto do mundo							
10.09.01	União Europeia - Instituições							
10.09.01.01	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional - Intervenções e ações específicas							
10.09.01.01.78	Receitas Próprias - FEDER - Intervenções e ações específicas		20.000.000,00			20.000.000,00		
10.09.01.99	Outros Fundos							
10.09.01.99.78	Receitas Próprias - Outros Fundos - EU	M		710.000,00		710.000,00		
12	Passivos Financeiros							
12.05	Empréstimos a curto prazo							
12.05.04	Administração Pública - Administração central - Serviços e fundos autónomos	M		509.274,00		509.274,00		
13	Outras receitas de capital							
13.01	Outras							
13.01.01	Indemnizações							
13.01.01.03	Indemnizações							
13.01.01.03.78	Receitas Próprias - Indemnizações - Outras	P	5.000,00	20.000,00		25.000,00		
13.01.99	Outras							
13.01.99.99	Outras							
13.01.99.99.78	Receitas Próprias - Outras - Outras Receitas de Capital		10.000,00			10.000,00		
15	Reposições não abatidas nos pagamentos							
15.01	Reposições não abatidas nos pagamentos							
15.01.01	Reposições não abatidas nos pagamentos							
15.01.01.01	Reposições não abatidas nos pagamentos							
15.01.01.01.06	Receitas Próprias - Reposições não abatidas nos pagamentos	P	15.000,00	35.000,00		50.000,00		
16	Saldo da gerência anterior							
16.01	Saldo orçamental							
16.01.01	Na posse do serviço							
16.01.01.01	Na posse do serviço							
16.01.01.01.06	Na posse do serviço	M		404.723,00		404.723,00		
			Total	61.591.337,00	3.635.771,00	2.011.774,00	0,00	63.215.334,00


O Contabilista Público

Assinado de forma digital por Maria José Gomes Monteiro Ajuste de Almeida 16/03/19 - 03:02

José Luís Serra Rodrigues

Assinado de forma digital por José Luís Serra Rodrigues Dados: 2022.04.20 17:44:41 +01:00

Elsa Marino

Assinado de forma digital por Elsa Marino Dados: 2022.04.20 16:51:14 +01:00

O Conselho de Administração

RELATÓRIO E CONTAS

Alterações Orçamentais da despesa

Euros

Rubricas	Descrição	Tipo	Despesa				Dotações corrigidas	Observações
			P - permutativa M - modificativa	Dotações iniciais	Inscrições reforços	Alterações orçamentais Diminuições/ anulações		
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)=(3)+(4)-(5)+(6)	(8)
Despesas correntes								
01	Despesas com o pessoal							
01.01	Remunerações certas e permanentes							
01.01.02	Órgãos sociais	P	98.890,00	17.000,00			115.890,00	
01.01.04	Pessoal dos quadros – Regime de contrato individual de trabalho	P	8.824.904,00	12.050,00	483.725,00		8.353.229,00	
01.01.04	Pessoal dos quadros – Regime de contrato individual de trabalho	M		517.354,00			517.354,00	
01.01.07	Pessoal em regime de tarefa ou avença		52.800,00				52.800,00	
01.01.11	Representação	P	39.556,00	30.000,00			69.556,00	
01.01.12	Suplementos e prémios		109.620,00				109.620,00	
01.01.13	Subsídio de refeição	P	688.490,00	500,00			688.990,00	
01.01.14	Subsídios de férias e de Natal							
01.01.14.SF.00	Subsídio de férias	P	740.941,00	6.500,00	6.500,00		740.941,00	
01.01.14.SN.00	Subsídio de Natal	P	740.941,00	28.500,00			769.441,00	
01.01.15	Remunerações por doença e maternidade/paternidade	P		65.600,00	650,00		64.950,00	
01.02	Abonos variáveis ou eventuais							
01.02.02	Horas extraordinárias	P	75.000,00	51.000,00			126.000,00	
01.02.04	Ajudas de custo	P	10.000,00	13.000,00			23.000,00	
01.02.06	Formação	P	5.000,00		4.000,00		1.000,00	
01.02.10	Subsídio de trabalho nocturno	P	0,00	2.500,00			2.500,00	
01.02.11	Subsídio de turno	P	53.545,00	7.000,00			60.545,00	
01.02.12	Indemnizações por cessação de funções							
01.02.12.C0.00	Indemnizações por cessação de funções		20.000,00				20.000,00	
01.02.13	Outros suplementos e prémios							
01.02.13.A0.00	Outros suplementos e prémios - Outros suplementos e prémios	P	146.173,00		10.500,00		135.673,00	
01.02.14	Outros abonos em numerário ou espécie	P	75.000,00	38.000,00			113.000,00	
01.03	Segurança social							
01.03.03	Subsídio familiar a crianças e jovens		17.000,00				17.000,00	
01.03.04	Outras prestações familiares		33.500,00				33.500,00	
01.03.05	Contribuições para a segurança social							
01.03.05.A0	Contribuições para a segurança social							
01.03.05.A0.A0	Contrib. segurança social - Caixa Geral de Aposentações	P	1.695.206,00	115.000,00			1.810.206,00	
01.03.05.A0.A0	Contrib. segurança social - Caixa Geral de Aposentações	M		960,00			960,00	
01.03.05.A0.B0	Contrib. segurança social - Segurança Social	P	829.599,00	4.000,00	116.050,00		717.549,00	
01.03.05.A0.B0	Contrib. segurança social - Segurança Social	M		960,00			960,00	
01.03.05.A0.C0	Contrib. segurança social - Fundo de Compensação do Trabalho		17.016,00				17.016,00	
01.03.05.A0.D0	Contrib. segurança social - Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho		1.380,00				1.380,00	
01.03.08	Outras pensões	P	2.500,00	1.050,00			3.550,00	
01.03.09	Seguros		120.979,00				120.979,00	
01.03.10	Outras despesas de segurança social							
01.03.10.AC	Acidentes de trabalho e doenças profissionais	P		201.000,00			201.000,00	
01.03.10.O0	Outras despesas	P	275.000,00	8.000,00	208.000,00		75.000,00	
02	Aquisição de bens e serviços							
02.01	Aquisição de bens							
02.01.01	Matérias-primas e subsidiárias	P	4.018.458,00		200.000,00		3.818.458,00	
02.01.02	Combustíveis e lubrificantes	P	88.600,00	49.916,00	20.000,00		118.516,00	
02.01.04	Limpeza e higiene	P	41.000,00	25.651,00			66.651,00	
02.01.05	Alimentação – Refeições confeccionadas	P	9.500,00	4.638,00			14.138,00	
02.01.07	Vestuário e artigos pessoais	P	85.000,00	49.700,00	300,00		134.400,00	
02.01.08	Material de escritório							
02.01.08.A0.00	Material de escritório - Papel	P	6.500,00	2.773,00			9.273,00	
02.01.08.B0.00	Material de escritório - Consumíveis de impressão	P	3.500,00	1.446,00			4.946,00	
02.01.08.C0.00	Material de escritório - Outros	P	19.600,00	9.697,00			29.297,00	
02.01.09	Produtos químicos e farmacêuticos							
02.01.09.C0.00	Produtos químicos e farmacêuticos - Outros	P	2.500,00	1.247,00			3.747,00	
02.01.11	Material de consumo clínico	P	5.000,00	10.994,00			15.994,00	
02.01.13	Material de consumo hoteleiro	P	1.300,00	609,00			1.909,00	
02.01.14	Outro material – Peças	P	100.000,00	49.882,00	15.000,00		134.882,00	
02.01.15	Prémios, condecorações e ofertas	P	8.000,00	2.590,00			10.590,00	
02.01.17	Ferramentas e utensílios	P	50.000,00	19.941,00			69.941,00	
02.01.18	Livros e documentação técnica	P	1.500,00	1.048,00			2.548,00	
02.01.21	Outros bens	P	178.500,00	64.840,00	70.100,00		173.240,00	

RELATÓRIO E CONTAS

02.02	Aquisição de serviços						
02.02.01	Encargos das instalações						
02.02.01.00.00	Encargos das instalações - Outros	P	664.000,00	394.015,00	60.000,00		998.015,00
02.02.02	Limpeza e higiene	P	582.120,00	406.797,00	87.500,00		901.417,00
02.02.03	Conservação de bens	P	48.300,00	50.783,00			99.083,00
02.02.06	Locação de material de transporte	P	55.700,00	26.924,00			82.624,00
02.02.08	Locação de outros bens	P	79.000,00	55.206,00			134.206,00
02.02.09	Comunicações						
02.02.09.A0.00	Comunicações - Acessos à Internet	P	2.900,00	2.026,00			4.926,00
02.02.09.C0.00	Comunicações - Comunicações Fixas de Voz	P	6.000,00	4.194,00			10.194,00
02.02.09.D0.00	Comunicações - Comunicações Móveis	P	14.000,00	9.784,00			23.784,00
02.02.09.F0.00	Comunicações - Outros Serviços de Comunicações	P	8.700,00	3.580,00			12.280,00
02.02.10	Transportes	P	10.000,00	7.488,00	1.500,00		15.988,00
02.02.11	Representação dos serviços	P	12.000,00	5.385,00			17.385,00
02.02.12	Seguros						
02.02.12.B0.00	Outras - Seguros não relacionados com estas situações	P	154.500,00	95.967,00	35.000,00		215.467,00
02.02.13	Deslocações e estadas	P	35.000,00	35.199,00	7.500,00		62.699,00
02.02.15	Formação						
02.02.15.B0.00	Formação - Outras	P	50.000,00	24.941,00	30.000,00		44.941,00
02.02.16	Seminários, exposições e similares	P	6.000,00	1.694,00			7.694,00
02.02.17	Publicidade						
02.02.17.A0.00	Publicidade - Publicidade obrigatória	P	5.000,00	2.494,00			7.494,00
02.02.17.B0.00	Publicidade - Publicidade institucional						
02.02.17.B0.A0	Publicidade - Publicidade institucional - Em território nacional	P	7.000,00	3.392,00			10.392,00
02.02.17.B0.B0	Publicidade - Publicidade institucional - Estrangeiro	P	1.000,00	449,00			1.449,00
02.02.19	Assistência técnica						
02.02.19.C0.00	Assistência técnica - Outros	P	53.650,00	27.492,00			81.142,00
02.02.20	Outros trabalhos especializados						
02.02.20.E0.00	Outros trabalhos especializados - Outros	P	14.984.216,00	2.086.275,00	1.543.035,00		15.527.456,00
02.02.20.E0.00	Outros trabalhos especializados - Outros	M		100.000,00			100.000,00
02.02.21	Utilização de infra-estruturas de transportes	P	12.750,00	5.910,00			18.660,00
02.02.22	Serviços de saúde						
02.02.22.A0.00	Serviços de saúde - Meios complementares de diagnóstico		10.000,00				10.000,00
02.02.22.H0.00	Serviços de saúde - Outros		10.000,00				10.000,00
02.02.23	Outros serviços de saúde						
02.02.23.B0.00	Verificação médica - Junta médica e Verificação Doença		2.500,00				2.500,00
02.02.25	Outros serviços	P	107.000,00	51.773,00	67.000,00		91.773,00
04	Transferências correntes						
04.07	Instituições sem fins lucrativos						
04.07.01	Instituições sem fins lucrativos		11.000,00				11.000,00
06	Outras despesas correntes						
06.02	Diversas						
06.02.01	Impostos e taxas	P	100.000,00	85.000,00	85.000,00		100.000,00
06.02.03	Outras						
06.02.03.IV.00	Outras - IVA a pagar	P	3.502.725,00		2.208.643,00		1.294.082,00
06.02.03.O0	Outras	P	6.750,00	1.000,00	1.000,00		6.750,00
06.02.03.R0.00	Reserva		1.039.740,00				1.039.740,00
	Despesas de Capital						
07	Aquisição de bens de capital						
07.01	Investimentos						
07.01.07	Equipamento de informática						
07.01.07.B0	Equipamento de informática - SFA (EPR)						
07.01.07.B0.C0	Equipamento de informática - Outros	P	86.100,00		15.000,00		71.100,00
07.01.07.B0.C0	Equipamento de informática - Outros	M		228.000,00			228.000,00
07.01.08	Software informático						
07.01.08.B0	Software informático - SFA (EPR)						
07.01.08.B0.B0	Software informático - Outros	P	79.950,00		55.000,00		24.950,00
07.01.08.B0.B0	Software informático - Outros	M		70.000,00			70.000,00
07.01.09	Equipamento administrativo						
07.01.09.B0	Equipamento administrativo - SFA (EPR)						
07.01.09.B0.B0	Equipamento administrativo - Outros	P	50.000,00		35.000,00		15.000,00
07.01.09.B0.B0	Equipamento administrativo - Outros	M		52.000,00			52.000,00
07.01.10	Equipamento básico						
07.01.10.B0	Equipamento básico - SFA (EPR)						
07.01.10.B0.B0	Equipamento básico - Outros	P	250.000,00	176.000,00	176.000,00		250.000,00
07.01.10.B0.B0	Equipamento básico - Outros	M		25.000,00			25.000,00
07.01.11	Ferramentas e utensílios						
07.01.11.B0.00	Ferramentas e utensílios - SFA (EPR)	P	150.000,00	81.725,00	95.000,00		136.725,00
07.01.11.B0.00	Ferramentas e utensílios - SFA (EPR)	M		25.000,00			25.000,00
07.03	Bens de domínio público						
07.03.02	Edifícios	P	100.000,00		70.000,00		30.000,00
07.03.02	Edifícios	M		200.000,00			200.000,00
07.03.03	Outras construções e infra-estruturas	P	20.000.000,00	400.000,00			20.400.000,00
	Passivos Financeiros						
10	Passivos Financeiros						
10.05	Empréstimos a curto prazo						
10.05.06	Administração pública Central - Serviços e fundos autónomos	P		1.108.593,00	342.725,00		765.868,00
	Total		61.589.599,00	7.269.002,00	6.049.728,00	0,00	62.808.873,00


 O Contabilista Público

Maria José Gomes Monteiro Jesus de Almeida	Assinado de forma digital por Maria Jose Gomes Monteiro Jesus de Almeida Dades: 2022.04.20 16.5555 +01'00'	José Luis Serra Rodrigues	Assinado de forma digital por José Luis Serra Rodrigues Dades: 2022.04.20 17.45.41 +01'00'	Elsa Marino	Assinado de forma digital por Elsa Marino Dades: 2022.04.21 08.29.56 +01'00'
--	--	---------------------------------	---	----------------	---

O Conselho de Administração

Operações de Tesouraria

Euros					
Código das contas	Designação	Saldo inicial	Recebimentos	Pagamentos	Saldo final
07.1.3	Constituição e reforço de cauções e garantias	11.145,00		10.545,00	600,00
07.1.4	Cobrança de recursos próprios europeus		78.526,26		78.526,26
07.1.9	Outras receitas de operações tesouraria	1.311,46	2.362,74		3.674,20
07.2.9	Outras despesas de operações de tesouraria			1.311,46	-1.311,46
Total		12.456,46	80.889,00	11.856,46	81.489,00

O Contabilista Público



Maria José
Gomes
Monteiro
Jesus de
Almeida

Auxiliar de
Técnica Superior
Mestrado em Ciências
Dado: 2023.04.20
163631 - 07107

José Luis
Serra
Rodrigues

Auxiliar de Técnica Superior
Mestrado em Ciências
Dado: 2023.04.20
173629 - 07107

Elisa
Martino

Auxiliar de Técnica Superior
Mestrado em Ciências
Dado: 2023.04.20
083209 - 07107

O Conselho de Administração

Euros

Entidade	Central	Objeto	Data	Preço base Sem IVA	Preço contratual Sem IVA	Visto do Tribunal de Contas		Pagamentos no período com IVA à taxa legal acrescido					Pagamentos acumulados com IVA à taxa legal acrescido					Observações	
						Número do registo	Data	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo trabalhos a menos	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo trabalhos a menos		
																			Data do primeiro pagamento
Induma-Máquinas Industriais Lda		Aquisição de 2 sistemas propulsores para as lanchas salva vidas	13/03/2018	659.623,54	660.000,00	1985/2018	23/08/2018	13/09/2018											Anos anteriores
Leaseplan		Aquisição de Serviços de Locação Financeira de 4 Ligeiros de passageiros	14/08/2019	77.852,16	77.852,16			29/11/2019	17.505,72										Anos anteriores
Leaseplan		Aquisição de Serviços de Locação Financeira de 3 Ligeiros de passageiros	28/10/2019	65.820,96	65.820,96			28/02/2020	13.972,68										Anos anteriores
Endesa Energia, S.A.		Electricidade para o Estaleiro	26/12/2019	322.000,00	322.000,00			16/03/2020	255.209,16										
Beltrão Coelho - Sistemas de Escritório, Lda		Serviços de Impressão, Cópia, Digitalização e Fax para o Arsenal do Alentejo	31/12/2019	19.974,00	19.974,00			16/03/2020	6.142,02										
APPACDM Lisboa		Manutenção dos espaços verdes na Arsenal do Alentejo, S.A. (Renovação)	01/01/2020	22.000,00	22.000,00			06/03/2020	11.275,00										Renovação
Corboker Corretores De Seguros, S.A		Seguros Arsenal do Alentejo (Renovação Seguro Saúde Grupo)	01/01/2020	56.376,00	56.376,00			31/01/2020					-272,05						Renovação
Evolve - Empresa de Trabalho Temporário, Lda		Serviços de Mão-de-obra Temporária Especializada (Renovação)	01/01/2020	312.000,00	312.000,00			27/04/2020	88.060,89										Renovação
IMC Almada - GlowSenses C.M. Unipessoal, Lda		Serviços Diagnóstico Complementares (Renovação)	01/01/2020	12.000,00	12.000,00			12/02/2020	2.622,00										Renovação
Interlimpe Facility Services, S.A.		Serviços Limpeza para as instalações do AA (Renovação)	01/01/2020	194.383,44	194.383,44			30/04/2020	87.366,64		5.283,56								Renovação
Mapfre - Seguros Gerais, S.A.		Seguros Arsenal do Alentejo (Renovação Seguro Património)	01/01/2020	38.264,00	38.264,00			30/04/2020	9.538,65										Renovação
Mapfre - Seguros Gerais, S.A.		Seguros Arsenal do Alentejo (Renovação Seguro Marítimo Responsabilidade)	01/01/2020	75.034,00	75.034,00			27/04/2020	9.695,89										Renovação
Vodafone Portugal - Comunicacoes Pessoais, S.A.		Serviços Integrados Comunicações (Renovação 2020)	01/01/2020	14.400,00	14.400,00			16/03/2020	4.047,43										Renovação
Igeo Pressão, S.A.		Serviço de Recolha encaminhamento de Resíduos da Arsenal do Alentejo S.A	03/02/2020	17.758,80	17.758,80			13/05/2020	1.036,30										
Bright Partners, S.A.		Instalação, configuração e integração do Project Server 2019	06/03/2020	19.860,00	19.860,00			30/04/2020	7.328,34										
Tubogal S.A		Serviços de Aluguer Estruturas em Andaime NRP António Enes	06/03/2020	15.840,00	15.840,00			28/04/2021	19.483,20										
Humberpinta - Conservação Pintura Naval, Lda		Serviço de limpezas industriais, lavagem e apoio à pintura e decapagem	13/03/2020	45.952,00	45.952,00			30/07/2020	37.567,55		5.652,10								
Induma-Máquinas Industriais Lda		Bateria de Reservatório de Alta Pressão	02/04/2020	17.150,00	17.150,00			31/07/2021	21.094,50										
Satelykleen		Aluguer de máquinas de lavagem de peças	02/04/2020	25.900,00	25.900,00			13/05/2020	23.381,76										
Galp Power, S.A.		Fornecimento de Gás Natural	03/04/2020	44.000,00	44.000,00			25/05/2020	11.521,83										
Condecoating, Lda		Tratamento Superfícies de Tanques Interiores e Exteriores ao Casco Residente	06/04/2020	125.412,50	125.412,50			25/06/2020	131.118,78										
Repsol Portuguesa, S.A.		Fornecimento de combustíveis rodoviários	08/04/2020	45.000,00	45.000,00			15/06/2020	7.438,21										
Condecoating, Lda		Tratamento Superfícies dos Tubos Lança Armas	16/04/2020	42.120,00	42.120,00			28/04/2021	51.807,60										
Condecoating, Lda		Serviços de preparação e tratamento de superfícies do convés de voo da e da superestrutura (Lotes 1 e 2)	20/04/2020	47.640,50	47.640,50			28/04/2021	45.894,38										
L. Work de Luis Augusto Gomes Dias		Aquisição de 8 fatos impermeáveis e flutuantes para as lanchas salva-vidas	11/05/2020	14.360,00	14.360,00			09/02/2021	17.662,80										
Humberpinta - Conservação Pintura Naval, Lda		Serviços de preparação e tratamento de superfícies (Lotes 1 e 2- Casco Exterior e Superestrutura)	14/05/2020	210.900,00	210.900,00			28/04/2021	184.151,00										
Cualicontrol-Aci S.A.U.		Serviços de recertificação de 64 recipientes sob pressão do NRP "ARPAO"	22/05/2020	13.260,00	13.260,00			10/12/2021	13.260,00		2.000,00								
Push Safety, Lda		Aquisição de material que proteção	15/07/2020	26.520,50	26.520,50			30/12/2020	21.802,01										
Abreu & Cipriano, Auditores, SROC		Honorários por Conta de Serviços de Revisão do Orçamento do Exercício de 2021 e das Contas Ano Económico 2020	01/08/2020	17.000,00	17.000,00			08/06/2021	14.944,50										
Instituto Hidrográfico		Serviço Levantamento Hidrográfico/Caracterização de Sedimentos do Canal De Acesso, Bacia de Manobra da Docca Seca	17/11/2020	25.690,00	25.690,00														
NBR - Engenharia, Lda		Empreitada de Reabilitação do Poço Bombagem da Docca Seca	17/11/2020	33.613,00	33.613,00			11/05/2021	33.613,00										
Condecoating, Lda		Serviço de Preparação e Tratamento de Superfície a bordo do NRP Centauro	26/11/2020	60.979,00	60.979,00														
Otar - Tecnologia Avançada de Recuperação, Lda		Recuperação dos Veios do Leme do Submarino Arpaio	09/12/2020	23.280,00	23.280,00			30/07/2021	15.362,70										
Humberpinta - Conservação Pintura Naval, Lda		Serviço de Preparação e Tratamento de Superfície a Bordo do Pontão 9 BNU	10/12/2020	20.678,00	20.678,00			10/12/2021	25.433,94										

Nota: a tabela acima apresentada contempla os contratos escritos celebrados em data anterior ao ano 2021, mas com pagamentos em 2021.

RELATÓRIO E CONTAS

Adjudicações por tipo de procedimento

Euros

Tipo de Contrato	Adjudicações por tipo de procedimento												Total	
	Concurso público		Consulta Prévia		Ajuste direto		Acordo Quadro e Esp		Contratação Excluída		Total		Número dos contratos	Valor
	Número dos contratos	Preço contratual	Número dos contratos	Preço contratual	Número dos contratos	Preço contratual	Número dos contratos	Preço contratual	Número dos contratos	Preço contratual	Número dos contratos	Preço contratual		
Empreitada de obras públicas		16.623,41	1										1	16.623,41
Aquisição de serviços	17	1.399.499,22	3	84.910,00	8	490.956,70	2	360.000,00	4	721.533,02			34	3.056.839,04
Locação ou aquisição de bens móveis			3	120.285,24	3	57.624,16	1,00	42.120,00	3	317.762,00			10	537.791,40
Concessão de obras públicas													0	0,00
Concessão de serviços públicos													0	0,00
Sociedade													0	0,00
Outros													0	0,00



O Contabilista Público

Maria José
Gomes
Monteiro
Jesus de
Almeida

Assinado de forma
digital por Maria
Jose Gomes
Monteiro Jesus de
Almeida.
Dados: 2022.04.20
16:52:57 +01'00'

José Luis
Serra
Rodrigues

Assinado de forma
digital por José
Luis Serra
Rodrigues.
Dados: 2022.04.20
17:47:57 +01'00'

Elsa
Marino

Assinado de forma
digital por Elsa
Marino.
Dados: 2022.04.21
08:31:21 +01'00'

O Conselho de Administração

RELATÓRIO E CONTAS

Transferências e Subsídios Concedidos

Tipo de despesa	Disposições legais	Finalidade	Entidade beneficiária	Despesas			Devolução de transferências/ subsídios ocorrida no exercício	Observações
				Despesas autorizadas	Despesas pagas autorizadas e não pagas	Despesas orçamentadas		
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(8)	(9)
Transferências correntes								
04.07.01 - Instituições sem fins lucrativos			RELA/CRE - Assoc. Lab. Acreditados de Portugal	690,00	690,00	690,00	0,00	
04.07.01 - Instituições sem fins lucrativos			ASSOFT - Associação Portuguesa de Software	200,00	200,00	200,00	0,00	
Total transferências correntes				890,00	890,00	890,00	0,00	
Transferências de capital								
Total transferências de capital								
Subsídios								
Total subsídios								


 O Contabilista Público

Maria José
 Gomes
 Monteiro
 Jesus de
 Almeida

José Luís
 Serra
 Rodrigues

Assinado de forma
 digital por José Luís
 Serra Rodrigues
 Dados: 2022.04.20
 17:48:49 +01'00'

Elsa Marino

Assinado de forma
 digital por Elsa
 Marino
 Dados: 2022.04.21
 08:32:02 +01'00'

O Conselho de Administração

RELATÓRIO E CONTAS

Transferências e Subsídios Recebidos

Euros

Tipo de despesa	Disposições legais	Finalidade	Entidade financiadora	Receta prevista	Receta recebida	Receta prevista e não recebida	Devolução de transferências/subsídios ocorrida no exercício	Observações
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6) = (4) - (5)	(7)	(8)	
Transferências correntes								
Total transferências correntes								
Transferências de capital								
10.09.01 - Outros Fundos - UE			União Europeia - PRR	710.000,00	710.000,00	0,00	78.526,26	
Total transferências de capital								
Subsídios								
08.02.09 - Segurança Social			Segurança Social - Apoio à Família	2.251,69	2.251,69	0,00	0,00	
Total subsídios								
				2.251,69	2.251,69	0,00	0,00	



O Contabilista Público

Maria José
Gomes
Monteiro
Jesus de
Almeida

Assinado de forma digital por Maria José Gomes Monteiro Jesus de Almeida
Dados: 2022.04.20 16:58:21 +01'00'

José Luís
Serra
Rodrigues

Assinado de forma digital por Elsa Marino
Dados: 2022.04.21 09:52:48 +01'00'

Elsa
Marino

O Conselho de Administração

APÊNDICES

Como apêndices ao presente relatório incluem-se os seguintes documentos:

1. Remunerações dos órgãos sociais;
2. Sistematização da informação

RELATÓRIO E CONTAS

APENDICE 1

REMUNERAÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

As remunerações dos órgãos sociais no ano de 2021, foram as seguintes:

1. Mesa da Assembleia Geral

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Valor Bruto Auferido (€)
2021-2022	Presidente	Pedro Leitão Pais de Vasconcelos*	400,00€	0,00
2020-2022	Secretário	Rodolfo Augusto Felgueiras Parente	250,00€	0,00

Nota *: Presidente da Mesa nomeado em sede da Assembleia Geral Anual de 12 de agosto de 2021 para completar o triénio 2020-2022, em virtude da renúncia ao cargo do então Presidente da Mesa, Dr. Fernando Vaz de Medeiros.

2. Conselho de Administração

No que respeita às remunerações dos membros do Conselho de Administração, cabe salientar que as mesmas foram estabelecidas pela acionista tendo em consideração a necessária salvaguarda das seguintes premissas de ordem legal:

- ❖ Não atribuição de prémios de gestão;
- ❖ Não utilização de cartões de crédito nem de outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa;
- ❖ Não reembolso de quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal;
- ❖ Aplicação das orientações relativas às remunerações vigentes;
- ❖ Os limites mensais de gastos efetuados com viaturas, combustíveis, portagens e comunicações foram igualmente estipulados.

Assim, para além da não atribuição de prémios de gestão, a remuneração não tem componente variável nem existe qualquer regime complementar de pensões ou de reforma antecipada para os administradores, sendo o alinhamento dos objetivos dos membros do órgão de administração com os objetivos de longo prazo da Arsenal do Alfeite, S.A., assegurado por meios não remuneratórios.

Salienta-se, ainda, que não foram pagas, nem são devidas, quaisquer indemnizações a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício.

RELATÓRIO E CONTAS

Mandato		Designação			OPRLO ou opção pela média dos últimos 3 anos				Indicação do n° total de mandatos
Início/Fim	Cargo	Nome	Forma	Data	Sim/Não	Entidade de origem	Entidade Pagadora (O/D)	Identificação da data de autorização e Forma	
2020/2021*	Presidente	José Miguel Antunes Fernandes	AG	29/6/2020	S	-	D	AG 29/6/2020	1
2020/2022	Vogal	José Luís Serra Rodrigues	AG	29/6/2020	S	-	D	AG 29/6/2020	1
2020/2022	Vogal	Maria José Gomes Monteiro Jesus de Almeida	AG	29/6/2020	S	IdD – Portugal Defence, S.A.	O	AG 29/6/2020	1
2020/2022	Vogal	Elsa Cristina Baia Marino	AG	12/8/2021	S	-	D	AG 12/8/2021	1

Nota *: De se referir que a constituição do Conselho de Administração sofreu alterações em 2021 em virtude da renúncia ao cargo apresentada pelo então Presidente, José Miguel Antunes Fernandes, em 18 de janeiro de 2021, tendo sido nomeado para o cargo o José Luís Serra Rodrigues com efeitos no mesmo dia 18 de janeiro de 2021.

No que se refere à acumulação de funções por parte dos membros do Conselho de Administração, é de referir que não existe qualquer acumulação incompatível, tendo existido no ano de 2021, as seguintes (sendo de referir que as funções não foram remuneradas):

Acumulação de funções				
Membro do CA	Entidade	Função	Regime	Identificação da data de autorização e forma
José Luís Serra Rodrigues	Empordef Engenharia Naval, S.A.	Vogal do Conselho de Administração	Público	DUE/AG 3/9/2014 *
Maria José Gomes Monteiro Jesus de Almeida	ETI – Empordef Tecnologias de Informação, S.A.	Vogal do Conselho de Administração	Público	AG 10/5/2019
	IdD –Portugal Defence, S.A.	Vogal do Conselho de Administração	Público	AG 29/6/2020 **

* Término do Mandato em 30.06.2021 (aquando do encerramento da liquidação)

** Término do Mandato em 14.02.2021

RELATÓRIO E CONTAS

Membro do Órgão de Administração	Estatuto do Gestor Público			
	Fixado	Classificação	Vencimento	Despesas de representação
José Miguel Antunes Fernandes	S	C	4.578,20	1.831,28
José Luís Serra Rodrigues	S	C	4.578,20	1.831,28
Maria José Gomes Monteiro Jesus de Almeida	S	C	3.925,84*	1.465,02
Elsa Cristina Baia Marino	S	C	3.662,56	1.465,02

* Remuneração idD Portugal Defence, S.A.

Membro do Órgão de Administração	Remuneração Anual 2021 (€)					
	Fixa (1)	Variável (2)	Bruta	Reduções Remuneratórias (3)	Reversões Remuneratórias	Valor Final
José Miguel Antunes Fernandes (a)	12.390,41	1.037,72	13.428,13	-671,40	0,00	12.756,73
José Luís Serra Rodrigues	63.575,94	21.767,82	85.343,76	-4.267,16	0,00	81.076,60
Maria José Gomes Monteiro Jesus de Almeida	49.203,86	15.431,55	64.635,41	-771,57	0,00	63.863,84
Elsa Cristina Baia Marino (b)	18.384,71	6.787,93	25.172,64	-1.258,63	0,00	23.914,01

(1) Vencimento e despesas de representação (sem redução remuneratória)

(2) Despesas de representação (sem redução remuneratória)

(3) Redução previstas no artigo 12º da Lei nº 12-A/2010, de 30 de junho

(a) Cessação de funções a 18.01.2021

(b) Início de funções a 12.08.2021

RELATÓRIO E CONTAS

Membro do Órgão de Administração	Benefícios Sociais (€)							
	Valor do Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Seguro de Vida	Seguro de Saúde	Outros	
	Diário	Encargo anual da empresa	Identificação	Encargo anual da empresa	Encargo anual da empresa	Encargo anual da empresa	Identificação	Encargo anual da empresa
José Miguel Antunes Fernandes	5,00	50,00	Seg. Social	3.100,87		27,19	Seg. Acid. Trab	235,67
José Luis Serra Rodrigues	5,00	1.260,00	Seg. Social	20.116,63		330,84	Seg. Acid. Trab	1.209,22
Maria José Gomes Monteiro Jesus de Almeida	5,00	1.110,00	Seg. Social	15.956,35	-	330,84	Seg. Acid. Trab.	985,12
Elsa Cristina Baia Marino	5,00	480,00	Seg. Social	5.684,81	-	0,00	Seg. Acid. Trab.	349,68
		2.900,00		44.858,66		688,87		2.779,69

Encargos com Viaturas									
Membro do CA	Viatura Atribuída	Celebração de Contrato	Valor de Referência da Viatura	Modalidade (1)	Ano Início	Ano Termo	Valor da Renda Mensal	Gasto Anual com Rendas	Prestações Contratuais Remanescentes
José Miguel Antunes Fernandes	S	S	39.633,66	AOV	01/2020	12/2021	548,99	318,77	-
José Luis Serra Rodrigues	S	S	39.633,66	AOV	01/2020	01/2024	548,99	6.587,88	25
Maria José Gomes Monteiro Jesus de Almeida	S	S	39.633,66	AOV	01/2020	01/2024	548,99	6.587,88	25
Elsa Cristina Baia Marino	N	N	-	-	-	-	-	-	-

Gastos Anuais Associados a Deslocações em Serviço (€)						
Membro do CA	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de Custo	Outras		Gasto Total com viagens (Σ)
				Identificar	Valor	
José Miguel Antunes Fernandes	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00
José Luis Serra Rodrigues	-	1.164,40	407,84	-	640,38	2.212,62
Maria José Gomes Monteiro Jesus de Almeida	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00
Elsa Cristina Baia Marino		0,00	0,00	-	0,00	0,00

RELATÓRIO E CONTAS

3. Revisor Oficial de Contas / Fiscal Único

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação			N.º de anos de funções exercidas no grupo	N.º de anos de funções exercidas na Arsenal do Alfeite, S.A.
		Nome	N.º de Inscrição na OROC	N.º de Registo na CMVM	Forma	Data	Contratada		
29/6/2020-31/12/2022	Fiscal Único	João Cipriano & Associado, SROC, Lda.	119	20161438	DUE	29.06.2020	S	2	2
	Representada por:	João Amaro Santos Cipriano	R.O.C n.º 631	20160277					
29/6/2020-31/12/2022	Suplente	Andreia Sofia Sena Barreira	R.O.C n.º 1739	20161349	DUE	29.06.2020		2	2

Legenda: DUE - Deliberação Unânime por Escrito

Nome	Remuneração Anual 2021 (€)					Valor Final
	Bruta	Redução (LOE)	Reversão Remuneratória	Honorários e adicionais		
João Cipriano & Associado, SROC, Lda.	18.000,00€	1.800,00€	-	16.200,00€		16.200,00€

Restantes trabalhadores

No que respeita aos restantes trabalhadores da Arsenal do Alfeite, S.A., a política salarial da empresa no ano de 2021 subordinou-se ao disposto na Lei de Orçamento do Estado.

RELATÓRIO E CONTAS

APENDICE 2

SISTEMATIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Cumprimento das Orientações Legais – 2021	Cumprimento S/N/N.A.	Quantificação / Identificação	Justificação / Referência ao ponto do Relatório
Objetivos de Gestão			
Objetivos de Gestão 1	x	Estabilidade do emprego	Capítulo I
Objetivos de Gestão 2	x	Reforço de capacidades de reparação e manutenção naval militar estratégicas	Capítulo I
Objetivos de Gestão 3	x	Internacionalização do estaleiro	Capítulo I
Objetivos de Gestão 4	x	Desenvolvimento de parcerias e alianças geradoras de valor	Capítulo I
Metas a atingir constantes no PAO 2021			
Princípios Financeiros de Referência	x	EBITDA (2021) +245,36% face a 2020	Ponto 13 do Anexo I – Cumprimentos das Orientações Legais
Gastos com Pessoal	x	Varição de menos 624,97 m€ face a 2020	Anexo às Demonstrações Financeiras
Grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE	x	Desvio de -73,2% ao nível da receita e -73% na despesa	Ponto 1, alínea c) do Anexo I – Cumprimento das Orientações Legais
Gestão de Risco Financeiro	x	Não aplicável.	Ponto 2 do Anexo I - Cumprimento das Orientações Legais
Limites de Crescimento do Endividamento	x	Sem Endividamento	Ponto 3 do Anexo I - Cumprimento das Orientações Legais
Evolução do PMP a fornecedores	x	Varição de +103,76 dias	Ponto 4 do Anexo I - Cumprimento das Orientações Legais
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	x	Todos os pagamentos superiores a 90 dias resultam de acordos celebrados com os fornecedores	Ponto 4 do Anexo I - Cumprimento das Orientações Legais
Recomendações do acionista na aprovação de contas:			

RELATÓRIO E CONTAS

Cumprimento das Orientações Legais – 2021	Cumprimento S/N/N.A.	Quantificação / Identificação	Justificação / Referência ao ponto do Relatório
Recomendação 1	x	Aplicação de Resultados	Capítulo II
Recomendação 2	x	Redução do Prazo Médio de Pagamento	Capítulo II e Ponto 4 do Anexo I – Cumprimento das Orientações Legais
Recomendação 3	x	Cumprimento das disposições legais em matéria de contratação e de gastos operacionais	Capítulo II e Ponto 13 do Anexo I – Cumprimento das Orientações Legais
Recomendação 4	x	Cumprimento das disposições legais sobre adoção do SNC-AP	Ponto 0 do Anexo às Demonstrações Financeiras em 31.12.2019
Remunerações:			
Não atribuição de prémios de gestão	x	Não atribuídos.	Apêndice 1 do Relatório & Contas
CA - reduções remuneratórias vigentes em 2021	x	-6.968,76 €	Apêndice 1 do Relatório & Contas
Fiscalização (FU) - reduções e remuneratórias vigentes em 2021 (se aplicável)	x	Não aplicável.	Apêndice 1 do Relatório & Contas
Auditor Externo - reduções remuneratórias vigentes em 2018 (se aplicável)	x	-1.800,00 €	Apêndice 1 do Relatório & Contas
EGP - artigo 32º e 33º do EGP			
Não utilização de cartões de crédito	x		Ponto 7 do Anexo I – Cumprimento das Orientações Legais
Não reembolso de despesas de representação pessoal	x		Ponto 7 do Anexo I – Cumprimento das Orientações Legais
Valor máximo das despesas associadas a comunicações	x		Ponto 7 do Anexo I – Cumprimento das Orientações Legais
Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço	x		Ponto 7 do Anexo I – Cumprimento das Orientações Legais
Despesas não documentadas ou confidenciais – n.º 2 do Artigo 16º do RJSPE e Artigo 11º do EGP			

RELATÓRIO E CONTAS

Cumprimento das Orientações Legais – 2021	Cumprimento S/N/N.A.	Quantificação / Identificação	Justificação / Referência ao ponto do Relatório
Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais	x		Ponto 8 do Anexo I - Cumprimento das Orientações Legais
Promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens – n.º 2 da RCM n.º 18/2014			
Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens	x	http://www.arsenal- alfeite.pt/index.php?id= 120	Ponto 9 do Anexo I - Cumprimento das Orientações Legais
Elaboração e divulgação do relatório anual sobre prevenção da corrupção	x	http://www.arsenal- alfeite.pt/index.php?id= 174	Ponto 10 do Anexo I – Cumprimento das Orientações Legais
Contratação Pública			
Aplicação das normas de contratação pública pela empresa	x		Capítulo V e ponto 11 do Anexo I – Cumprimento das Orientações Legais
Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas		x	Não aplicável
Contratos submetidos a visto prévio do TC		x	Nenhum contrato em 2021
Auditorias do Tribunal de Contas		x	Não aplicável
Parque Automóvel			
N.º de viaturas	x		Menos 2 viaturas em 2021 face a 2020
Gastos Operacionais das Empresas Públicas			
Contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria (artigo 49º do DLEO 2019)	x		Vide tabela
Princípio da Unidade de Tesouraria (Artigo 28º do Decreto-Lei n.º 133/2013)			
Disponibilidades e aplicações centradas no IGCP	x		100%
Disponibilidades e aplicações na banca comercial		x	Não aplicável

RELATÓRIO E CONTAS

Cumprimento das Orientações Legais – 2021	Cumprimento S/N/N.A.	Quantificação / Identificação	Justificação / Referência ao ponto do Relatório
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado	x	Não aplicável	Orientações Legais Ponto 15 do Anexo I – Cumprimento das Orientações Legais

RELATÓRIO E CONTAS

RELATÓRIO E CONTAS

2021

Versão aprovada em reunião de Conselho de Administração de 11 de abril de 2021.

José Luís Serra
Rodrigues

Assinado de forma digital
por José Luís Serra
Rodrigues
Dados: 2022.04.20
17:50:45 +01'00'

José Luis Serra Rodrigues

(Presidente do Conselho de Administração)

Maria José
Gomes
Monteiro Jesus
de Almeida

Assinado de forma
digital por Maria José
Gomes Monteiro
Jesus de Almeida
Dados: 2022.04.20
16:59:14 +01'00'

Maria José Gomes Monteiro Jesus de Almeida

(Vogal do Conselho de Administração)

Elsa Marino

Assinado de forma
digital por Elsa
Marino
Dados: 2022.04.21
08:33:43 +01'00'

Elsa Cristina Baia Marino

(Vogal do Conselho de Administração)